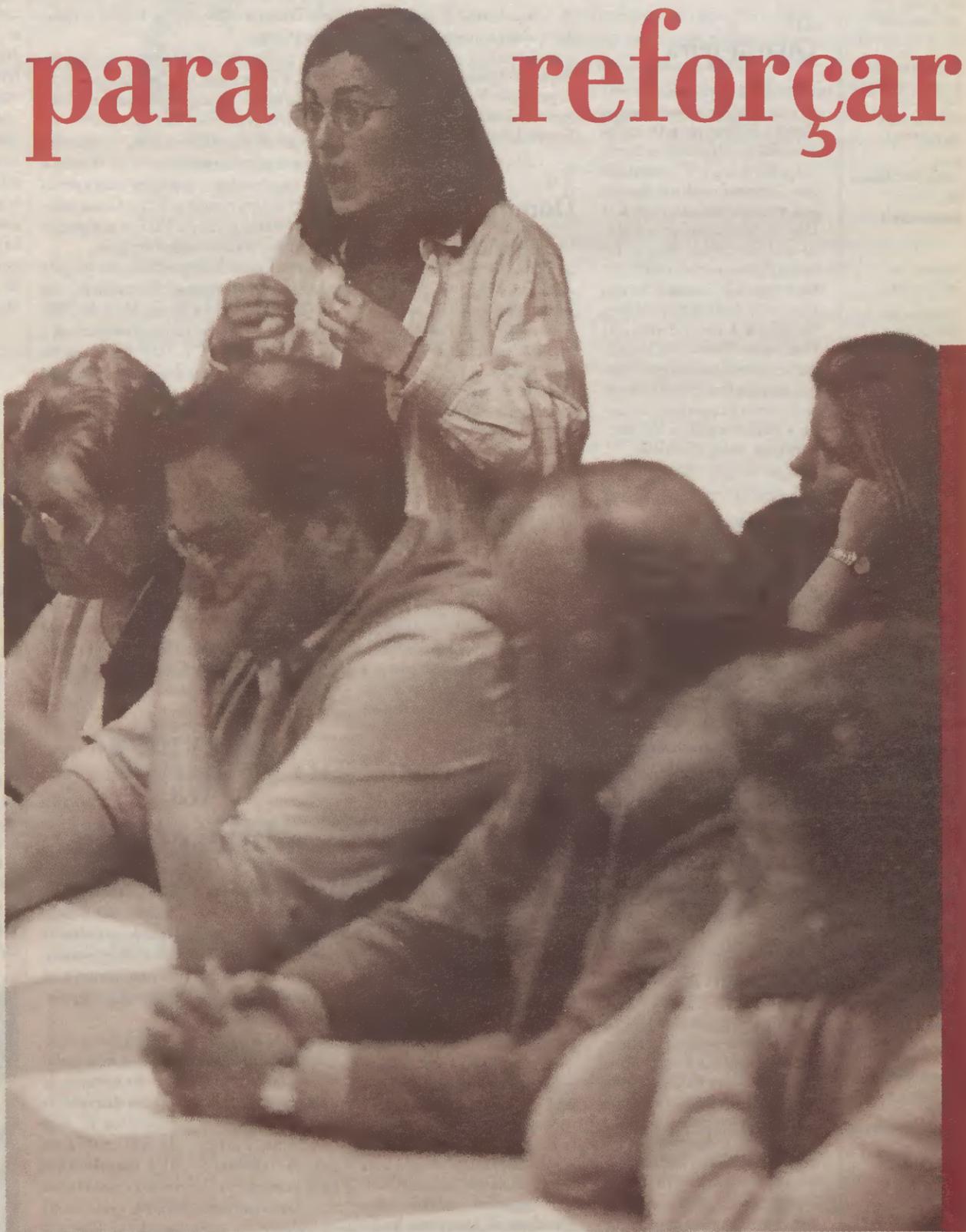


Em todas as organizações do Partido

Debater para reforçar

Já começou, e vai alargar-se a todas as organizações do Partido, o debate sobre a nova situação política saída das eleições legislativas. Não apenas para analisar resultados, mas empenhado na procura de soluções orgânicas que permitam ao PCP ultrapassar deficiências e reforçar a sua influência.

Págs. 5, 6 e 7



**dia do
estu-
dante**

o símbolo de hoje pela mão de amanhã

Quando os estudantes

**A crise académica
de 1962**

Centrais

Uma luta recordada em conversa com dois antigos dirigentes associativos, Manuela Bernardino e Aguinaldo Cabral, e por um artigo de Ruben de Carvalho.

disseram não ao fascismo

Conferência de Monterrey

A chantagem de Bush

A Conferência Internacional para Financiamento do Desenvolvimento, promovida pela ONU como uma iniciativa solidária, foi transformada pelos Estados Unidos numa farsa.

Págs. 20 e 21

Italianos contra despedimentos

Três milhões em Roma

A resposta dos trabalhadores italianos à ofensiva do governo de direita de Berlusconi não podia ser mais expressiva. Três milhões de pessoas responderam à convocação dos sindicatos.

Pág. 15

Palestina

Solidariedade

Milhares de pessoas assinaram uma petição repudiando o terror exercido por Israel sobre o povo palestino. A iniciativa decorreu em Lisboa, promovida pelo CPPC.

Pág. 25

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

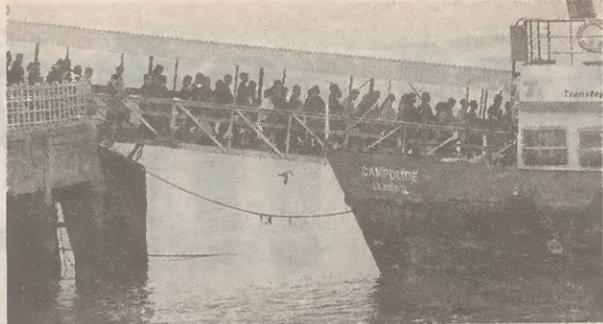
TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 9 000\$00 44,90 euros
25 números:	4 600\$00 23,00 euros

EUROPA 50 números: 23 000\$00 114,75 euros
EXTRA-EUROPA 50 números: 33 000\$00 164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Greve dos trabalhadores da Transtejo

Resumo

20 Quarta-feira

O Comité Central do PCP reúne para analisar o resultado das eleições legislativas • Os sindicatos dos trabalhadores da Carris suspendem a greve permitindo que a empresa resolva o impasse nas negociações salariais • O líder do Movimento para a Mudança Democrática, Morgan Tsvangirai, é acusado de traição por ter conspirado o assassinato do presidente do Zimbabué, Robert Mugabe • A central sindical Comisiones Obreras, da Andaluzia espanhola, apela à participação maciça dos trabalhadores portugueses na manifestação contra a política social da UE, marcada para Junho, em Sevilha.

21 Quinta-feira

A Confederação Europeia de Pequenas e Médias Empresas apresenta uma queixa em Bruxelas contra o Governo português por «incumprimento do Plano Operacional de Economia» • O caso UGT, processo em que a central sindical é acusada de fraudes na obtenção de subsídios comunitários, é dado como parcialmente prescrito • Juan Priede Pérez, vereador socialista da localidade basca de Orio, é assassinado • O governo da Nigéria declara inconstitucional a aplicação da lei islâmica, implementada nos últimos dois anos no Norte do país.

22 Sexta-feira

Sindicatos e administração da Carris reúnem-se para discutir os aumentos salariais • O Sindicato dos Professores da Zona Norte apresenta uma moção para a redução dos programas lectivos e o reforço das componentes práticas e experimentais «de disciplinas cujo o desenvolvimento e conhecimento o exigam» • A Alemanha aprova uma nova lei de imigração que autoriza o governo a contratar mão-de-obra no estrangeiro, apesar de existirem mais de quatro milhões de desempregados no país • O supremo tribunal de Londres autoriza a morte de uma britânica tetraplégica, em pleno uso das suas faculdades mentais, tornando-se no primeiro caso deste tipo na Grã-Bretanha.

23 Sábado

A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos aprova por unanimidade, em assembleia geral, uma carta reivindicativa na qual pede um aumento de 25 euros para a pensão social mínima e o aumento gradual das pensões até atingir o valor do ordenado mínimo nacional • Mais de três milhões de pessoas participam em Roma numa manifestação contra a reforma da lei laboral italiana e contra o terrorismo • Cerca de 15 mil agricultores manifestam-se em

Madrid reclamando uma reforma das ajudas comunitárias num protesto organizado pela União dos Pequenos Agricultores • O judoca português Nuno Carvalho conquista uma medalha de bronze no Torneio Internacional de Roma.

24 Domingo

Cerca de mil ex-combatentes do ultramar reúnem-se em Amaran numa sessão de esclarecimento sobre as acções que a sua associação está a desenvolver para que tenha pensões de reforma e assistência psiquiátrica • Mais de 10 mil manifestantes assinalam em Belgrado a passagem dos três anos sobre o início dos ataques aéreos da Nato contra a Jugoslávia • Mais de 30 mil manifestantes desfiliam pelas ruas de Melbourne, Sydney e Adelaide, na Austrália, contestando a política governamental para os imigrantes clandestinos detidos naquele país • A Consignia, os correios britânicos parcialmente privatizados no final de 2001, anuncia um plano de despedimento de 40 mil trabalhadores • Dezasseis líderes do Movimento brasileiro Sem Terra são detidos pela Polícia Federal.

25 Segunda-feira

Os trabalhadores da Transtejo entram em greve exigindo aumentos salariais superiores a 3,3 por cento • A Coreia do Sul e a Coreia do Norte anunciam que vão retomar o diálogo e a troca de enviados especiais, com o objectivo de diminuir a tensão numa das regiões mais militarizadas do mundo • Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga Árabe iniciam em Beirute, uma reunião preparatória da cimeira de chefes de Estado e de governo dos 22 países-membros, que será dedicada ao conflito israelo-palestino • José Saramago integra uma delegação do Parlamento Mundial de Escritores e reúne-se com o Presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, Yasser Arafat, para manifestar solidariedade com o povo palestino, sob ocupação israelita.

26 Terça-feira

Médicos grevistas e administração do Hospital de Alcobaca fracassam as negociações que visam a suspensão da paralisação que assim se mantém até finais de Abril • O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, não autoriza a deslocação de Yasser Arafat, à cimeira da Liga Árabe, em Beirute • O chefe do governo interino do Afeganistão, Hamid Karzai, anulou uma visita à Turquia, devido ao sismo que devastou uma parte do Norte do Afeganistão e que poderá ter causado entre 1800 e 4800 mortos • José Saramago compara a acção do exército israelita nos territórios palestinos com o sofrimento infligido aos judeus no campo de concentração de Auschwitz, durante a II Guerra Mundial.

Aconteceu

Processo UGT parcialmente prescrito

O processo UGT por fraudes na obtenção de subsídios do Fundo Social Europeu (FSE) foi declarado parcialmente prescrito pelo Tribunal da Boa-Hora, Lisboa, na passada semana.

Na análise da prescrição ou não do processo, a juíza Margarida Veloso, presidente do colectivo de juizes que aprecia o caso, dividiu o processo em duas acções de obtenção de subsídios do FSE, considerando que a primeira prescreveu em relação a todos os arguidos e que a segunda apenas prescreveu em relação a Torres Couto, antigo secretário-geral da UGT, e a algumas das empresas constituídas arguidas.

Torres Couto ficou isento de ser julgado no caso UGT porque só foi notificado da decisão instrutória a 26 de Abril de 1999 quando os ilfeitos em causa prescreveram a 29 de Abril de 1998 e 22 de Março de 1999. Em relação aos demais, o julgamento da segunda acção prossegue.

O Ministério Público já interpôs recurso da decisão do colectivo de juizes. Torres Couto foi o único arguido, à excepção de três empresas, a ser abrangido na totalidade pela prescrição do procedimento criminal, em virtude de ter sido notificado numa data posterior a todos os restantes acusados.

O julgamento prossegue no dia 19 de Abril relativamente aos arguidos sobre os quais não prescreveu, designadamente João Proença, actual secretário-geral da UGT, Rui Oliveira e Costa, José Veloso e UGT como pessoa colectiva.

Gravidez na adolescência

A gravidez indesejada ocorre com extrema frequência nas adolescentes entre os 14 e os 16 anos, pertencentes «essencialmente a minorias sociais que não frequentam as escolas». Esta é a conclusão do relatório «Ganhos e Saúde em Portugal», apresentado esta semana pelo Alto Comissariado de Saúde.

Uma situação idêntica é detectada «em mulheres com baixa escolaridade e fracos recursos económicos», diz ainda o referido relatório. O documento diz ainda que é «crucial» reforçar «as garantias em Saúde Sexual e Reprodutiva, contemplando em particular o fácil acesso aos cuidados de planeamento familiar».

À parte deste cenário, os indicadores disponíveis em relação à Saúde Materno Infantil mostram consideráveis avanços, isto é, uma «melhoria dos indicadores quantitativos» no que diz respeito à qualida-

de dos cuidados prestados e das condições de assistência pré-concepcionais, no nascimento e no mês seguido ao parto.

Além disso, verificou-se uma redução do número de mortos durante os primeiros 27 dias de vida, altura em que usualmente ocorre a maioria dos óbitos, cerca de 61 por cento. Porém, é de assinalar a subida de cesarianas, o aumento do número de crianças com baixo peso à nascença, facto este associado «a uma baixa idade gestacional».

Quase metade da população portuguesa é directamente afectada pelo alcoolismo, já que se estima que perto de um milhão dos portugueses seja alcoólico e cinco as pessoas mais próximas de cada um deles. Os dados foram avançados segunda-feira em conferência de imprensa pelo Con-

Cabo-Verde preocupado com Governo de direita

Após uma visita a bairros de imigrantes da Moita e de Setúbal, o primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, manifestou esta semana a sua preocupação com o surgimento em Portugal de um governo com um «discurso mais à direita».

Após uma visita a bairros de imigrantes da Moita e de Setúbal, o primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, manifestou esta semana a sua preocupação com o surgimento em Portugal de um governo com um «discurso mais à direita».

Durante a visita aos bairros do Vale da Amoreira, na Moita, e da Bela Vista, em Setúbal, o governante sublinhou os esforços dos dois municípios, assim como da Associação Cabo-Verdiana, para promoverem a inserção social dos imigrantes.

José Maria Neves fez também questão de sublinhar o bom entendimento dos dois países «independentemente da alternância política», lembrando o



acordo cambial de 1998, que «garante a paridade do escudo cabo-verdiano com o euro».

Violação de direitos humanos nos tribunais

O novo presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados (AO) criticou, segunda-feira, a maneira como os cidadãos são tratados nos tribunais, durante a cerimónia de posse dos membros desta comissão, na sede da AO, em Lisboa.

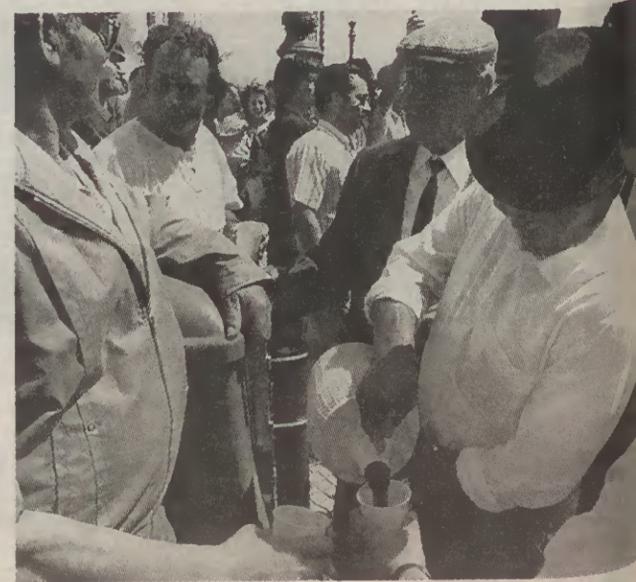
«Os tribunais portugueses estão organizados no sentido de salvaguardarem os interesses e privilégios de quem lá trabalha. O mesmo se passa infelizmente com os hospitais, escolas e repartições públicas», lamentou António Marinho Pinto.

O sucessor de Garcia Pereira recordou que os cidadãos que são obrigados a ir a tribunal «são muitas vezes maltratados e até humilhados», porque «as

únicas questões que parecem preocupar um número de magistrados é a salvaguarda das comodidades laborais e a ostentação dos seus excessivos poderes».

«Constatamos ainda com estupefacção que os actos de justiça são arbitrariamente tributados algumas vezes com o único objectivo de impedir e neutralizar a intervenção processual dos cidadãos», acrescentou.

O discurso do novo presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados contemplou ainda a situação dos reclusos nas cadeias, sobretudo, no que diz respeito aos maus tratos a mulheres, crianças e imigrantes.



Alcoolismo em Portugal

Quase metade da população portuguesa é directamente afectada pelo alcoolismo, já que se estima que perto de um milhão dos portugueses seja alcoólico e cinco as pessoas mais próximas de cada um deles. Os dados foram avançados segunda-feira em conferência de imprensa pelo Con-

selho de Serviços Gerais dos Alcoólicos Anónimos, um grupo destinado a ajudar as pessoas com o problema. Actualmente existem 80 grupos de Alcoólicos Anónimos espalhados pelo País, para cerca de mil alcoólicos anónimos. Em todo o mundo existem cerca de dois milhões de alcoóli-

cos em recuperação. Segundo o Conselho de Serviços Gerais dos Alcoólicos Anónimos existem também grupos de ajuda para familiares e amigos de alcoólicos, uma vez que o problema do alcoolismo não afecta só o próprio, mas também as pessoas que lhe estão ligadas, como fami-

liares ou colegas de trabalho.

De acordo com dados citados na conferência de imprensa, as maiores taxas etárias nos grupos são as dos 30 e as dos 50 anos, sendo os homens quem mais frequentam as reuniões, ainda que o número de elementos do sexo feminino esteja a subir.

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Itália, e não só...

Coincidindo com as nossas eleições legislativas, centenas de milhar de manifestantes desceram à rua em Barcelona contra a Europa do grande capital, das políticas neoliberais e da guerra. No sábado passado, uma gigantesca manifestação sindical trouxe mais de 2 milhões de trabalhadores italianos para o centro de Roma, em protesto contra as políticas laborais do governo Berlusconi. No mesmo fim de semana, largas centenas de milhar de manifestantes desceram à rua no Líbano, Síria e outros países árabes, em apoio ao povo palestino, e contra os planos de guerra do imperialismo na região. Num momento em que em Portugal predominam sentimentos de tristeza e desalento pelos resultados das eleições de 17 de Março, importa assinalar que largos sectores de trabalhadores e massas populares, em vários países, estão a ganhar consciência dos perigos e da gravidade da actual situação mundial, e demonstram essa consciência com um renovado espírito de luta.

A manifestação em Itália merece particular destaque, pela sua dimensão e significado. Quando em Maio de 2001 a (extrema) direita italiana de Berlusconi, Fini e Bossi venceu as eleições gerais, seria difícil acreditar que no espaço de menos de um ano se assistiria a uma tal reviravolta na consciência e disposição de luta dos trabalhadores italianos. A derrota eleitoral da coligação de «centro-esquerda» *A Oliveira* foi fruto da sua política de direita em numerosas frentes: apoio à guerra, privatizações, abandono dos interesses dos trabalhadores, políticas de austeridade associadas à integração europeia. As eleições trouxeram também um mau resultado eleitoral para os comunistas italianos, recém-saídos de uma cisão. Em 1998, uma parte da direcção e do Grupo Parlamentar do Partido da Refundação Comunista considerou

que o PRC deveria apoiar o governo da *Oliveira*. Minoritários no seio do Partido, levaram a cabo uma cisão dando vida a um novo Partido que entrou para o Governo. A vitória da direita ultra-reaccionária nas eleições de 2001 provocou numerosas recriminações e crispções.

que o PRC deveria apoiar o governo da *Oliveira*. Minoritários no seio do Partido, levaram a cabo uma cisão dando vida a um novo Partido que entrou para o Governo. A vitória da direita ultra-reaccionária nas eleições de 2001 provocou numerosas recriminações e crispções.

Mas, no início do Verão de 2001, ficou patente que havia algo de novo no estado de espírito de largas massas. Contrariando as orientações das direcções das centrais sindicais italianas, que nas últimas décadas haviam colaborado com operações de «concertação» lesivas dos interesses dos trabalhadores, e sob forte pressão da sua base, o sindicato dos Metalúrgicos da CGIL (FIOM) decide não assinar o novo contrato da classe, recheado de imposições não patronato arrogante e triunfante, e avançar para um processo de luta. A manifestação nacional convocada pela FIOM foi um êxito, com 200 000 metalúrgicos a desfilar nas ruas de Roma. No mesmo período verificou-se a enorme manifestação de 300 mil pessoas contra a Cimeira dos G7 em Génova, na qual o PRC desempenhou um papel fundamental. Em Novembro, Berlusconi convoca uma manifestação de apoio à guerra dos EUA contra o Afeganistão, mas apesar do seu controlo sobre o aparelho estatal e a comunicação social, enfrentou a humilhação de reunir *menos de metade* dos 100 mil manifestantes que no mesmo dia desfilaram pelo centro de Roma contra a guerra imperialista. No início deste ano assiste-se a uma explosão de protestos, num clima de unidade na base e em torno das mais diversas questões (os atropelos legislativos de Berlusconi, que aprova leis à medida dos seus interesses pessoais, as perseguições à magistratura, a política laboral, as leis anti-imigrantes, a reforma do ensino). Neste contexto, a intenção do Governo em liberalizar os despedimentos, levou a maior das centrais sindicais italianas (CGIL) a convocar a manifestação de 23 de Março, e uma greve geral para o mês de Abril. A força do movimento de massas, que inicialmente contou apenas com o apoio dos comunistas italianos, obrigou já as direcções dos partidos da *Oliveira* a endurecer a sua oposição e dar também o seu apoio às lutas em curso. E, como aconteceu tantas vezes antes em Itália, ressurgiram actos de terrorismo de evidente recorte provocatório e de quase certa origem no aparelho de Estado.

Os acontecimentos italianos encerram numerosas lições que podem ser úteis na nova situação que enfrentamos em Portugal. Importa acompanhar a sua evolução, que se adivinha ser de grande importância numa União Europeia cada vez mais lançada na via do militarismo e do neoliberalismo.

Editorial

O DEBATE ESTÁ EM MARCHA

Como é sabido, o Comité Central, na sua recente reunião, tomou a decisão de promover em todas as organizações reuniões e plenários de militantes com vista a analisar os resultados eleitorais e a situação por eles criada – reuniões e plenários que, como aqui se sublinhou há uma semana, se querem participados e envolvendo o maior número possível de militantes, de modo a que, através da livre expressão das opiniões e num diálogo fraterno, sereno e enriquecedor, encontremos as melhores formas de reforçar o Partido e as melhores respostas para a situação nova criada com os resultados das eleições de 17 de Março.

Como pode verificar-se consultando a presente edição do «Avante!», o debate está em marcha: muitas reuniões e plenários foram já realizados e muitos mais estão marcados para as próximas semanas.

Naturalmente, não se pretende, aqui e hoje, proceder ao balanço do debate. Por um lado, porque ele está, ainda, na sua fase de arranque, por outro lado, porque é aos órgãos de direcção do Partido que compete proceder, em pormenor e circunstanciadamente, a esse balanço e dele tirar as devidas ilações.

“A luta que travamos todos os dias, comporta crescidas e maiores dificuldades”

Importa, no entanto, assinalar que o debate em curso constitui um exemplo ímpar no quadro partidário nacional em matéria de participação militante, de democracia partidária, de vida democrática interna, expressas em factos concretos, iniludíveis e incontestáveis. Às práticas, comuns a todos os outros partidos, de limitar a reflexão a um pequeno grupo de *pensadores iluminados* que decretam e mandam publicar conclusões, o Comité Central do PCP opta por chamar os militantes do Partido, todos os militantes do Partido, a pronunciarem-se, a darem opiniões, a reflectirem, a darem o seu contributo inestimável e indispensável para a elaboração do pensamento colectivo partidário.

Esta prática de **democracia participada de facto**, poderá não ter – e não tem – o destaque mediático dado aos festivais de solistas que hoje dominam a vida político-partidária nacional; poderá não ser – e não é – bafejada pelos potentes projectores que iluminam as lantejoulas de que é feita a vida partidária interna de outras organizações políticas; poderá ser – e é – apresentada como coisa *velha, ultrapassada, fora de uso* em contraposição a uma **democracia não participada de facto**, essa sim, *nova, actual e actualizada, cheia de modernidade*; poderá, enfim, ser tudo o que os fazedores

profissionais de imagens quiserem, mas não deixará de ser o que realmente é: uma **democracia participada de facto**.

Sabem todos os membros do Partido – sem excepção – que esta prática democrática interna, da qual muito justamente o colectivo partidário se orgulha, está longe, muito longe, da perfeição, está longe, muito longe, de esgotar as potencialidades de participação militante e pode, deve, tem que ser continuamente melhorada e aperfeiçoada – mas essas melhorias, esses aperfeiçoamentos só reforçarão o conteúdo participativo da vida democrática interna do Partido se se concretizarem numa perspectiva de respeito pela opinião de cada um e de todos, da não introdução no Partido das poucas democráticas e perversas *opiniões qualificadas* (forma encapota de classificar as opiniões por categorias: opiniões de primeira, de segunda, de terceira...), na não adopção de critérios de *personalização e fulanização* que, como vê quem queira observar o que ocorre noutras organizações políticas, cria categorias várias de protagonistas das quais emerge, em primeiro plano e todos poderosos, os chefes.

Concedendo, naturalmente, aos outros o direito de funcionarem como muito bem entenderem, não prescindimos do direito e do dever de, no que nos diz respeito e nesta matéria, agirmos tendo como preocupação primeira a consideração do maior número possível de opiniões de militantes (sejam elas convergente ou divergentes) na definição das orientações e linhas de intervenção do Partido.

Num momento em que, por efeito da obtenção pelo PSD e pelo CDS/PP de uma maioria parlamentar previsivelmente traduzida na criação de um governo que terá como linha de intervenção determinante a acentuação da política de direita, a luta que travamos todos os dias comporta crescidas e maiores dificuldades. Por outro lado, o mau resultado obtido pela CDU e a diminuição do número de deputados comunistas na Assembleia da República, para além de tornar mais longínqua a perspectiva de uma alternativa de esquerda, coloca-nos múltiplas exigências, nomeadamente a de procurarmos tornar mais eficaz a força de que dispomos e de procurarmos os caminhos mais adequados à prossecução da luta na nova situação existente. É, também, esta reflexão que o Comité Central suscita ao colectivo partidário. Quer para ser considerada, desde já, no debate em curso, quer para aprofundamento e desenvolvimento nas várias iniciativas marcadas, nomeadamente na *Conferência Nacional do Partido sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido*.

Tal como toda a experiência passada evidencia, o PCP tem estado sempre na primeira linha da luta contra a política de direita e por uma alternativa de esquerda. Não há malabarismos de linguagem, nem distorções tendenciosas de factos e posturas que anulem esta realidade.

E assim continuará a ser no futuro: nas instituições, nas empresas, nas escolas, nos campos, nas ruas, nos locais de habitação. E sabe quem quer saber que, se não for o PCP a assumir esta luta contra a política de direita, nenhuma outra força política o fará com igual diversidade, determinação e persistência.

Actual Pobres à porta de Monterrey

• Jorge Cordeiro

*Da fome já não se fala,
é tão vulgar que nos cansa
(Ary dos Santos)*

A Conferência sobre a pobreza ou Conferência de Monterrey como ficará conhecida, decorreu e acabou como se esperava: com os pobres a caminho de maior pobreza. Pelo meio ficaram uns votos misericordiosos sobre a fome no mundo, um mediado momento de alívio de consciências na base de uns quantos discursos e a mesma e inconclusiva resposta ao problema. De medidas concretas pouco mais que a repetição da promessa de uma garantia de ajuda pública ao desenvolvimento, representando 0,7% do PIB dos países ricos, já fixada em 1970 pela Organização das Nações Unidas, ou seja, há mais de 30 anos.

Em boa verdade só os menos avisados poderiam esperar muito mais de uma conferência determinada por quem predominantemente está na origem do problema. Porque entre os muitos factores que concorrem para a pobreza está como fonte e causa

principal o modo de produção capitalista, a exploração da força do trabalho, a forçada desigualdade da partilha da riqueza criada à escala do mundo, região e país, a apropriação pelo capital financeiro e industrial da margem maior da mais-valia, a rapina dos recursos naturais pela grandes multinacionais, a usura das instituições financeiras mundiais sobre a dívida pública dos países mais pobres. Tudo valores intocáveis para os detentores do poder decisório. Não há e não haverá solução que, ultrapassando o estrito limite do gesto caritativo ou da manifestação mais ou menos sincera de solidariedade, não se situe na exigência de uma justiça social assente no fim da distribuição desigual da riqueza e da produção.

Mas mesmo para os que, sem quererem dar o passo de pôr em causa o sistema, esperavam que dela resultasse uma contribuição séria para

atenuar o dramático quadro da pobreza no mundo, os resultados da conferência são particularmente decepcionantes e elucidativos da profunda hipocrisia das principais

potências mundiais. É particularmente significativo e revelador da natureza da política e do humanismo do governo dos EUA e do seu presidente, que tenha partido deste país a principal oposição a medidas mais avançadas, precisamente o país com um dos mais baixos índices

de cumprimento da ajuda ao desenvolvimento medido em percentagem do PIB (0,10 para o objetivo de 0,7 fixados pela ONU em 1970) e que no mesmo momento em que recusa qualquer aumento da ajuda aos países pobres, tenha decidido aumentar exponencialmente as verbas que em nome do programa de combate ao terrorismo visam alargar o seu controlo sobre o mundo.



Minas e armadilhas

• Aurélio Santos

Na campanha das legislativas, o eleitorado foi minado por demagogias fantasiosas de teatro de feirantes. Essa foi a fase da farsa: com poucas ideias expressas mas grande poder histriónico, PSD e PP venderam banha da cobra com o enganador rótulo de «mudança». Mas a mudança não vale por si: pode ser para pior.

Nas deslocações de voto da CDU para o PS comprovou-se o erro de procurar assim barrar caminho à direita: nem deu mais votos à esquerda nem, diminuindo a força do PCP, criou condições para melhor se combater a direita e abrir caminho à mudança para melhor. Mas também o resvalar de parte do eleitorado do PS para o PSD e PP veio demonstrar não haver clara compreensão das ávidas e atávicas ambições da direita no assalto ao governo do país.

Nesta conjuntura, como sempre quando estão em causa interesses fundamentais do nosso povo, mais imperiosa e necessária se torna a intervenção dos comunistas. E quando há quem pretenda reduzir os resultados eleitorais à derrota do PCP, é bom recordar que quando o PCP perde também os trabalhadores e o povo português perdem e mais urgente se torna equacionar os perigos a que eles terão de fazer frente. Ficando atentos às armadilhas que surjam no caminho.

Uma delas é a insidiosa e ardilosa campanha que procura criar

rupturas no tecido orgânico do PCP. Promove-se uma literatura que por vezes parece de ficção (anticientífica) com conteúdos arrasantes para o PCP, e instila-se o afã de proceder a vários níveis à classificação de «ortodoxos» e «renovadores», montando-se assim a armadilha do estabelecimento, como facto consumado, de um processo desagregador, como terreno para fracturas que quebrem a necessária coesão do Partido e das suas organizações.

Outra armadilha, com fios de ligação à primeira, é provocar no Partido o enredamento num infundável e desgastante processo de discussão sobre as causas dos resultados eleitorais, atribuindo-os, exclusiva e falsamente, a erros próprios (reais e supostos) esgotando nisto o melhor das energias e atenções e retardando a urgente e aprofundada procura das medidas necessárias para melhorar a sua imprescindível intervenção nas novas condições, com os perigos que ela comporta.

Com efeito, com a instalação da direita no governo, é previsível que a sociedade portuguesa se torne um terreno minado pelo agravamento da conflitualidade.

E quando a direita fala em «estabilidade» pensa é na criação da condições para abafar essa conflitualidade: «estabilidade» governamental foi o que Portugal teve nos 48 anos de ditadura.



Tréguas

• Leandro Martins

Não é bem um cessar-fogo, nem falamos propriamente de guerras. As tréguas, às vezes, são apenas a pausa respiratória que permite ao mais forte reunir as suas tropas antes de um novo ataque que pretende arrasador ou, ao mais fraco, abrir uma brecha para recuar em ordem. Neste momento pascal, em que uns poucos se deleitam nas suavidades das evocações religiosas, e outros mais vão roendo amêndoas e provando o ensopado de borrego do próximo domingo, a política dá tréguas aos portugueses, que alguns aproveitarão para acabar com as esperanças numa volta da estrada.

No seu retiro, Durão Barroso deita contas a uma vitória amargosa, que nem a solicitude «de regime» já avançada pelo PS poderá facilitar. O chefe do PSD tem ao colo a viral rabujice de Portas a prometer-lhe

uma vida negra. Diz-se que Durão lhe vai dar a pasta da Defesa e que o PP vai contar com mais um par de pastas. Sejam lá quais forem, são pastas que não auguram nada de bom. Nem adiantaria - como faria Freitas do Amaral, um professor cheio de boas maneiras nas quais mal disfarça um fel antigo - dar ao Portas uma coisa assim «social», como um Ministério da família. Onde quer que venha a tocar, Portas, a quem agora acusam de ter sido financiado, na sua campanha contra Monteiro, pela Moderna, deixará não apenas marca mas cicatriz. Que faria ele, com o seu vezo xenófobo, se obtivesse o cargo da administração interna? Não seriam apenas os imigrantes a terem razão de queixa. Os próprios profissionais da política, que vão passar finalmente a ter um sindicato, senti-



riam o peso «disciplinador» do braço direito.

Mas não será avisado começar agora a deitar as culpas de uma governação que ainda não começou sobre a componente mais à direita do governo que Durão prepara. A direita é a direita, e nas suas formações diversas só muda o discurso e o estilo, nunca os objectivos essenciais. Tal como não vale a um partido dizer-se de esquerda se pactuar com a política de direita.

Apesar das dificuldades, dos amos, dos rancores mal curados, a direita entender-se-á. Embora imaginemos o saco de gatos que será o governo da direita coligada, o seu objectivo principal é arranhar a gente.

Por isso, nesta trégua pascal, com amêndoas ou sem elas, aproveitemos para recobrar forças. Que a luta vem aí. Assanhada.

Frases

“Sou generoso, muito compreensivo e com poder de encaixe, mas não esqueço ofensas [de Paulo Portas], embora saiba perdoar”

(Macário Correia, presidente PSD da CM de Tavira, Diário de Notícias, 24.03.02)

“Formar uma coligação com o CDS/PP, liderado por Paulo Portas, é como um homem casar com uma mulher de quem não gosta”

(Fernando Viegas, presidente da concelhia de Tavira do PSD, ibidem)

“A credibilidade das escolhas, mais do que a popularidade dos nomes, ditará o “estado de graça” reservado ao futuro Governo, de cujo sucesso depende tanto Durão Barroso como Paulo Portas”

(Francisco Azevedo e Silva, Diário de Notícias, 25.03.02)

“O PSD não conseguiu matar o PP; como será que o PP vai tentar matar o PSD? Transformando-o em PP-talvez-D? Aguardam-se com expectativa as cenas dos próximos capítulos desta inevitável Lua-de-Fel”

(Paulo Cunha e Silva, ibidem)

“Se os Executivos de António Guterres cediam a grupos de pressão, ligados a poderes económicos e corporativos, o de Durão Barroso não precisará de ceder tanto: os “lobbies” estarão dentro do próprio Conselho de Ministros”

(Mário Mesquita, Público, 24.03.02)

“António Bagão Félix, independente próximo do CDS/PP, confirmou ontem, em declarações à TSF e à Rádio Renascença, que foi convidado para ministro da Saúde”

(Helena Pereira/Eunice Lourenço, Público, 23.03.02)

“Até agora ainda não convidei ninguém [para integrar o novo Governo]. Tudo o que tem sido dito não passa de especulação”

(Durão Barroso, Jornal de Notícias, 25.03.02)

“Os riscos de instabilidade vêm tanto do lado de Portas como daqueles que, no PSD, aprovaram a coligação com o seu voto, mas a desaprovam no seu íntimo”

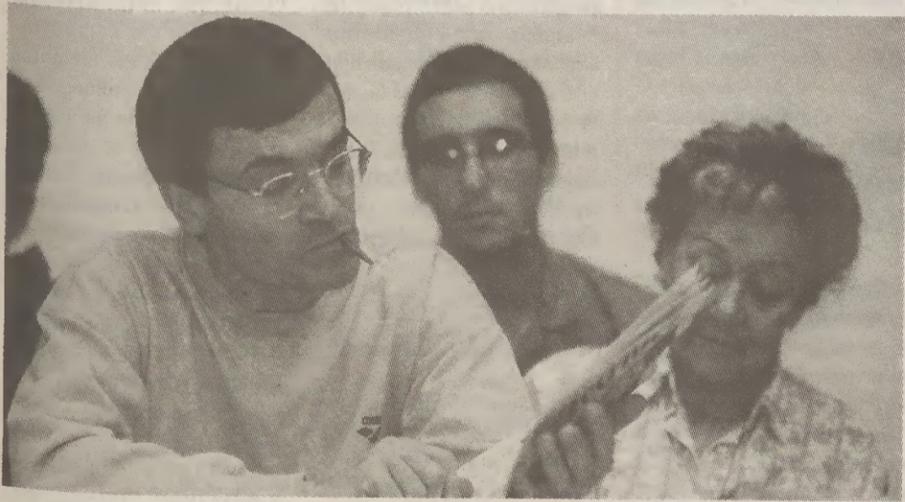
(Fernando Madrinha, Expresso, 23.03.02)

“Desta edificante história é forçoso retirar duas conclusões. Primeira, que o PSD vai fazer uma aliança, que acha desastrosa, com um cavaleiro, que acha desleal, intriguista e falso. Segunda, que o PSD tenciona “restabelecer a confiança” (e salvar a pátria) com a ajuda de um homem em quem não confia”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 24.03.02)

“Ninguém pretende tirar o mérito à actividade desenvolvida pelo Clube Português de Tiro a Chumbo, mas qualquer pessoa com o mínimo de sensibilidade perceberá que o local onde este está sediado, no Parque Florestal de Monsanto, não é o mais adequado”

(Fátima Mariano, Jornal de Notícias, 25.03.02)



Debate para Conferência Nacional já começou

Com confiança, ao trabalho!

Já começou, em todas as organizações do Partido, o debate preparatório da Conferência Nacional convocada pelo Comité Central para Junho próximo. De Lisboa ao Porto, de Setúbal a Coimbra, sucedem-se os plenários para discutir os resultados eleitorais e analisar as razões que possam ter estado na sua origem. Simultaneamente, as organizações procuram encontrar soluções orgânicas que permitam ao Partido ultrapassar deficiências, reforçar a sua influência e responder adequadamente ao momento político que o País atravessa.

Na sexta-feira, os camaradas do organismo do transportes da Organização Regional de Lisboa realizaram um debate vivo e interessante. A análise dos resultados eleitorais era, aliás, o ponto principal da ordem de trabalhos que mobilizou perto de meia centena de militantes comunistas durante mais de três horas, sexta-feira passada, no Centro Vitória, em Lisboa.

O debate não escamoteou fragilidades organizativas e de trabalho

O debate livre e democrático, de homens e mulheres livres, partilhando princípios e valores, organizados no respeito por regras que por a todos obriga. E por ser um factor de enriquecimento e sedimentação da sua unidade, nele reside também a força e vitalidade do PCP.

Que este debate, congregando trabalhadores comunistas da TAP, ferroviários, da CARRIS e dos transportes rodoviários, tão bem testemunhou.

Não é tempo de medo

E onde houve espaço, sem perder de vista o tema central proposto a debate, em sucessivas intervenções, para introduzir outras questões e

abordagens que tocaram em problemáticas como o funcionamento e organização das células do Partido e sua ligação aos trabalhadores.

«Como é que nos relacionamos com os trabalhadores? E nas autarquias, como estamos a resolver os problemas das populações?» - perguntou um camarada, a dada altura, concluindo ser este também «o debate que temos de aprofundar».

Sem escamotear debilidades organizativas e outras fragilidades do trabalho partidário, uma outra ideia central emergiu das intervenções: a de que a hora «não é para cruzar os braços» e muito menos «para ter medo».

Trata-se, por outras palavras, prosseguindo e aprofundando o debate, em particular o debate ideológico, de continuar simultanea-

mente a acção do Partido em todas as frentes. Melhorando o trabalho das células, reforçando a sua organização, estreitando a ligação aos trabalhadores e ao povo, «esse é o caminho», como sublinhou Jerónimo de Sousa.

Uma convicção partilhada pelos comunistas do sector de transportes de Lisboa, que não deixaram de manifestar o seu acordo e adesão

ao calendário de iniciativas aprovado pelo CC, desde já a Conferência de Junho próximo.

Com confiança e determinação - porque a «luta de classe aí está, presente, com grande actualidade», como foi dito - e na certeza de que o reforço do Partido é a condição para fazer frente à ofensiva do grande capital e à política de direita.

Sob uma violenta ofensiva

Se a reunião plenária dos trabalhadores comunistas dos transportes não excluía à partida nenhum factor conconcorrente para a análise da situação política e social, tornou-se evidente, de acordo com as opiniões expressas, que a preocupação central dos intervenientes foi sobretudo dirigida para recensar os aspectos que mais decisivamente terão pesado nos resultados eleitorais e para o quadro político deles resultante.

Que esta foi talvez a batalha eleitoral mais difícil travada desde 1975, num contexto internacional de feroz e violenta ofensiva do capitalismo, parece ser uma ideia que não levanta dúvidas a ninguém.

Como consensual é também, segundo a observação de muitos camaradas, o quadro de dificuldades no plano nacional, bastante mais complexo do que em ocasiões anteriores e, desta feita, muito mais alargado. Lembradas foram, por exemplo, as condições em que o Governo se demitiu (não permitindo, porque o próprio PS não quis, outra solução constitucional que não fosse a convocação de eleições), o exercício de uma política de direita (no que é estruturante) em nome da esquerda, o agitar do «perigo

da direita» que terá levado inclusivamente comunistas a votarem no PS, o fenómeno da bipolarização com contornos de agressividade como nunca antes foram ousados e a discriminação de que a CDU foi alvo por parte dos principais órgãos de comunicação social.

Um facto novo, embora não se saiba exactamente o seu alcance, foram também as declarações públicas de alguns membros do Partido. Estando por determinar quais «os efeitos que tiveram na consciência das pessoas», uma coisa é dada como certa: «não sendo determinante, pesou muito».

E para esse facto chamaram a atenção numerosas intervenções no decurso do plenário, pondo em relevo, designadamente, o que consideram ser já a atitude «desrespeitosa ao próprio Partido» que representam essas tomadas de posição.

Procedimento de quem actua «à margem e em violação dos estatutos», como foi sublinhado, contribuindo para «denegrir o Partido». E por isso o generalizado sentimento de repúdio manifestado pelos presentes, para quem «é tempo de dizer basta».

Coimbra Luta mais difícil ... mas não pára

A luta que a organização do PCP de Coimbra vai continuar a desenvolver em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações «seria bastante mais fácil se a eleição do deputado da CDU tivesse acontecido», conclui a Direcção da Organização Regional de Coimbra, após a reunião que realizou na sexta-feira para analisar os resultados eleitorais de 17 de Março.

De acordo com os resultados, a CDU registou no distrito de Coimbra um resultado negativo, descendo em 14 dos 17 concelhos e apenas subindo em Penacova, Penela e Gois, não conseguindo, assim, o seu principal objectivo - eleger um deputado para a Assembleia da República. É, contudo, o PS o partido mais penalizado no distrito, descendo em todos os concelhos e perdendo 13161 votos (6%) que, na sua maioria, vão para o PSD, que consolida, assim, a sua vitória nas eleições autárquicas. O PP e o BE sobem ligeiramente em todos os concelhos.

Segundo a análise da DORC, pode-se constatar, ainda, que no Distrito de Coimbra, tal como a nível nacional, os efeitos da política anti-social dos governos PS «não se traduziram na alteração eleitoral a favor de uma nova política» mas sim, «como a vida a curto prazo mostrará», pela «continuação da mesma política, em alguns casos até agravada».

Entretanto, relativamente à campanha eleitoral realizada pela CDU no distrito, a conclusão é que, embora com variações, ela constituiu «uma importante campanha de massas, com alegria, inovadora e de contacto directo com os trabalhadores e as populações», só possível pela participação empenhada de muitos militantes e simpatizantes, particularmente do cabeça de lista e muitos outros activistas da CDU. Uma campanha que, tendo embora servido para «esclarecer e convencer muitos eleitores a votarem na CDU pela primeira vez ou a voltarem a dar o seu voto à CDU», não foi, contudo, bastante para compensar a tendência nacional do voto útil no PS.

Na conferência de imprensa, em que participaram Armino Miranda, da Comissão Política, António Moreira, do CC e da DORC, e Mário Nogueira, primeiro candidato da CDU pelo distrito, a DORC informou, ainda, que na sequência das recentes decisões do Comité Central, vai promover plenários de militantes em todas as organizações para analisar a situação criada pelos resultados eleitorais e dinamizar a realização de Assembleias de Organização de forma a reforçar a intervenção do Partido em todos os locais e empresas e chamar à direcção dos organismos eleitos alguns dos jovens militantes que têm vindo a aderir ao PCP.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Carlos Alberto Severino dos Anjos

Faleceu, na semana passada, o camarada Carlos Alberto Severino dos Anjos, de 66 anos de idade. Era natural de Arraiolos mas estava actualmente organizado na Comissão Local da Sobreda onde, até adoeecer, era o responsável pela distribuição do *Avante!*.

Filipe da Piedade Dinis

Faleceu, no dia 22 de Março, vítima de doença, o camarada Filipe da Piedade Dinis. Contava 63 anos de idade e trabalhou, antes da sua reforma por motivos de saúde, no sector automóvel - na Barreiros antes do 25 de Abril e na Ima e na Renault, onde foi membro das respectivas células. Era membro da Comissão de Freguesia de S. Sebastião, Setúbal. Apesar da sua saúde debilitada, o camarada deu um inestimável apoio militante a numerosas actividades e iniciativas partidárias no concelho de Setúbal, destacando-se a sua participação nas tarefas da Festa do «Avante!». O funeral do camarada, que deixou profundas saudades nos militantes do concelho, realizou-se na terça-feira, no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa.

Hermenegildo da Silva Gomes

Faleceu o camarada Hermenegildo da Silva Gomes, operário reformado do Arsenal do Alfeite, de 79 anos. Militante de longa data, destacou-se nas lutas antes e depois do 25 de Abril. O camarada estava organizado na freguesia de Feijó.

José Marques Ramalho

Faleceu, no dia 18 de Março, o camarada José Marques Ramalho, de 73 anos de idade. Integrava a organização do Couço, tendo sido membro da Comissão de Freguesia durante vários anos. Até 1987 foi dirigente da Reforma Agrária no Couço. Era um camarada muito respeitado e estimado na freguesia.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Militantes comunistas de Setúbal reafirmam disposição de trabalhar para reforçar o Partido

Estreitar ligação às massas

Fazer o balanço aos resultados eleitorais e perspectivar a intervenção do Partido para os próximos tempos foram os objectivos que levaram à realização do Plenário de Quadros da Organização Regional de Setúbal, no passado dia 23 de Março, com a participação de Jorge Pires e Jerónimo de Sousa, membros da Comissão Política.

No salão do Clube Recreativo da Cruz de Pau na Amora, completamente cheio, os cerca de 400 quadros do Partido, membros da Direcção da Organização Regional, das Comissões Concelhias e de Freguesias, das células de empresas e local de trabalho e de outros organismos, passaram em análise durante cinco horas a actual situação política e o novo quadro saído das eleições.

Das 36 intervenções registadas, foi tónica geral a preocupação quanto aos resultados negativos obtidos pela

CDU, mas também a firme determinação de trabalhar para reforçar o Partido e a sua organização, estreitar os laços de ligação aos trabalhadores e às populações, condições fundamentais para lutar contra a política da direita.

O Plenário mostrou-se preocupado com resultados negativos da CDU

O comunicado do Comité Central de 20 de Março teve apreciação concordante dos intervenientes e em particular a convocação da Conferência Nacional do Partido sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido a realizar no mês de Junho.

O Plenário de Quadros da Organização Regional de Setúbal assumiu o compromisso de, no âmbito da sua preparação, se promover a partir deste momento um vasto conjunto de reuniões em Plenários em todos os organismos do Partido na Região.

A confiança, a vontade e determinação estiveram bem patentes nos participantes do Plenário, que consideraram exaltantes as tarefas que hoje se lhes coloca, nomeadamente a preparação, organização e mobilização para as comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio, bem como o início dos trabalhos para Festa do Avante.

Analisar debilidades

«Numa fase em que o capitalismo, por razões da sua natureza, tenta recuperar todas as parcelas do domínio perdido pela luta dos trabalhadores e dos

povos, é inevitável a ofensiva contra as forças políticas organizadas que estão em condições de organizar a resistência, mobilizar vontades e elevar a consciência para lhes fazer frente», disse Jerónimo de Sousa na sua intervenção.

Analisando os resultados eleitorais, este dirigente interroga-se sobre qual o efeito que neles tiveram declarações e comportamentos de alguns membros do Partido que «denegrindo e caricaturando as nossas propostas, atacando a direcção», andaram «semanas a fio a alimentar os objectivos da comunicação social».

Assim, «numa sociedade em que ainda existe o preconceito anticomunista, quando os grandes grupos económicos acirram a campanha contra o PCP», é no mínimo «um acto de cinismo e hipocrisia» dizerem «que estão tristes com os resultados negativos alcançados pela CDU».

«Atiraram a pedra e esconderam a mão», diz Jerónimo de Sousa, considerando que com tal actuação esses membros do Partido «mais do que prejudicar a direcção, prejudicaram o PCP».

Entretanto, nada disto exclui a análise que importa fazer «às debilidades e deficiências de organização, intervenção e até de orientação», prossegue o dirigente comunista, para quem é ainda necessário, «sem descurar a luta social», proceder-se ao debate ideológico.



Quadros da ORS prometem luta à política de direita

Vale de Sousa e Baixo Tâmega Ganhou o desencanto

Os resultados eleitorais «vão ao arripio» dos interesses e aspirações de cerca de meio milhão de habitantes e «de uma zona caracterizada por enormes e múltiplas carências, pelo subdesenvolvimento, por uma má qualidade de vida e falta de perspectivas de futuro para os jovens», assevera a Direcção Sub-Regional do Vale de Sousa e Baixo Tâmega do PCP, na sequência da reunião que realizou no passado fim-de-semana em Felgueiras.

A direita no seu conjunto obteve 56,09% dos votos (relativamente a 1999, o PSD tem mais 33,27% e o CDS/PP mais 31%), enquanto PS, CDU e BE obtêm apenas o apoio de 40,97% dos eleitores. De facto, o PS perde 17,77% do eleitorado para o PSD e a CDU, apesar da subida em votos absolutos no concelho de Paredes, sofre uma quebra de 7,26.

Ganhou «o desencantamento» com a falta de resposta aos problemas e «o desencanto» com as promessas não cumpri-

das pelo PS, ganhou «a demagogia e o populismo», ganhou «a força do dinheiro» e ganharam «as campanhas milionárias» onde faltaram as ideias, o debate e as propostas políticas, diz o PCP, que não deixa também de atribuir responsabilidades pelos resultados eleitorais a alguma comunicação social, particularmente de âmbito nacional.

Para os comunistas é já claro que a formação de um governo de direita vai implicar «novas e acrescidas dificuldades» para os que vivem

e trabalham na região, porém o PCP «é um partido de luta, de resistência e de projecto». Daí que, «com convicção e confiança» se proponham continuar a trabalhar por um PCP «mais forte e mais ligado à vida, aos problemas e aspirações das populações», no Interior do distrito do Porto, tendo já decidido, para além de outras reuniões, plenários e debates, a realização, em 18 de Maio, de um Encontro do PCP do Vale de Sousa e Baixo Tâmega.

Contra intoxicação da TSF

Na madrugada de quinta-feira passada, após a reunião do Comité Central, a TSF começou a noticiar alegadas expulsões decididas ou propostas no PCP, informação que manteve ao longo de 14 horas, apesar do desmentido imediatamente feito. Vítor Dias, membro da Comissão Política, optou, assim, por escrever ao Director de Informação daquela estação de rádio, Carlos Andrade, sugerindo-lhe a seguinte reflexão:

«1. Se é legítimo que, numa matéria deste impacto e melindre, a TSF começasse a avançar uma notícia então sobre uma alegada decisão de expulsão de vários membros do PCP baseada apenas nas suas fontes e sem nenhum contacto ou procura de informação junto do PCP.

2. Se é decente e sinal de frieza e seriedade jornalística que, tendo a notícia sido desmentida à TSF às referidas 3,40 hs da

madrugada, ela tivesse sido mantida com pequenos retoques durante os noticiários da manhã e tivesse dado pretexto a um comentário de A.J. Teixeira a um «Fórum» como se tratasse de uma questão real.

3. Se é de mais para a TSF perceber que uma coisa são opiniões e outra são decisões e se também é de mais perceber que, numa reunião onde não foram tomadas tais decisões ou tiradas tais conclusões, possuem idêntico valor noticioso quer opiniões num sentido quer outras opiniões expressas noutro sentido, ainda que a fonte da TSF as tenha escondido.

4. Se é normal e correcto que, depois de o Secretário-geral do PCP, em conferência de imprensa realizada às 11,30, ter desmentido frontalmente tais notícias, em noticiários posterior-

Intensificar a luta

Várias dezenas de camaradas, dirigentes sindicais e trabalhadores de estruturas sindicais, participaram num vivo e rico debate sobre as recentes eleições legislativas e as tarefas que, na sequência dessas eleições, se colocam ao colectivo partidário.

Durante mais de três horas e através de cerca de duas dezenas de intervenções, foram abordadas questões ligadas à nossa intervenção na batalha eleitoral, feitas sugestões sobre aspectos a corrigir no futuro (designadamente em relação à propaganda eleitoral e às formas de transmitirmos a nossa mensagem), criticadas as atitudes de afrontamento público de orientações e decisões do Partido levadas à prática por alguns membros do Partido.

O novo quadro político saído das eleições de 17 de Março, foi objecto de particular atenção, tendo sido sublinhado, na maior parte das intervenções, a necessidade de, nas novas condições existentes, procurarmos dar continuidade à luta contra a política de direita e por uma política de esquerda. A ideia de que esta é uma tarefa que ou a fazemos nós, comunistas, ou mais ninguém a fará, foi enunciada por várias camaradas.

Foi igualmente referida a necessidade de, no quadro da necessidade de prosseguir e intensificar a luta, desenvolvermos todos os esforços para que os próximos 25 de Abril e 1.º de Maio venham a constituir significativas jornadas de luta e de mobilização para a luta.

Foi decidido dar continuidade ao debate ali iniciado, agora em reuniões separadas (umas com dirigentes sindicais, outras com trabalhadores das estruturas) de forma a possibilitar o maior aprofundamento das questões e a intervenção de uma mais vasto número de camaradas.

Perigos na Saúde

Mais de quatro dezenas de camaradas do sector da Saúde da ORL reuniram-se, também, na segunda-feira, no CT Vitória, para analisar os resultados eleitorais

A reunião, que contou com a participação de Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política, decorreu num ambiente vivo, por vezes acalorado, onde houve lugar para todas as questões.

Muitas das intervenções verificadas revelaram a preocupação dos comunistas com as políticas de direita do novo governo, nomeadamente na área da Saúde. Reafirmada foi, também, a necessidade de protecção, de defesa e aprofundamento do Serviço Nacional de Saúde contra os interesses de privatização do grande capital.

Ou seja, questões que colocam mais uma vez ao PCP a tarefa de assumir a vanguarda deste grande combate, para que a população do nosso país continue a ter direito a uma saúde pública, gratuita e de qualidade.

Vários participantes apontaram deficiências da intervenção do Partido junto dos trabalhadores e de outras camadas da população, sublinhando a necessidade de se encontrar a forma de as ultrapassar.

Para outros camaradas, a campanha eleitoral não correspondeu às necessidades. Outros, ainda, procederam a críticas e autocriticas pela falta de empenhamento durante a campanha eleitoral.

No decurso da reunião, houve, também, uma chamada de atenção para as alterações que se verificaram no tecido social do País, que exigem desde logo o acompanhamento dos comunistas, de modo a permitir um maior poder de atracção por parte do PCP, dotando-o, também, de melhores condições para defender os trabalhadores e a democracia.

res a TSF continuasse a insistir no tema das "expulsões" ainda com a falsidade de um alegado agendamento das "expulsões" para a próxima reunião do Comité Central do PCP e continuasse a transmitir diversas reacções ou opiniões sobre uma questão comprovadamente inventada e sem fundamento.»

A terminar, o dirigente do PCP considera que «se tudo o que, a este respeito, aconteceu nestas memoráveis 14 horas de emissão da TSF é legítimo, decente, normal e correcto», então Carlos Andrade deve dizer-lho «com franqueza», ou então, ter «a honradez de reconhecer que a falta de rigor e de sentido da responsabilidade da TSF no tratamento deste assunto se traduziu numa objectiva intoxicação da opinião pública, mais uma vez prejudicando e caluniando o PCP.»

Comunistas da Função Pública defendem aprofundamento do estudo do marxismo-leninismo

Mais debate ideológico

Meia centena de militantes da Função Pública reuniram-se, na segunda-feira, no Centro de Trabalho Vitória, para analisar os resultados eleitorais, dando início ao debate preparatório da Conferência Nacional convocada para Junho próximo.

No decurso da discussão intervieram cerca de duas dezenas de participantes que colocaram as mais diversas questões, independentemente de praticamente todos terem manifestado a sua concordância com a análise do Comité Central. Foram, entretanto, os problemas de direcção, o funcionamento deficiente da organização e a

falta de clareza da mensagem que se pretendia transmitir, as razões mais invocadas como tendo contribuído para o insucesso eleitoral da CDU. Para além, naturalmente, da comunicação social que, estando nas mãos do capital, «nunca estará, interessada em criar condições para que a mensagem do PCP se torne atractiva».

Falou-se, também, muito numa alegada «exclusão» de camaradas, aludindo a mem-

brós do PCP que se pronunciaram sobre o Partido fora do Partido, mas, por razões diversas, ninguém defendeu abertamente essa solução, até porque, segundo um camarada, «são eles próprios a auto-excluir-se».

O papel da comunicação social pesou nos resultados eleitorais

Aliás, o primeiro interveniente, apoiando o ponto do documento do CC que aponta para a necessidade de combater «deturpações e falsificações da vida e actividade do Partido», lamentou que essas deturpações surjam, por vezes, da parte de camaradas. Ainda, para si, o Partido, que sempre conseguiu actuar, mesmo na clandestinidade, de acordo com a situação concreta de cada momento, hoje, não está a conseguir fazê-lo.

Uma camarada faz uma leitura diferente da situação.

Para ela este resultado «vem na continuação de uma tendência», pelo que se impõe rever os Estatutos, a linha política e os órgãos dirigentes, o que só pode ser feito em Congresso. Em sua opinião o centralismo democrático é «um espantoso» e as ideias não são livremente debatidas, pois quem levanta certas questões é acusado de «pretender que o Partido desapareça».

O centralismo democrático - que um camarada disse «não estar a funcionar» - foi, aliás, defendido por muitos dos intervenientes como uma característica positiva do PCP, com a qual se identificam.

Quem somos?

Está a perder-se a «humildade», alerta, ainda, uma participante, enquanto outra considera que alguns membros do Partido criaram expectativas quando o PS foi para o Governo, sem que a direcção do Partido tivesse, então, assumido uma posição clara, o que acabou por permitir que parte da política do PS fosse branqueada.

«É necessário um partido com as características do nosso», diz outra camarada, lembrando que «à medida que os partidos comunistas se vão descaracterizando deixam de haver razões para se votarem».

Alguma acomodação no Partido e falta de debate ideológico e de discussão de temas fundamentais, necessidade de voltar a pôr em prática o «controlo revolucionário» (já que os resultados eleitorais «não podem ser dissociados de comportamentos menos correctos de alguns camaradas» que, devido às tarefas que exercem, são vistos como representantes do Partido), foram outras questões colocadas no decurso da reunião.

Aliás, tudo se discutiu, desde a forma como hoje as campanhas eleitorais decorrem - levando grande parte do eleitorado a funcionar «como júri de um casting para a televisão, que vota no líder com mais apresentação e verbosidade» -, até à necessidade de se definir «quem somos e o que queremos», ou seja, a identidade ideológica do Partido.

É, pois, urgente «estudar». Estudar tanto o marxismo-leninismo como as actuais características sociológicas e demográficas do País, tendo em conta, nomeadamente, a proletarianização crescente de certas profissões.

«Somos um partido de quadros ou um partido de massas? «Onde está a capacidade de afirmação dos comunistas? Deixou ela de existir por causa do centralismo democrático ou por já haver quem não acredite nos objectivos do Partido?» As questões sucediam-se, impondo a continuação do debate, proposto, no fim, por António Cordeiro.



Comunistas da Função Pública querem prosseguir o debate

81 anos do PCP

Comemoração em Alhos Vedros

«A consciência de que estamos ao serviço dos interesses da larga maioria dos portugueses e do nosso país e que é por isso mesmo, independentemente dos resultados eleitorais, que devemos procurar fortalecer-nos, é o que nos deve orientar na nossa actividade partidária» - referiu Jorge Pires, membro da Comissão Política do PCP, no almoço-convívio do 81.º aniversário do Partido que, no domingo passado, teve lugar num restaurante dos Brejos Faria, em Alhos Vedros, concelho da Moita.

«O PCP é, pois, o Partido que faz falta ao país e, por isso, por decisão do Comité Central, os militantes estão de novo chamados a participar na análise das causas que nos conduziram a maus resultados eleitorais e do mesmo modo a encontrar as respostas adequadas para o reforço da intervenção do Partido no seio dos trabalhadores e das

populações» - continuou, mas não sem deixar de acentuar a ofensiva ideológica e as discriminações que continuamente se abatem sobre o PCP, em particular através dos grandes órgãos de comunicação social que são já, em si, um poder económico concentrado numa minoria de grandes capitalistas.

«Neste contexto, contudo,

é preciso em muitos casos ressaltar a postura da comunicação social regional, que daqui saudamos», acrescentou o dirigente comunista.

A iniciativa, promovida pela Comissão de Freguesia de Alhos Vedros do PCP e que congregou uma centena de pessoas, entre as quais novos aderentes ao Partido, foi o momento de uma singe-

la homenagem a Francisco Correia que, tendo aderido aos 16 anos ao PCP, conta com 67 anos de militância, interrompida, nos tempos do fascismo, pela prisão. Ainda nos nossos dias, e apesar de graves problemas de saúde, Francisco Correia é um suporte da actividade partidária diária no Centro de Trabalho de Alhos Vedros.



No jantar participaram os novos aderentes ao Partido

BRAGA Prosseguir o trabalho

Os resultados eleitorais de 17 de Março vão «possibilitar uma ofensiva sem precedentes» contra os interesses dos trabalhadores, diz, em comunicado, a Direcção da Organização Regional de Braga do PCP. De facto, ao determinarem a diminuição dos deputados do PCP e nomeadamente a perda do seu único deputado no distrito, «escancararam» as portas a esta ofensiva e «debilitaram seriamente na Assembleia da República a trincheira mais generosa e firme que lhe pode dar combate e resistir, o Grupo Parlamentar do PCP».

Segundo os comunistas de Braga, a «história repete-se», ou seja, «atrás do voto útil para derrotar a direita muitos eleitores acabaram por reforçar a própria direita». É o caso do distrito, onde por cerca de 1400 votos «se entregou» ao PSD o deputado da CDU, revelando que os votos perdidos para o PS e mesmo para o BE, «não só foram inúteis, como prejudiciais à esquerda». «Desgostosa» com um resultado que premiou, sobretudo, quem «pouco ou nada trabalhou na AR» e quem «mais do que servir se serviu», a DORBA declara a sua disposição de prosseguir em condições mais difíceis o trabalho de colaboração e cooperação com o Grupo Parlamentar do PCP.

PONTE DE SOR Iniciar reflexão

A Comissão Concelhia de Ponte de Sor, por sua vez, manifesta em nota à comunicação social, a sua preocupação com os resultados obtidos pela CDU, de que resulta a vontade expressa de iniciar um debate e reflexão no sentido de encontrar as medidas que permitam o reforço do Partido e a alteração futura daqueles resultados.

Entre as decisões tomadas na sua reunião, a Concelhia do PCP decidiu convocar a realização de reuniões de todos os organismos e plenários de militantes, designadamente de jovens, abertos à participação de independentes eleitos e activistas da CDU, tendo em vista a preparação da Conferência Nacional do Partido de Junho. Nesse sentido realiza no dia 6 de Abril um Encontro Concelhio de Eleitos e Activistas da CDU e convocou já para 29 de Junho a 5.ª Assembleia de Organização Concelhia.

AÇORES Importa clarificar

O local onde deverá ser sediada a Delegação da Inspeção Regional das Pescas foi motivo de um requerimento dirigido, na segunda-feira, pelo Grupo Parlamentar do PCP/Açores ao Governo Regional dos Açores.

A questão levantada pelo PCP prende-se com o facto de numa comunicação apresentada pelo actual Inspector Regional na Semana das Pescas estar escrito que a referida delegação vai ser construída no Faial. Os comunistas pretendem, pois, saber se o Governo pensa ou não manter a localização da Delegação da IRP na Horta e, em caso de assim não ser, qual o fundamento apresentado para alterar uma decisão diversas vezes anunciada por altos responsáveis. É que, sendo certo que o actual Inspector Regional optou pessoalmente por permanecer longos períodos em Ponta Delgada, para os comunistas «essa situação anómala não pode ser determinante daquele serviço».

Modernices

«... **P**CP velho, sem ideias, sem atracção, tem os dias contados...» Estas ou outras palavras têm sido repetidamente afirmadas por «dignos» fazedores de opinião (ao serviço do capital e de todas as forças de gestão do sistema) e usadas em jornais, rádios, revistas, Internet e nessa nova forma noticiosa que é o rodapé televisivo.



Paulo Raimundo
Membro
da Comissão
Política

Estes ataques e caricaturas sempre percorreram a história do PCP, mas nesta fase não só se acentuam como reescrevem a história, procurando tornar moderno aquilo que realmente é velho e ultrapassado. Para esta acção devidamente concertada são tantos os esforços financeiros, logísticos e humanos que lembra uma daquelas operações militares que pretendem acabar rapidamente com o inimigo mas onde as coisas correm mal. Vai, porém, causando alguns efeitos e servindo como uma luva ao branqueamento das propostas dos

não haver ideologias a não ser a da gestão do sistema (onde se enquadra o festival anti-sistema, que cumpre o seu importante papel de animação e entretenimento), a apropriação e roubo das propostas dos outros, a política-espectáculo das eleições para primeiro-ministro, a demagogia e a mentira.

O que é novo é a defesa da guerra como forma de atingir a paz, é o assumir por parte da comunicação social da defesa dos seus interesses de classe, é os ricos continuarem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, é o aperto do cinto dos trabalhadores, é a deturpação, mentira e invenção das notícias sobre o «velho» PCP. Assim como é novo a alternância no Governo entre partidos que sendo diferentes e «modernos» seguem, como tal, as regras da modernidade e a mesma linha política.

Isto, sim, é novo, moderno e em alguns casos até com traços verdadeiramente futuristas, pois quem defende a retirada de direitos às novas gerações têm uma visão de «grande e valioso» alcance no tempo.

Desenganam-se!

A contrapor a toda esta modernidade e evolução está o «velho» PCP. Sem solução à vista, ou deixa de lado essas coisas ultrapassadas, de ser revolucionário e dos trabalhadores, da luta pelos salários e melhor emprego, da educação pública, gra-

tuita e de qualidade, do direito à IVG, da dinamização da luta dos trabalhadores e do povo em torno dos seus direitos, de dizer a verdade ao povo, de combater a política espectáculo, da luta pela Paz, pela transformação social e pela construção de uma nova sociedade, ou então desaparece. Ou se transforma num partido «democrático» (daqueles para gerir o sistema) e abandona a defesa da classe operária e de todos os trabalhadores e passa a defender a outra (sim porque as classes existem e quem não defende uma acaba por defender a outra), ou então tem os dias mais que contados.

Desenganam-se os senhores que têm a pretensão de formar consciências. De facto, o PCP não atrai os banqueiros, os detentores dos meios de comunicação, o capital especulativo. Não atrai nem o pretende, que esses estão mais que bem defendidos. O PCP tem atracção é nos trabalhadores que, apesar do «magnífico esforço» feito para denegrir a sua imagem, vêm nele o partido que lhes está intimamente ligado, que os defende e anima na luta dos seus direitos; tem atracção é na juventude, porque de forma coerente e sistemática defende os seus direitos, vontades e aspirações, e a prová-lo está o facto que cerca de 400 jovens terem passado a abraçar, desde Janeiro, este projecto transformador, ao inscreverem-se na JCP.

Se é permitido a este jovem de idade, mas «velho» de espírito, daria um concelho a todos os «dignos» opinadores: guardem os artigos, notícias e outras histórias que ao longo dos anos têm escrito sobre o PCP pois vão fazer-lhes falta para o futuro. E, já agora, vão preparando-se para caluniar com mais convicção pois este «velho» PCP tudo fará – como tem feito ao longo dos seus 81 anos – para combater a direita e as suas políticas, defender os interesses dos trabalhadores, do povo e da juventude. Lutará não de cima para baixo, falando de cor dos problemas e das dificuldades, mas intimamente ligado à realidade social.

/// São já 400 os jovens que, desde Janeiro, se inscreveram na JCP ///

candidatos a primeiro-ministro, dos candidatos a candidatos e das estrelas cintilantes que afirmam que nunca serão candidatos.

Assim, apresentado como moderno é a fatalidade do desemprego, do trabalho precário e dos baixos salários, a desregulamentação das leis laborais, a educação só para alguns e o caminho da sua privatização. Ou o facto de milhares de mulheres recorrerem ao aborto clandestino, a despenalização das drogas leves como o milagre do problema da toxicod dependência, os estudantes cantarem o hino nacional. Ou, ainda, a especulação imobiliária, o endividamento, o



Acção mundial dos ferroviários

Lutar pelo comboio

Em vez da liberalização e privatização, os trabalhadores exigiram anteontem, em 50 países, a defesa do caminho-de-ferro, como serviço público onde os governos devem investir, com vantagem para os utentes e para quem trabalha no sector.

«Os ferroviários portugueses, identificados com estes objectivos, estão nesta luta e exigem nova política para o caminho-de-ferro em Portugal», afirma o SNTSF/CGTP, num comunicado que foi distribuído em diversas localidades. Para o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, «é preciso investir

Privilegiar o lucro contraria os interesses dos utentes, dos trabalhadores e da economia nacional

no caminho-de-ferro, procurando que haja mais utentes neste meio de transporte, pelo que é preciso alargar a componente social». O actual presidente da CP é criticado por defender o aumento do preço dos bilhetes em dez por cento, «esquecendo que cada utente do caminho-de-ferro paga, em

média, cada vez mais», afirma o sindicato, notando que, mesmo havendo uma diminuição do número de passageiros, as receitas aumentam. A solução, contrapõe o SNTSF, «passa por, cada vez mais, se assumir o transporte ferroviário com características sociais, em que é preciso investir, de modo a desincentivar o uso do transporte individual, com ganhos significativos em termos económicos, ambientais e ganhos de tempo livre para todos os trabalhadores».

Uma nova política para a ferrovia deve, assim, manter preços sociais e alargar o passe social. Em vez da «inaceitável» redução da oferta ocorrida nos últimos anos, devem ser postos de parte projectos de privatização de serviços e linhas e os horários devem ser adaptados às necessidades dos utentes.

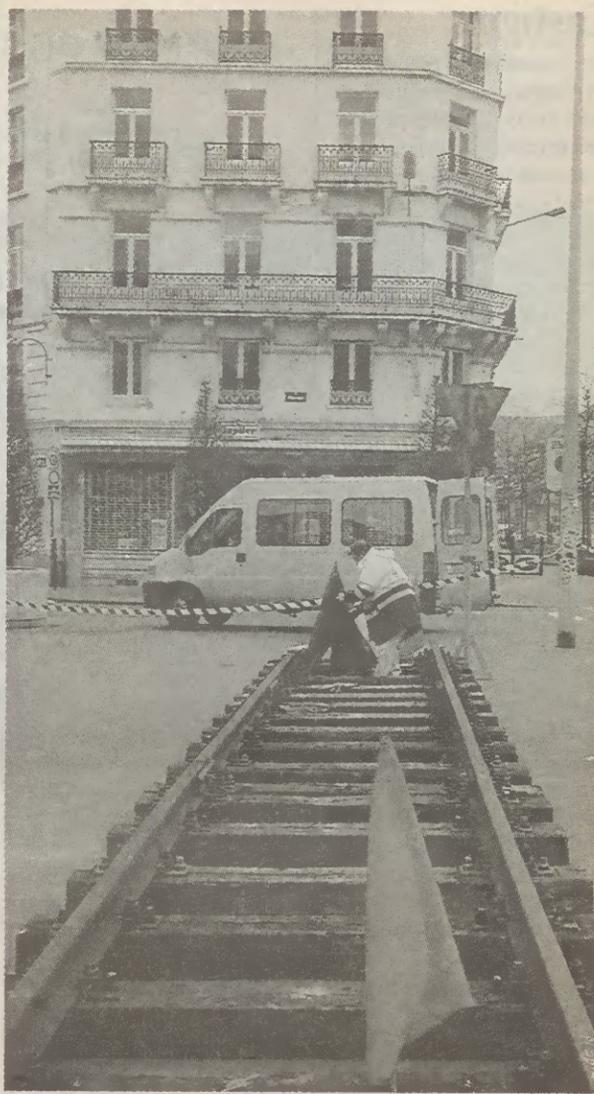
O sindicato sublinha que «empresas privadas não são solução» para melhorar e modernizar o caminho-de-ferro, uma vez que «põem acima de tudo os seus interesses, praticando preços mais elevados e reduzindo as circulações ao mínimo». Como exemplo é apontada a Fertagus (travessia ferroviária do Tejo), onde «o preço por quilómetro é quase o triplo do que é praticado pela CP».

É igualmente apontada a própria experiência da CP e

da política de desmembramento, a caminho da privatização, que foi levada a cabo nos últimos dez anos com o argumento de que iria resolver os défices da empresa. «Em 1992, último ano da existência da CP como única empresa ferroviária, o País despendia com o sistema ferroviário 35 milhões de contos; hoje, com um sector em que existem mais de 15 empresas, em que foram reduzidos mais de dez mil postos de trabalho, tendo como contrapartida o aumento dos lugares de gestão e direcção para mais de duas centenas, o custo para o País passou a ser superior a 70 milhões de contos».

De Bruxelas ao Bangladesh

A acção de dia 26, a nível mundial, foi promovida pela ITF (Federação Internacional dos Trabalhadores dos Transportes), sob a palavra de ordem «Primeiro a segurança, não o lucro», com iniciativas muito diversas em cerca de 50 países. Especial importância foi dada pelos organizadores ao protesto simbólico de terça-feira à tarde, em Bruxelas, onde reunia o conselho de ministros dos Transportes da UE para discutir a liberalização do caminho-de-ferro.



Anteontem em Bruxelas ferroviários da Bélgica, França, Alemanha e Luxemburgo colocaram 25 metros de via férrea, protestando contra a privatização e exigindo políticas de defesa do sector

Um dirigente da ITF, citado numa nota informativa publicada no sítio da federação (www.itf.org.uk/railways), declarou que «no século XXI, a ferrovia deveria ter mais para oferecer do que nunca antes teve»; mas; «em vez disso, em

muitos países, este elemento-chave de um sistema integrado de transportes seguro e ecológico está ameaçado por reestruturações e privatizações».

Este dia mundial de luta dos ferroviários é promovido pelo terceiro ano consecutivo.

Obtidos acordos na CP e na Emef

No dia 21 «foi possível chegar a acordo em algumas matérias e abrir as portas para a continuação da discussão daquelas que não foram objecto de negociação» com a administração da CP, informou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, lembrando que tal se verificou «após muita insistência do sindicato junto da Secretaria de Estado dos Transportes» e, inclusive, depois de «entregue uma providência cautelar nos tribunais».

Na reunião que, nestas condições, o CG da CP acabou por marcar, foram discutidas as matérias constantes no documento entregue pelo SNTSF em 12 de Março. «Chegou-se a um entendimento quanto à revisão do AE para o ano 2002», informou o sindicato, notando que este «não é o acordo que os trabalhadores merecem». «Mas este acordo mostra que seria possível ir mais longe, se os outros sindicatos não tivessem oferecido de bandeja o pretexto ao CG para se refugiar nas suas posições, que são as orientações do Governo», acusa o sindicato, declarando que «iremos continuar a bater-nos pela resolução das questões em aberto, porque os trabalhadores querem ver respostas concretas para os seus problemas».

O comunicado expõe detalhadamente os valores pecuniários, os direitos e os benefícios sociais acordados, bem como os compromissos assumidos pela empresa. Foi retirado o pré-aviso de greve, marcada para esta semana, e os trabalhadores foram alertados para manterem estreita ligação com o sindicato para «acompanhar muito atentamente a evolução desta situação».

Também para dia 20 foi marcada uma reunião pela administração da Emef, que respondeu às questões colocadas pelo sindicato, tornando possível um entendimento quanto à revisão do acordo de empresa que, «longe de ser aquele que os trabalhadores merecem, é o possível no contexto actual, em que a administração, por um lado refugia-se com as orientações da CP, e esta empresa refugia-se nos valores acordados com outros sindicatos».

Neste contexto, explica o SNTSF, «procurámos acima de tudo, dar passos para a resolução de alguns problemas e deixarmos caminho aberto para a continuação das negociações do Regulamento de Carreiras». O sindicato acrescenta que, «no actual quadro político, pensamos que não acabaram as razões para os trabalhadores continuarem a lutar, já que a defesa dos postos de trabalho é algo que tem de estar presente no dia-a-dia e, o que se está a passar na EMEF não augura nada de bom quanto ao futuro próximo».

Depois de enumerar os valores pecuniários acordados, o sindicato remete para novo comunicado uma informação sobre o Regulamento de Carreiras. Esta matéria foi objecto de nova reunião, no dia 25, onde foi subscrito um Protocolo Intercalar, acerca da matéria referente com os exames profissionais.

O sindicato informou que «vamos continuar as negociações do RC» e, esclarecendo dúvidas colocadas por trabalhadores, reafirmou que, após o acordo de dia 20, «os trabalhadores com contratos a prazo têm também direito a 24 dias úteis de férias», como os efectivos.

Greves na Transtejo e Transado

Uma greve de 24 horas ocorreu segunda-feira na Transtejo, afectando a ligação fluvial entre as duas margens. O Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante (que convocou a greve conjuntamente com mais quatro estruturas sindicais) e os trabalhadores exigem uma actualização salarial de 4,5 por cento, contra os 3,3 por cento propostos pela administração. Em declarações à Lusa, o presidente da Transtejo argumentou que o valor tinha sido aceite por dois outros sindicatos.

O Sindicato dos Transportes Fluviais acusou a Transtejo de violar a lei da greve, contratando funcionários não habilitados para operarem dia 25 nas embarcações. Esta acusação foi reiterada pela CGTP, numa nota distribuída pelo seu departamento de Informação. «Depois de pressionar os trabalhadores para que estes não aderissem à greve, resolveu substituir trabalhadores grevistas, violando assim a lei», denunciou a central. O dirigente sindical Albano Rita, refere a Lusa, acusou também a Polficia Marítima de estar conivente com a ilegalidade.

Os trabalhadores da Transado aprovaram dia 20 a realização de paralisações

parciais de duas horas por turno, a 1 de Abril, e de uma greve de 24 horas, no dia 5, para exigirem aumentos salariais de quatro por cento. A decisão foi tomada no plenário de trabalhadores que teve lugar durante uma greve de duas horas, convocada pelo Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante e que, segundo a Lusa, provocou a paralisação total da frota.

Albano Rita salientou que «o que está em causa não é apenas o pagamento de mais dois euros no vencimento

mensal dos trabalhadores da Transado, mas sim a necessidade de inverter a lógica dos últimos anos, em que os trabalhadores acabaram por aceitar aumentos insuficientes para a reposição do poder de compra». «Desde há cinco anos que os cerca de 100 trabalhadores da Transado têm vindo a ceder nas reivindicações salariais, relativamente a trabalhadores de outras empresas do sector», explicou o sindicalista, contrapondo que «o ano passado foi muito bom para a Transado».

Carris pára dia 11

As negociações de sexta-feira passada fracassaram, mantendo-se a greve de quatro horas, adiada para 11 de Abril. Vítor Pereira, dirigente da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, disse à Lusa que a empresa não dá sinais de querer alterar a sua posição e que os trabalhadores não vão continuar a tolerar esta forma de estar e admitem «agrarar a luta». A Festru/CGTP e os sindicatos pretendem um aumento da ordem dos cinco por cento, mas a Carris não vai além de 3,2 por cento.



Fica abaixo da inflação a actualização salarial que a Transtejo quer impor

Castigo

Um trabalhador romeno foi castigado pela empresa que o emprega por ter pedido um contrato de trabalho, denunciou na semana passada o Sindicato da Construção do Norte. Aurelian Boitor, que trabalha para a empresa Sanseq nas obras de construção da Ponte do Infante, sobre o rio Douro, solicitou o contrato de trabalho para se poder legalizar. Mas a empresa, segundo o sindicato revelou à Lusa, entregou-lhe um documento onde, em vez de 5 de Setembro de 2001, é referida como data de admissão o dia 20 de Novembro. Por outro lado, a empresa terá ainda exigido 200 euros (cerca de 40 contos) ao trabalhador para o legalizar, justificando essa verba como gastos com gasolina. Na sequência deste caso, Aurelian Boitor foi castigado e a empresa pretende transferi-lo para o Algarve, acrescenta o sindicato, criticando o facto de obras públicas do Estado alimentarem trabalho precário e clandestino, com trabalhadores que «laboram cerca de 13 horas diárias em média, recebendo apenas 423 euros, quando deviam receber 1840», e sem terem subsídios de férias, de Natal e de alimentação.

Encontro

A situação dos imigrantes e a necessidade de se organizarem para discutir, divulgar e exigir o respeito das leis laborais, da contratação colectiva e dos direitos de todos os trabalhadores foram debatidas no sábado à noite, no Pinhal Novo, durante um encontro promovido pela União dos Sindicatos de Setúbal.

Extinção

Os trabalhadores da LisDesporto protestaram sexta-feira contra a forma como está a ser feito o processo de extinção da empresa municipal e manifestaram determinação em lutar pela defesa dos seus direitos. Reunidos em plenário, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, aprovaram uma moção de protesto, que vão entregar aos vereadores e aos presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal. No documento consideram «extemporânea e precipitada» a proposta de extinção da empresa sem que tenha sido feito qualquer estudo sobre a sua actividade ou sobre o impacto da sua extinção. Libério Domingues, presidente do STML, disse à Lusa que a proposta de extinção, apresentada pelo vereador Paulo Portas e aprovada pela CML a 13 de Março, não refere qual vai ser o futuro do pessoal ao serviço da empresa. Na moção é considerado inaceitável que o processo de extinção esteja a ser desenvolvido sem que tenha sido dado conhecimento oficial aos actuais responsáveis pela empresa, aos trabalhadores e às estruturas que os representam.

Ligação aos trabalhadores e firmeza nas negociações sustêm o patronato da construção civil

Força para resistir

O acordo alcançado na semana passada ultrapassou o dobro da proposta inicial dos representantes patronais para a tabela salarial e evitou o poder unilateral das empresas no controlo da alcoolemia.

A Federação dos Sindicatos da Construção e as associações patronais do sector chegaram a acordo, no dia 21, sobre a revisão do contrato colectivo de trabalho na construção civil e obras públicas, sector com cerca de 500 mil trabalhadores. Assim, em 2002, as tabelas salariais sofrem um aumento de 3,6 por cento, o que, contabilizadas outras cláusulas de expressão pecuniária, representa um aumento global de 4,2 por cento.

A tabela salarial e o subsídio de almoço, actualizado para 4 euros, têm efeitos retroactivos a 1 de Janeiro, de acordo com uma nota de imprensa emitida pela federação sectorial da CGTP. Neste processo de revisão do CCTV foram também alteradas outras cláusulas, prevendo, nomeadamente, a promoção de 2.º oficial para 1.º oficial ao fim de três anos, em vez dos quatro estabelecidos anteriormente. Ficou estabelecido que os patrões têm a obrigação de fornecer gratuitamente as ferramentas

A firmeza nas negociações conjugou-se com o esclarecimento e unidade dos trabalhadores

aos trabalhadores, o que também tem algum impacto positivo no rendimento dos operários, que eram obrigados a trabalhar com as suas próprias ferramentas.

Controlo conjunto

A aplicação da polémica cláusula sobre o controlo da alcoolemia, que ficava entregue exclusivamente às entidades patronais, é adiada até 30 de Setembro de 2003. Os representantes dos trabalhadores e das empresas acordaram levar a cabo, entretanto, uma campanha de esclarecimento, que exigirá a eleição dos representantes do pessoal para as comissões de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho – como refere um comunicado do Sindicato da Construção do Sul. Em comunicado aos trabalhadores, este considera o acordo de dia 21 «equilibrado e o possível no actual contexto político e social», recordando que as associações patronais iniciaram o processo negocial apresen-

tando, como única proposta, uma subida de dois por cento na tabela salarial. A alteração dessa posição ficou a dever-se ao «amplo esclarecimento desenvolvido pelos sindicatos a nível nacional, junto dos trabalhadores, conjugado com a firmeza demonstrada pela comissão negociadora sindical».

É feito um apelo a que os trabalhadores se disponibilizem «para serem eleitos democraticamente, de forma a instituírem-se, em todas as empresas e locais de trabalho, Comissões de Segurança». Desta forma, explica o sindicato, poderão ser garantidas «melhores e mais seguras condições». A eleição deverá ser realizada em simultâneo com as acções de informação e sensibilização, cujo agendamento as associações patronais estão obrigadas a comunicar aos sindicatos, com uma antecedência de, pelo menos, oito dias.

O sindicato recomenda que reclamem uma actualização salarial «na ordem dos 4 por cento» aos trabalhadores que estão em empresas onde são praticados salários mais elevados que os da nova tabela salarial (estes vão até um máximo de 709 euros, no primeiro nível, havendo vários casos em que a remuneração-base é equivalente ao salário mínimo nacional).



São ainda muito baixos os salários garantidos aos trabalhadores da construção civil e obras públicas, mas foram rechaçadas as pretensões de acentuar o poder patronal

Enfermeiros do S. João querem ter Dia do Pai

A atribuição de licenças de paternidade está na origem de um diferendo entre o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e a Administração do Hospital de S. João, no Porto. Para o SEP, «o pai tem direito a 15 dias remunerados de licença parental, desde que sejam gozados imediatamente a seguir à licença por maternidade», mas a administração do hospital entende que a licença de paternidade concedida por lei «é de três meses e não de 15 dias», pelo que indefere os pedidos que apenas se referem àquele período.

Assinalando o Dia do Pai, a 19 de Março, o SEP emitiu uma nota à comunicação social, à qual anexou um esclarecimento da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, onde claramente é contemplada a posição defendida pelo sindicato.

Raimundo Filipe, dirigente do SEP no Porto, disse à agência Lusa que este problema nunca surgiu até ao final de 2001, mas referiu que já ocorreram cinco casos neste mês de

Março, com enfermeiros que solicitaram o gozo dos 15 dias remunerados como «um direito consagrado na lei» (DL 70/2000). O sindicato não entende a posição do responsável dos Recursos Humanos do hospital, que «tem dado parecer negativo aos pedidos que lhe chegam», o que é considerado como «um acto de leviandade ou ignorância da lei». «Esperamos que o Conselho de Administração reveja a sua posição», explicou o sindicalista, que admite o recurso ao tribunal.

Contactado pela Lusa, o administrador-delegado do hospital defendeu que «a lei diz que a licença é de três meses para o filho e não de 15 dias para o pai» e rematou que «as pessoas querem é ficar em casa, mas não quando isso lhes entra no bolso», referindo-se ao facto da legislação estabelecer que os primeiros 15 dias da licença não são deduzidos no vencimento.

Uma fonte do Ministério do Trabalho contactada no Porto admitiu que a interpretação que tem vindo a ser

seguida pelos serviços permite que os beneficiários possam gozar a licença de paternidade pelo período que entenderem conveniente, entre um dia e três meses.

Contratados

A solução do problema dos enfermeiros contratados a termo passa pelo descongelamento de quotas, afirma o SEP, comentando a recente publicação da Resolução de Conselho de Ministros N.º 16/2002 sobre as admissões na Função Pública, no âmbito da «redução da despesa pública», documento que «lançou a confusão e a instabilidade nas Instituições de Saúde e nos profissionais».

O sindicato salienta que «a discussão sobre o futuro do emprego dos enfermeiros é uma preocupação que a todos diz respeito» e apela, desde já, a que os jovens enfermeiros e os finalistas das escolas de Enfermagem participem no fórum que o SEP realizará dia 24 de Abril, em Lisboa.

Não fechem a Eres!

Trabalhadores da Eres manifestaram-se dia 21 nas ruas do Fundão contra o eventual encerramento da empresa de confecções, que emprega cerca de 500 pessoas – mulheres, na maioria. De acordo com a Lusa, mais de 200 operárias do primeiro turno da maior unidade fabril do Fundão dirigiram-se à Câmara Municipal, onde foram recebidas pelo presidente, Manuel Frexes, que prometeu «intervir dentro das competências» da autarquia.

Gritando palavras de ordem como «Com as trabalhadoras unidas, a Eres jamais será vendida» e «Trabalho sim, desemprego não», denunciaram a intenção da administração de transferir a empresa para o Leste europeu e exigiram a continuação da laboração da fábrica no Fundão.

Lúis Garra, dirigente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa e da União dos Sindicatos de Castelo Branco, que acompanhou as trabalhadoras na manifestação, afirmou que «há sérios indícios que apontam para o fecho da fábrica» e, a propósito, referiu o facto de se registar «uma drástica quebra na carteira de encomendas». «Ao que consta, é a própria administração da empresa que está a recusar encomendas» e «há já muitas trabalhadoras que estão sem fazer nada», disse o dirigente sindical.

Lúis Garra alertou que «aos poucos as máquinas vão ficando paradas», pelo que as trabalhadoras «têm motivos para recear a existência de uma estratégia da administração de esvaziamento progressivo e de desgaste psicológico das pessoas». Os salários estão a ser pagos pontualmente, mas «algumas máquinas já saíram da fábrica», incluindo «uma que custou 60 mil contos, considerada indispensável para a laboração da empresa», denunciou.

Para o dirigente da CGTP, a solução para a Eres passa pela injeção de capital fresco, através de uma sociedade de capital de risco, que permita à empresa retomar a carteira de encomendas e afirmar-se no mercado.

Paracélsia

Na segunda-feira os trabalhadores da empresa de produtos farmacêuticos Paracélsia, no Porto, iniciaram mais uma paralisação, durante uma hora, para exigir aumentos salariais, forma de luta que se poderia prolongar até hoje. «A adesão dos trabalhadores foi boa», disse um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte à agência Lusa, no primeiro dia de greve. Os trabalhadores «exigem um aumento mínimo de 30 euros (seis contos), mas a administração apenas aceita um aumento de 22,5 euros», frisou Belmiro Pereira. Segundo este dirigente do Sinorquifa/CGTP explicou no «Jornal de Notícias» de anteontem, o aumento salarial exigido representa um encargo anual suportável pela empresa. Numa nota à comunicação social, o sindicato afirma que, «como resultado da grande adesão às greves já realizadas, a Paracélsia não dispõe neste momento de produtos em quantidade suficiente para abastecer o mercado». Os trabalhadores estão a cumprir oito horas de greve por mês desde Janeiro, das 12 às 13 horas, e avisam que, se a administração não ceder, voltarão a parar, na próxima semana, mas no período das 11 às 12.

Jardim Zoológico

Uma greve de 24 horas foi convocada para ontem, abrangendo os 200 trabalhadores do Jardim Zoológico (tratadores, pessoal administrativo, jardineiros, empregados do Delfinário, entre outros), que apenas garantirão os cuidados aos animais entre as 8 e as 10 horas. «Foram os trabalhadores que decidiram assegurar a manutenção dos cuidados mínimos aos animais durante esse período, pois a greve é contra a administração do Jardim Zoológico e não contra os animais», disse, à Lusa, Alfredo Cataluna. Este dirigente da Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal esclareceu que a decisão de avançar para a paralisação foi tomada depois de a administração ter declarado o fim das negociações do acordo de empresa para 2002, impondo uma actualização de 2,75 por cento, enquanto a proposta do sindicato apontava para 4,5. Além disso, o sindicato reivindica a redução do horário de trabalho para 35 horas semanais, contra as 40 horas actuais, e o aumento do período de férias para 25 dias úteis, compromissos que «foram assumidos nas negociações do acordo de empresa para 2001, mas de agora a administração não os quer considerar», acrescentou Alfredo Cataluna. Para o dia da greve, o sindicato marcou uma conferência de imprensa em que seriam anunciadas novas formas de luta.

Preocupação e esperança no futuro

A PT e as eleições

A Comissão de Trabalhadores afirma que dará pronta resposta «caso o novo poder político pretenda continuar a aprofundar as injustiças e a atacar os direitos» e antecipa alguns temas que gostaria de ver melhorados.

«Independentemente da alteração política ocorrida após os resultados das eleições de 17 de Março», a CT da PT declara a sua determinação para «continuar a intervir no sentido de resolver os problemas que afectam os trabalhadores» e admite mesmo que «o nosso papel vai ser importantíssimo na denúncia, esclarecimento e defesa» de quem trabalha na Portugal Telecom.

Num comunicado que está a distribuir nas empresas do grupo PT, a estrutura representativa do pessoal diz ter «consciência de que vamos desenvolver o nosso trabalho num cenário mais difícil e complexo, depois do espartilhamento e da destruição da unidade orgânica da PT, do nepotismo político, do ataque aos direitos e às regalias dos trabalhadores» (refere, concretamente, o fecho de cantinas e bares, o encerramento dos infantários, a degradação da limpeza e da segurança e a imposição de aumentos salariais por acto de gestão).

A CT afirma, desde já, que «estamos preparados para combater quaisquer tentativas de liberalização dos des-

pedimentos e não deixaremos de lutar pela garantia do futuro e pela salvaguarda dos postos de trabalho». Prevenido que «alguns pensarão que estamos apressados, passados alguns dias depois do acto eleitoral que determinará a formação de um novo Governo e também alterações nas administrações do Grupo PT a curto e médio prazo, e que nada será como dan-

tes», a CT apresenta «uma ínfima parte dos temas que gostaríamos de ver melhorados»: as condições de segurança, higiene e saúde no trabalho; o direito à livre negociação e o respeito pelos organismos representativos dos trabalhadores; políticas sociais justas; distribuição de lucros pelos trabalhadores; nomeação de quadros de direcção e chefia com base na competência; critérios justos e transparentes, com respeito pela lei, na atribuição de prémios; grande incremento à formação profissional; redução do número de administradores (a CT afirma que muitas empresas poderiam ter apenas um administrador-delegado) e diminuição das



Encerrar os infantários foi uma decisão da qual os partidos que agora vão formar governo não se demarcaram, justificando-se esperar que tentem prosseguir semelhante política

benesses que lhes são atribuídas.

Deixando por expor «uma grande panóplia de situações, gravíssimas, que estão exclusivamente orientadas para prejudicar os trabalhadores e as suas ORTs», a CT «mantém a esperança no futuro e está disponível para ajudar a criar uma empresa melhor e mais justa para todos».

Professores do Centro

O Sindicato dos Professores da Região Centro manifestou-se pessimista em relação às políticas educativas que poderão ser adoptadas pelo futuro governo, mas rei-

terou «toda a disponibilidade para a negociação». «Pelas propostas apresentadas e divulgadas pelos partidos que constituirão governo, infere-se que os sistema educativo português não conseguirá sair da crise em que se encontra», afirma o SPRC, em comunicado citado pela Lusa. Essa circunstância «impedirá que se alcance a estabilidade necessária para o seu desenvolvimento no sentido positivo».

Tais conclusões resultam, designadamente, da ausência de propostas do PSD e do CDS/PP para a vinculação dos professores e educadores contratados, bem como de já anunciadas medidas

«descaracterizadoras do conteúdo funcional» e de outras normas da carreira docente.

Acrescem a ameaça de «congelamento salarial» em 2003, a falta de medidas de investimento nas escolas e no ensino público e a «recuperação dos exames como alegada certificação da qualidade do ensino e factor de avaliação dos professores». O sindicato, filiado na Fenprof, alerta que tais medidas «provocariam uma onda de indignação e protesto», mas «mantém toda a disponibilidade para a negociação, com vista à resolução dos problemas dos professores, das escolas e do sistema educativo».

Clima de protesto nos consulados

«Tal como a Marinha, também os Serviços Consulares estão em risco de afundamento», afirma o STCDE. Num comunicado divulgado esta semana, o sindicato representativo dos trabalhadores dos consulados e embaixadas (serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros) afirma que os funcionários «estão em vias de esgotar a sua paciência face à morosidade dos serviços centrais do Ministério na aplicação do Estatuto Profissional e com o acumular de problemas a que não são dadas respostas».

São apontados, entre outros, a demora na aplicação

das actualizações salariais para o ano corrente (que, como o sindicato nota, já se verificaram na restante Função Pública), e há ainda alguns trabalhadores consulares (os do quadro de contratação) que nem sequer tiveram actualização salarial no ano passado.

O conjunto de reclamações dos trabalhadores consta de um Caderno Reivindicativo enviado ao Ministério há dois meses.

A carência de pessoal «para responder às crescentes solicitações das comunidades portuguesas e novas tarefas que têm sido cometi-

das aos consulados» é, «em muitos postos, aflitiva», denuncia o sindicato, acrescentando que a gravidade tem sido minorada por «um crescente recurso a contratações a prazo, nalguns casos completamente à margem da lei».

A situação que se vive nos Centros Culturais do Instituto Camões no estrangeiro «é ainda pior, dada a total ausência de regulamentação do trabalho», enquanto o Instituto resolveu «desacelerar» as negociações com o sindicato para elaboração de um Estatuto Profissional para estes trabalhadores.

Dissolvido?

O sindicato verifica que, após sucessivas diligências para que se inicie a negociação das matérias incluídas no caderno ou a resolução de questões pontuais, «as respostas têm sido pouco mais que evasivas ou o total silêncio quanto aos problemas mais prementes» e comenta: «Mais parece que o Ministério dos Negócios Estrangeiros também terá sido dissolvido ao mesmo tempo que a Assembleia da República...»

Esta é «uma situação que não pode continuar» e o sindicato tem incentivado acções

colectivas, nomeadamente abaixo-assinados dirigidos ao MNE. No entanto, «se este se mantiver na actual posição autista, não serão de excluir outras acções de luta».

No início de Abril, o STCDE tenciona tomar uma decisão, correspondendo ao sentimento dos trabalhadores das missões consulares, disse um dirigente à Lusa, adiantando que a mudança de governo não altera em nada a posição assumida, nem cria expectativas, porque não há nada de novo para decidir e trata-se de matérias de âmbito exclusivamente técnico, que ultrapassam as decisões políticas.

Torraltta quer «pagar» perda de direitos

Os trabalhadores do complexo turístico de Tróia rejeitam a proposta de renegociação do Acordo de Empresa, apresentada pela Torralta, afirma o Sindicato da Hotelaria e Turismo do Sul, que se mostra disposto a avançar com acções de luta para salvaguardar os direitos adquiridos dos cerca de 116 funcionários.

O receio dos trabalhadores, relativamente a uma eventual

perda dos direitos e garantias consagradas no AE assinado em 1980 e revisto anualmente, decorre de uma proposta da administração, no sentido de «anular o acordo em troca de aumentos salariais superiores a 3,5 por cento», afirmou anteontem Joaquim Pires. Em declarações publicadas no portal «Setúbal na Rede» (www.setubalnarede.pt), aquele dirigente do sindicato

e da Fesah/CGTP explicou que na origem da proposta está uma alegada intenção de proceder à alteração societária da empresa, motivo que não é compreensível, pois, como afirmam os representantes dos trabalhadores, «não existe qualquer incompatibilidade entre uma coisa e outra».

Joaquim Pires afirma que «ninguém quer ser aumentado

à custa da perda dos seus direitos» e sublinha a importância do AE, que «tem sido um instrumento privilegiado para as negociações» e «é um garante da melhoria das condições de vida dos trabalhadores».

Se a administração da Torralta persistir na sua posição, durante a ronda de negociações que estava marcada para esta semana, o sindicato avan-

çará para a discussão, com os trabalhadores, de formas de romper o impasse.

Até lá, os representantes sindicais apenas admitem a anulação do AE se os direitos nele reconhecidos aos trabalhadores da Torralta ficarem consignados no Contrato Colectivo de Trabalho para o sector da hotelaria, o qual está em fase de negociação com as associações patronais.



A segurança e o Euro 2004

• José Martins

A maior operação alguma vez realizada em Portugal de privatização da segurança em recintos desportivos teve lugar na passada sexta-feira, na residência oficial da embaixadora de Inglaterra. Num salão vetusto e sob os auspícios da diplomacia inglesa, o patrão da UEFA e alguns membros da sua *tribo* deslocaram-se a Portugal para venderem o produto inglês e apresentarem a poção miraculosa para acabarem com a desordem e a violência em recintos desportivos - o *stewarding* (segurança privada para a gestão e controlo de multidões) - a uma audiência heterogénea mas próxima (salvo raras e honrosas excepções) dos interesses e influências que o futebol encerra: representantes dos *clãs* desportivos, membros das forças de segurança e militares, sociedades anónimas, assessores e *boys*, altos cargos públicos e privados e empresas inglesas de equipamentos de segurança.

O espectáculo estava bem montado. Sob a batuta do patrão da UEFA, os "especialistas" anglo-lusos avançaram e as exposições, discursos e comentários foram ininterruptos e avassaladores e todos concebidos pelo mesmo diapasão.

Em inglês, ora polido, ora boçal, e tendo como pano de fundo o Europeu de Futebol 2004 e sob o chapéu de chuva das "medidas antiterrorismo", foi sendo divulgada, com excessiva meticulosidade, a experiência dos *steward's* nas «catedrais» do desporto-rei no País de Gales: têm poderes alargados e agem como polícias, identificam, revistam, prendem e utilizam meios coercivos. E para que dúvidas não houvesse, o *modus operandi* foi exposto com base no conceito de que "a complacência é inimiga da segurança" e podem "recorrer a cães, gases e armas". Como não podia deixar de ser, MAMMON - o deus do dinheiro - esteve presente e invocou os seus argumentos: que "o futebol é uma indústria que envolve milhões e não permite concentrações policiais", que "a segurança privada é mais barata" e "é uma opção por custos mais reduzidos". Só faltou mesmo o grito de: "Forças de segurança públicas fora dos estádios, JÁ!"

As conhecidas e ancestrais manifestações de ultranacionalismo e de racismo vernáculo tiveram também o seu ponto alto, com acusações às minorias étnicas, aos jornalistas coube o epíteto de provocadores, ao povo português - mescla de outras raças e brando (!!!) e os adeptos foram tratados como simples marionetes.

Os designados "líderes inteligentes das polícias portuguesas" fizeram jus ao tratamento e acabaram mesmo por superar os colegas ingleses no apoio e defesa do sistema *stewarding* e na total permissividade à drástica

redução das responsabilidades das polícias públicas.

O evento, ou melhor, o *show-off*, parecia estar a decorrer com o beneplácito de reis e dos deuses do Olimpo. Enganaram-se. Os deuses zangaram-se contra os profanadores das «catedrais» e em nome das leis, da razão e da ética no desporto surgiram simples e terrenas interrogações e perguntas, em tempo de debate, que não agradaram ao patrão da UEFA, seus correlegionários e amigalhões. Uma brevíssima exposição, do lado da assistência, e foi o suficiente para estalar o verniz e colocar dúvidas sobre intenções tão "meritórias". A palavra foi cortada, o som desligado, a tradução suspensa. O «Império» queria mero espectadores, sem capacidade de interferir no jogo e na *tribo*. Enganou-se o patrão da UEFA. A diplomacia inglesa mostrou o seu rosto de intolerância e fragilidade. E, então, tomaram consciência de que, apesar de pisarem solo inglês, não estavam a jogar em casa e, como por artes mágicas, o discurso mudou radicalmente e irradiaram das bocas cinzentas as expressões: "partilhar as experiências", "você é que decide", "nada está definido", etc. Ficou patente que o *stewarding*, como sistema, não se adequa às realidades, cultura e experiência portuguesas; nem a Inglaterra, em matéria de segurança em recintos desportivos, é a melhor referência. De facto, em apenas 30 anos várias têm sido as tragédias que eclodiram em estádios ingleses e que se saldaram por 200 mortos e perto de 2000 feridos. As tensões profundas e contradições insanáveis que assolam a sociedade inglesa, como o desemprego, fenómenos xenófobos e racistas e a intolerância, transformaram o futebol inglês em campos de batalha, em ritualização da violência, terror e morte.

O Europeu de Futebol 2004, a realizar em Portugal, poderá ser a festa do desporto, da fraternidade, da paz, da competição leal e generosa, da amizade e convivência entre povos, da alegria. Mas é preciso que os adeptos e os espectadores sejam olhados como cidadãos e respeitados os seus direitos e liberdades, que a segurança efectiva seja da responsabilidade da força pública e que se ponha um travão na corrupção e nas influências e interesses estranhos ao desporto e ao futebol. Que todos, sem excepção, estejam à altura das suas responsabilidades em todo o processo de decisão, organização e funcionamento do importante evento que é o Europeu de Futebol 2004.

E como nota final, afirmar que não existe maior satisfação do que resistir aos profanadores das «catedrais» e aos discursos ideologicamente racistas. Em breve voltarei ao assunto.

Inconformados com a forma como têm sido tratados os seus problemas

Sargentos em luta pelos seus direitos

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) considerou decepcionante a campanha eleitoral para as legislativas de 17 de Março e revelou que estão a ser preparadas reuniões para debater os problemas nos três ramos das Forças Armadas.

Em comunicado, a Associação exorta os seus membros a continuar a lutar. A não ser assim, alerta, podem correr o risco de ficar numa situação mais grave do que a que têm actualmente.

No que se refere à campanha eleitoral, descrevem-na como, no mínimo, decepcionante. Isto porque, no entender da Associação, ou não se falou de nada «ou se tocaram doenças da rama em vez de tratar, ou tentar tratar, da raiz e dos troncos principais da árvore».

«Uma coisa foi comum a quase todos os discursos, e essa foi a de quase ninguém, salvo honrosas excepções,

ter falado das mulheres e dos homens que trabalham nas Forças Armadas, cumprindo e dando corpo a uma das missões mais importantes do Estado: proporcionar perspectivas de carreira e de vida digna», diz a Associação.

Entre outros problemas, citados são a acumulação de meses de vencimentos em atraso dos elementos do serviço militar obrigatório e o facto de os militares em comissão de serviço nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores não usufruírem do subsídio de insularidade, «como sucede com os

restantes agentes da Administração Pública».

A Associação informa também estar em curso a convocação de um encontro de sargentos da Armada, para 10 de Abril, no Laranjeiro (Almada). Para anteontem estava prevista uma reunião alargada da Comissão Permanente do Ramo da Força Aérea, enquanto que a Comissão Permanente do Exército está também a agendar um debate «para reforçar a sua organização e mobilização».

A direcção da ANS, ainda segundo o comunicado, decidiu entretanto encetar «uma série de contactos e reuniões com os núcleos e os delegados em todo o País para debater acções à luz da nova situação e auscultar o sentir dos sargentos».

A ANS revela ainda que a 26 e 27 de Abril haverá em Sevilha uma reunião do Convénio das Associações de Portugal e de Espanha.

Os problemas quase não foram tocados na campanha eleitoral



Novas acções de protesto podem ocorrer como a realizada na Baixa de Lisboa, em Junho de 2001 (na foto)

Abstenção dos emigrantes pode aumentar

Admite-se que a abstenção dos portugueses residentes no estrangeiro nas legislativas de 17 de Março possa vir a atingir um novo máximo, ultrapassando os 77% de há dois anos. De acordo com a lei, os emigrantes com capacidade eleitoral activa para a Assembleia da República votam por correspondência, sendo o escrutínio efectuado 10 dias depois do acto eleitoral em Portugal, sendo válidos os boletins de voto com carimbos de correio do país expedidor até ao dia das eleições decorrentes em Portugal.

Assim, estava previsto para ontem o apuramento dos votos da emigração para eleger quatro deputados, dois pelo Círculo Eleitoral da Europa e outros tantos por Fora da Europa.

Até há oito dias, o Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) recebera apenas 36.600 votos dos cerca de 160 mil emigrantes recenseados.

Para as legislativas de 17 de Março estavam inscritos nos cadernos 85.500 eleitores da Europa e 77.050 de Fora da Europa.

Nos últimos 30 anos, os portugueses foram chamados às urnas para a Assembleia da

República por dez vezes, tendo sido as legislativas de 1999 as que registaram o maior índice de abstenção dos emigrantes, uma vez que dos 183.351 inscritos, apenas votaram 43.040, o que corresponde a um alheamento na ordem dos 77%.

Cova da Moura contra abandono

O abandono a que o bairro tem sido votado motivou uma tomada de posição da Associação de Moradores da Cova da Moura, na Amadora, que criticou o Governo e a autarquia por ignorarem quem lá vive. A deliberação foi tomada em assembleia geral da associação, realizada no passado domingo.

No texto, os moradores referem que os problemas que têm afectado o bairro da Cova da Moura «não se centram somente nas condições de habitabilidade ou de socialização». O abandono e o desleixo a que o bairro da Cova da Moura foi sujeito, por parte do Governo central e local (autarquia e junta de freguesia), são as principais causas dos comportamentos anti-sociais. Neste contexto, os moradores exigem ser consultados, «como sempre foi prometido», sobre o futuro do bairro na sua recuperação, reconversão e legalização.

Debate interno e iniciativas de massas são prioridades dos jovens comunistas

Congresso da JCP em marcha

Arrancou decididamente a preparação do VII Congresso da JCP. A próxima etapa será a aprovação em princípio de Junho do regulamento de eleição de delegados e do projecto de resolução política a discutir na organização.

Este o calendário definido pela Direcção Nacional na sua última reunião, no passado fim-de-semana, no decorrer da qual foi decidido lançar também uma «campanha de afirmação» da JCP para Julho e Agosto próximos, meses em que será intensificada a edição de materiais de propaganda e as acções de recolha de fundos.

A eleição dos delegados terá início em Setembro, por alturas da festa do Avante!, espaço que os jovens comunistas entendem ser privilegiado para a divulgação do seu Congresso.

Para a Direcção Nacional da JCP, de acordo com o teor

aspirações da juventude e à afirmação e ao aprofundamento do ideal e do projecto comunista», sublinha a

Ligar o Congresso à luta e às aspirações da juventude

direcção da JCP, antes de chamar a atenção para a necessidade do reforço do trabalho no sentido de alcançar as metas decididas para a campanha de recrutamento (neste momento com cerca de 364 novos militantes) e de fundos.

Em curso, por iniciativa da JCP, está «Campanha da Paz», a decorrer durante todo o ano, destinada a divulgar as suas posições sobre esta matéria, designadamente as que respeitam à agressividade do imperialis-



Jovens comunistas arrancam para a sua reunião magna com entusiasmo e confiança

os objectivos deste encontro, é tempo agora de ir para a sua concretização prática, no entender da JCP, levando a todos os colectivos a «discussão dos projectos das resoluções políticas de organização e intervenção e de política educativa».

Não menos importante para os jovens comunistas é a X Conferência Nacional do Ensino Superior. A sua fase preparatória já começou, o que exige de toda a organização da JCP ligada ao Superior (OES), como salienta a Direcção Nacional, «um envolvimento e uma resposta que reforcem a análise da organização sobre o momento político actual nas escolas», bem como «sobre as linhas políticas e de intervenção futuras que contribuam para um inequívoco reforço da OES e da luta dos estudantes do ensino superior».

O reforço da influência e organização da JCP, segundo os seus dirigentes, passa ainda pelos jovens trabalhadores. Nesse sentido está igualmente em curso uma campanha de intervenção e recrutamento junto das empresas com forte presença juvenil.

Recomeçam obras no moinho de maré

Seixal recupera património

As obras de conservação do Moinho de Maré, de Corroios, suspensas há seis meses, deverão recomeçar em Abril, prevendo-se que o imóvel reabra ao público ainda este ano.

Esta é pelo menos a expectativa do presidente da Câmara do Seixal, Alfredo Monteiro, que aguarda apenas pela autorização da Administração do Porto de Lisboa para as dragagens e depósito de lamas, após o que os trabalhos prosseguirão com a limpeza da caldeira do moinho.

Neste contexto, conforme explicou em declarações à Lusa, este núcleo do museu municipal poderá ser novamente visitado ainda este ano, apesar da sua reabertura ter sido prevista inicialmente para o Verão do ano passado.

A «complexidade técnica» dos trabalhos de conservação da estrutura centenária do imóvel contribuiu, segundo o autarca, para os atrasos na conclusão da empreitada.

Depois, seguiu-se a suspensão da obra, decretada há «pelo menos seis meses», devido à falta do parecer da Administração do Porto de Lisboa, declarou a directora do Ecomuseu Municipal do Seixal, Graça Filipe.

Iniciados em Agosto de 2000, os trabalhos de conservação do Moinho de Maré, em Corroios, incluem, além do arranjo exterior do edifício e da caldeira, a renovação dos interiores.

Após a reabertura ao público, o imóvel passará a acolher uma exposição de longa duração sobre a história dos moinhos de maré

locais e a indústria da moagem, uma sala de vídeo e um espaço interactivo para as crianças.

O fabrico simbólico de farinha de milho e trigo, reavivado em 1986 após a primeira recuperação do edifício, será mantido.

As obras estão orçadas em 1,2 milhões de euros, sendo comparticipadas em 50 por cento por fundos comunitários e da Administração Central, no âmbito do Programa Operacional de Cultura.

Mandado construir em 1403 pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, o Moinho de Maré de Corroios foi o primeiro do género a ser edificado no Seixal, concebido onde chegaram a existir mais onze moinhos de mar, que entretanto ruíram ou foram adaptados para outros fins.

Dia do Estudante

O 40.º aniversário do Dia do Estudante, 24 de Março, foi saudado pela JCP numa resolução política onde se afirma que comemorar esta efeméride é assinalar a «determinação deste importante sector da juventude» na «luta pelos seus direitos».

No actual quadro político e social, segundo os jovens comunistas, a melhor forma de comemorar a data é continuar a luta «por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos».

Da resolução política aprovada na reunião da Direcção Nacional consta ainda um apelo às comemorações do 28 de Março, Dia Mundial da Juventude, designadamente às promovidas pelo movimento unitário, com relevo para as levadas a cabo pela Interjovem/CGTP.

de uma nota à imprensa, importa agora que as organizações no quadro da dinamização do 7.º Congresso dêem prioridade às iniciativas de massas e ao debate interno e com «amplos sectores juvenis».

«A preparação do Congresso deve estar intimamente ligada à luta pelas

mo, à corrida armamentista e ao ataque aos direitos, liberdades e garantias dos jovens.

Iniciativa em que os jovens comunistas estão igualmente empenhados é o 8.º Encontro Nacional do Ensino Secundário, a realizar em 13 de Abril, em Lisboa. Definidos que foram

Setúbal discute alterações ao trânsito

A Câmara de Setúbal promoveu, terça-feira, um debate sobre a circulação automóvel e o estacionamento no Largo de Santa Maria e ruas limítrofes, no âmbito do pelouro de Participação Cidadã criado pelo novo executivo camarário.

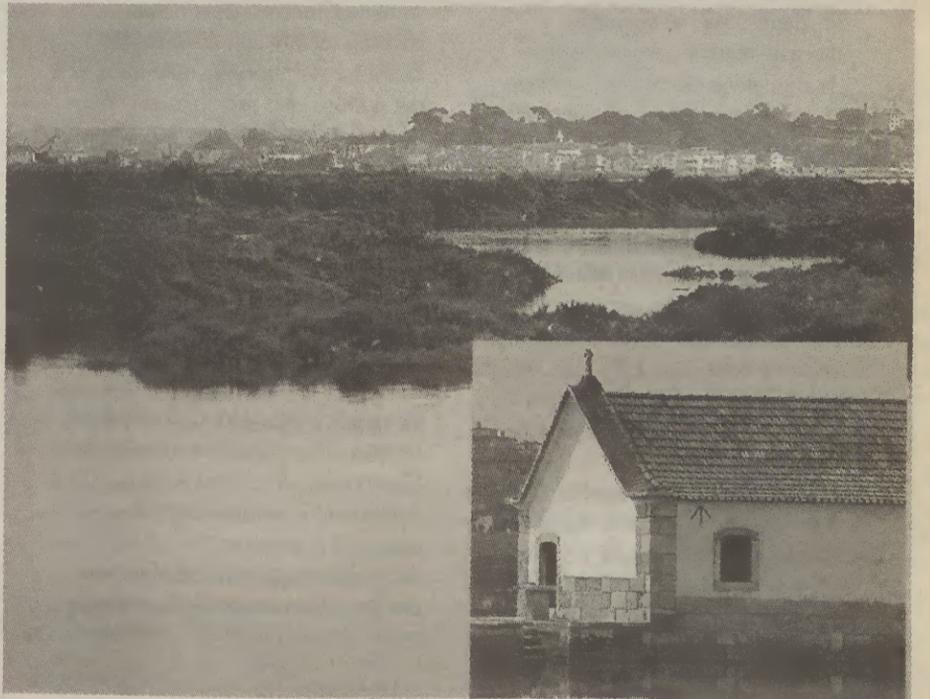
A autarquia pretende fechar o Largo de Santa Maria ao trânsito, com a colocação de pilares, face ao incumprimento por

parte dos automobilistas da sinalização proibitiva colocada no local há alguns meses.

A decisão não é pacífica dado que alguns comerciantes defendem a solução proposta pelo executivo camarário, enquanto outros dizem ter sofrido quebras de receitas muito significativas desde que foi proibida a circulação rodoviária no Largo de Santa Maria.

Com esta reunião, a Câmara quis dar uma oportunidade para que todos os moradores apresentem os seus pontos de vista, e, por esta via, alcançar uma solução consensual.

A Câmara Municipal de Setúbal, de maioria CDU, está a promover diversos encontros com a população para auscultar e debater as soluções a adoptar pelo executivo camarário.



O moinho de maré de Corroios, enquadrado na área sapal, foi o primeiro de mais de uma dezena que vieram a ser construídos no Seixal

«Amigos para Sempre»

● Pedro Carvalho

Irão os governos europeus manter em Barcelona as promessas de Lisboa?» era o título ao contributo da Mesa-Redonda dos Industriais (ERT) para o Conselho Europeu de Barcelona dos passados dias 15 e 16 de Março. Por seu lado, a UNICE, a voz do patronato na Europa, apresentava um documento com propostas detalhadas, lembrando que as «decisões de Lisboa foram um sucesso para o patronato», deixando o recado que «Barcelona será a oportunidade para os Estados-membros fazerem um compromisso claro» com a estratégia por eles decidida⁽¹⁾. Afinal, as oportunidades de negócio espreitam e há que aproveitá-las.

As prioridades do patronato coincidem com as posições da Comissão Europeia expressas no seu relatório para Barcelona, nomeadamente a reafirmação da aplicação estrita do pacto de estabilidade; a reforma do mercado de trabalho com vista a sua desregulamentação e flexibilização; e o acelerar do processo de liberalizações e privatizações. Confirmar Lisboa é confirmar a política de direita na base do processo de integração económica que une «social-democratas» e «cristão-democratas» (que une PSD e PS). Por detrás dos «enfoques» e das mistificações, como o pleno emprego, avançam orientações económicas e sociais marcadas pelo neoliberalismo que domina a construção europeia, onde os lobbies patronais se apresentam mais unidos e mais do que nunca influem no processo de definição das orientações, afirmando o seu papel de classe.

Avançar Lisboa

São por isso curiosos títulos de jornais como «Quinze longe de cumprir os objectivos de Lisboa»⁽²⁾, potenciando contradições (que as há) e defendendo a necessidade imperiosa do avanço da estratégia de Lisboa, como se isso servisse os interesses de todos e não apenas de alguns. Mas ao contrário das expectativas, as conclusões de Barcelona são realmente mais claras do que nunca sobre os reais objectivos da estratégia. Fruto de compromissos, acordos bilaterais, intensa diplomacia e reuniões de corredores, onde as contradições e interesses do capital falam mais alto. As conclusões nunca estiveram tão «cozinhas» antes de uma Cimeira deste tipo. ERT e a Comissão concordam que Barcelona seria «crucial» e poria a «liderança europeia em teste». O Conselho Europeu apelou à aceleração da reforma dos sistemas de pensões, nomeadamente a sua abertura a lógicas de rentabilização privada e à reforma do mercado de trabalho, aumentando a flexibilização, pondo a tónica na participação dos parceiros sociais

no encontrar de soluções. Para os trabalhadores tudo é posto em causa – negociação colectiva, prestações sociais, contratos de trabalho, organização do trabalho e formação dos salários – menos a moderação salarial. Avançou-se na liberalização do sector da electricidade e do gás para as empresas, na criação do Céu Único Europeu e no segundo pacote ferroviário. Aprovaram-se acordos prévios para acelerar a integração dos mercados financeiros.

Unidade à direita

A agenda do patronato cumpriu-se. As orientações estão dadas. O recém-criado Conselho Empresarial em Portugal, expressão de uma maior unidade do patronato, anunciou a apresentação de medidas para melhorar a competitividade, mostrando o grau de complementaridade entre as orientações comunitárias e a política de direita seguida até aqui, agora reforçada face a um governo PSD/PP. O próprio patronato que vem a terreiro falar sobre a indispensabilidade de «pactos de regime» para as reformas «necessárias», onde o PS deve estar incluído. O próprio Cavaco dá o recado às hostes laranjas e até o PS como «oposição construtiva» abre a porta aos «pactos», nomeadamente no que concerne os compromissos europeus, todos juntos – PSD, PS e PP – com a política de direita. Mas o avanço da direita na Europa, outrora povoada de rosas (13 governos socialistas em 15 da UE), não representa uma mudança na política, mas uma mera alternância. Nicholas Whyte⁽³⁾, investigador do Centro de Estudos de Política Europeia, afirma que o campo liberal sairá sempre reforçado como uma vitória do centro-direita, «sem que isso signifique uma alteração profunda na matriz económica da UE». Recordando também que «uma agenda económica, de inspiração liberal, foi fixada pelos Quinze Estados-membros da UE, precisamente em Lisboa, em Março de 2000, sob a presidência de António Guterres, líder de um governo socialista». A «direcção ficará na mesma» seja qual for a cor política dos próximos governos de Berlim ou Paris. Em Barcelona garantiu-se a continuação e o reforço da política de direita. No Parlamento Europeu o PSD, PS e PP (e as respectivas famílias políticas) assinaram compromissos onde se congratulam com as Conclusões de Barcelona. O patronato agradece. Como se diz na canção «Amigos para sempre», pois claro. Avizinham-se tempos difíceis para os trabalhadores. Esperemos para ver os pactos de regime! É por isso urgente construir a resposta.

As manifestações de trabalhadores em Barcelona foram um bom começo.

(1) UNICE 11/02/2002.

(2) DN 15/03/2002.

(3) DN 20/03/2002.

Abertura à concorrência elimina 40 mil empregos nos correios britânicos

O fim da Royal Mail

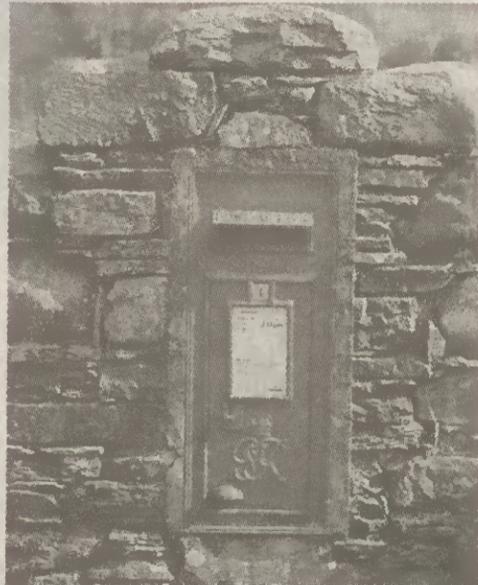
Já a partir do próximo dia 1 de Abril, os correios britânicos perdem o monopólio da distribuição obrigando a antiga Royal Mail a reduzir drasticamente os seus efectivos.

Dentro de quatro anos o mercado britânico de serviços postais estará totalmente aberto à concorrência dos privados, estimando-se que até lá sejam despedidos mais de 40 mil trabalhadores hoje ao serviço da empresa mista Consignia, designação que a Royal Mail adoptou há dois anos quando foi parcialmente privatizada.

Para além da redução do quadro de pessoal, a empresa, que emprega actualmente 220 mil pessoas, planeia ainda encerrar três mil balcões em todo o país, certamente os menos rentáveis, desfigurando para sempre o lendário serviço de correio britânico.

Nos próximos dois anos, até Abril de 2004, a Consignia abrirá 30 por cento do mercado de distribuição para grandes clientes (com mais de quatro mil unidades por envio). Nos anos seguintes perde o monopólio dos clientes que remetem entre 500 e mil unidades por

envio e, em 1 de Abril de 2006, terá de enfrentar a concorrência total com empresas como a holandesa TPG ou a alemã Deutsche Post que há muito aspiram ao lucrativo mercado britânico.



De resto, o pessimismo na Consignia é tal que a companhia planeia voltar a chamar-se Royal Mail, para segurar os seus clientes, embora seja já tarde para recuperar o prestígio perdido nos últimos dois anos de privatização.

A hora é pois de emagrecimento e a primeira fase

da liberalização já tem 15 mil despedimentos anunciados. A administração anunciou entretanto que já chegou a acordo com os sindicatos para que as rescisões sejam voluntária, contudo não será fácil reduzir 40 mil empregos em quatro anos sem conflitualidade laboral.

Depois de privatizada, os prejuízos da companhia multiplicaram-se por cinco, calculando-se que só o sector das embalagens perca 200 milhões de libras por ano (325 milhões de euros), e que a distribuição de cartas represente um prejuízo diário de um milhão de libras.

Entre as razões de tal descalabro inclui-se certamente o surgimento do correio electrónico que veio reduzir o envio normal de cartas. Mais os prejuízos dispararam sobretudo

do após a abertura à concorrência do sector das embalagens.

A empresa sofreu igualmente com a quebra no envio de publicidade devido à crise económica geral, queixando-se ainda do mau funcionamento dos comboios britânicos, que estão igualmente privatizados.

Manifestantes contra belicismo europeu

Mais de dois mil manifestantes encheram com protestos a noite de sábado na cidade espanhola de Saragoça, onde decorreu, sexta e sábado, uma reunião dos ministros da Defesa da União Europeia.

As palavras de ordem que se liam nos cartazes, como «Stop à UE belicista», «Contra o vírus militar: desobediência» ou «Somos milhões. Revolução global», repudiavam o objectivo declarado pelos Quinze de reforçar a capacidade militar comunitária para pôr em marcha a política europeia de defesa comum (PESC).

Nesta reunião informal de Saragoça, os titulares da Defesa discutiram nomeadamente a proposta espanhola de incluir a luta contra o terrorismo no âmbito de acção da Força Europeia de Reacção Rápida, que deverá estar operacional no próximo ano, integrando 60 mil soldados.

Esta proposta representa o alargamento das missões atribuíveis à força comunitária, a qual, recorde-se, está exclu-

sivamente orientada para as chamadas missões Petersberg, de pacificação e ajuda humanitária.

Apesar das reservas de vários países e mesmo do próprio Javier Solana, alto representante para a Política Exterior, e Segurança Comum, o governo espanhol já deu indicações aos seus representantes na Convenção Europeia para aí apresentarem esta proposta, com vista a ser incluída na próxima conferência intergovernamental em 2004.

Nesta reunião, a presidência espanhola ganhou o apoio dos ministros da Defesa à declaração contra o terrorismo que se prepara para apresentar na próxima cimeira de Sevilha. Neste texto a União Europeia compromete-se a melhorar de forma imediata os seus meios para fazer frente a um ataque como o de 11 de Setembro. São especificadas quatro áreas: a cooperação dos serviços de informação; a coordenação dos sistemas de protecção contra agres-

sões nuclear, bacteriológica e química; o aproveitamento da nova regulamentação sobre o «céu único» para incrementar a segurança aérea e a defesa das forças militares destacadas em missões humanitárias.

Com a participação, pela primeira vez, do secretário-geral da NATO, George Robertson, a reunião dos Quinze ficou ainda marcada pela manutenção do veto da Grécia a um acordo entre a UE e Aliança Atlântica, indispensável para que a força militar europeia assumida no próximo Outono a missão de paz na Macedónia.

Para esta operação a União Europeia precisa de ter acesso às estruturas da NATO, como o quartel-general das forças aliadas na Europa em Mons, Bélgica. Contudo, a Grécia bloqueia este desde Dezembro, contestando o compromisso implícito com a Turquia, membro da NATO mas não da UE, segundo o qual os Quinze não interviriam no futuro na ilha dividida de Chipre.

UE/ACP cooperam na Ciência

Representantes de 47 países da América Latina, Caraíbas e União Europeia aprovaram hoje, em Brasília, uma declaração sobre cooperação científica e tecnológica que deverá ser ratificada em Maio, em Madrid.

As áreas definidas como prioritárias para a cooperação bilateral em matéria de Ciência e Tecnologia foram saúde e qualidade de vida, sociedade da informação, crescimento competitivo num ambiente globalizado, desenvolvimento sustentável e património cultural.

O documento aprovado durante o fórum ministerial de Brasília destaca que a cooperação entre os blocos expressa a vontade política de seus membros e está baseada em objectivos sociais.

Os trabalhos conduziram à criação de um grupo de trabalho para determinar acções concretas

a desenvolver até o final do ano. Integram este grupo oito países europeus, incluindo Portugal, e oito latino-americanos, além dos coordenadores de cada uma das regiões - Comissão Europeia e Brasil.

Os dois blocos devem desenvolver novos mecanismos para incentivar projectos inovadores e estimular a aproximação entre universidades, centros de excelência e empresas. Durante o fórum, ficou decidido ainda um plano de acção que prevê a mobilização de todos os recursos necessários para a cooperação no sector.

Eurostat duvida de Portugal

O Eurostat manifestou na passada semana dúvidas sobre o défice orçamental português do ano passado, o qual, avisou, poderá ser revisto em alta. Em causa está a classificação dada pelo Governo a injecções de capital em empresas públicas, que terão sido apresentadas como «aquisições de acções e outras participações, sem efeito para o défice público». O gabinete de estatística da União Europeia afirma não estar em condições de certificar os valores avançados por Portugal, queixando-se de «falta de informação», mas avisa que «algumas destas injecções de capital poderão ser reclassificadas como transferências de capital», que leva a que os 2,2 por cento de défice orçamental sejam considerados como um valor «provisório»

e «susceptível de ser revisto em alta». O défice orçamental português de 2,2 por cento do Produto Interno Bruto, em 2001, foi dos mais elevados da União Europeia (UE), ainda assim ultrapassado pelos 2,7% da Alemanha.



Os trabalhadores italianos estão mobilizados para a defesa das leis laborais que impedem os despedimentos arbitrários

Italianos repudiam o livre despedimento Três milhões em Roma!

A resposta dos trabalhadores italianos à ofensiva do governo de direita de Berlusconi não podia ser mais expressiva. Três milhões de pessoas ocuparam literalmente o amplo campo onde se situa o coliseu romano.

A direita no poder em Itália voltou a tremer, no passado sábado, perante uma gigantesca manifestação convocada pela Confederação Geral Italiana do Trabalho (Cgil) e que, segundo dados da organização, reuniu cerca de três milhões de pessoas na capital romana, tornando-se na maior concentração política de que há memória no país desde o pós-guerra.

**Berlusconi
treme
mas não desiste
de levar
por diante
os seus intentos**

Anunciada há várias semanas para contestar a política económica do governo e em particular a reforma das leis laborais, a marcha não deixou de condenar firmemente o terrorismo, na sequência do assassinato de Marco Biagi, assessor do ministro do Trabalho, na quarta-feira anterior.

Depois de ter pedido um minuto de silêncio à multidão que se estendia até per-

der de vista, o secretário-geral da Cgil, Sergio Cofferati, fez questão em deixar claro que os sindicatos nunca aceitaram «a lógica da violência: nem nas palavras nem nos actos». E acrescentou, respondendo às declarações de Berlusconi, que «quem nos acusa de participar neste clima de ódio ofende-nos, ofende a nossa história e a inteligência dos italianos».

Por seu lado, o governo tenta agora explorar o acto terrorista em seu favor, afirmando que não recuará em relação ao artigo 18, que impede os despedimentos sem justa causa.

Na véspera da manifestação, numa mensagem televi-

siva, o primeiro-ministro Berlusconi reiterou que o seu programa continuaria em frente «em homenagem» a Biagi, que foi um dos seus autores.

E a direita, reunida na coligação Casa das Liberdades, prepara-se para responder com uma manifestação maciça em 11 de Maio, para festejar a vitória eleitoral do ano passado. No entanto é improvável que atinja as proporções da marcha de sábado.

Entretanto, reagindo aos ataques do governo, os sindicatos recusaram, na terça-feira, sentar-se à mesa com o governo para discutir as reformas. A luta vai, pois, continuar.

Argélia critica directiva do gás

O ministro da Energia e Minas argelino, Chakib Khelil, esteve em Bruxelas nas segunda e terça-feiras para pressionar a União Europeia a rever a directiva sobre gás que institui a livre concorrência em matéria de transportes e fornecimento de gás na Europa.

Khelil encontrou-se com o secretário de Estado da Energia e Desenvolvimento belga, Olivier Deleuze, com a vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelas Relações com o Parlamento Euro-

peu e comissária europeia da Energia e Transportes, Loyola de Palacio, com o comissário da Concorrência, Mario Monti, e ainda com o presidente da Comissão, Romano Prodi.

A Argélia considera que a directiva sobre gás visa «garantir apenas o aprovisionamento dos países europeus» enquanto «fragiliza as economias dos países fornecedores».

Esta ideia foi expressa pelo próprio presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, duran-

te o segundo Fórum dos Países Exportadores de Gás, realizado em Argel no início de Fevereiro. Segundo afirmou «os europeus devem ter em conta a especificidade do mercado do gás, que necessita de enormes investimentos». «As estratégias do gás são necessariamente definidas para o longo prazo, porque a indústria do gás implica longos prazos de amortização».

Deste modo a introdução da concorrência é vista com

apreensão uma vez que poderá provocar um confronto entre os países produtores e conduzir a uma baixa dos preços, concluíram os participantes no fórum, apelando para a instituição de uma verdadeira parceria entre os países consumidores e produtores neste domínio.

A Argélia exporta anualmente mais de 60 mil milhões de metros cúbicos de gás, dos quais 95 por cento se destinam ao mercado europeu.

PE alinhado com Barcelona

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu foram as únicas vozes portuguesas a condenar as conclusões da Cimeira de Barcelona, votando contra a resolução conjunta que as diferentes famílias políticas ali representadas fizeram aprovar na passada semana.

Considerando que a última

cimeira «assumiu aspectos muito preocupantes, designadamente no que se refere ao prosseguimento e aceleração das privatizações, à liberalização e desregulamentação dos sectores da energia, dos transportes e das telecomunicações e a aspectos importantes dos direitos dos trabalhadores», Ilda Figueiredo

lamentou que o PE se tenha congratulado com o resultado global de Barcelona.

Na sua declaração de voto, a deputada criticou as reformas do mercado de trabalho baseadas na flexibilização, na precarização do trabalho e na moderação salarial, repudiando ainda o aumento de cinco anos na idade média da

reforma, medidas que «indicava uma caminho perigoso de ameaça à protecção social».

Ilda Figueiredo lembrou ainda as grandiosas manifestações do movimento sindical e associativo que decorreram em Barcelona, sublinhando que se impõe «uma mudança de política e não mais do mesmo».

Deficientes em congresso europeu

O 1.º Congresso Europeu dos Deficientes realizou-se de 21 a 23 de Março, em Madrid, sob os auspícios da presidência espanhola da União Europeia. Os 400 participantes, entre os quais estava uma delegação da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), aprovaram por unanimidade um documento, designado «Declaração de Madrid», cujo conteúdo querem ver espelhado nas políticas dos diferentes estados-membros.

Sob o lema «Não discriminação + acção positiva, igual a integração», o Congresso exigiu que os governos europeus transponham para as respectivas legislações as directivas relativas à inclusão dos deficientes, designadamente a directiva 78CE sobre a não discriminação em matéria de emprego. Foi igualmente exigida a participação das pessoas com deficiência e suas organizações representativas na definição de acções e medidas políticas que lhes digam respeito. A CNOD exorta o futuro governo a acolher e aplicar a Declaração de Madrid.

Comissão quer proibir antibióticos

A Comissão Europeia quer retirar os antibióticos da alimentação dos animais, mas a interdição será progressiva e só terá início a partir de 2006. Este atraso, como explicou, na segunda-feira, em Bruxelas, o comissário europeu responsável pela Saúde e Protecção dos Consumidores, David Byrne, deve-se a «factores processuais» que levam a que a adopção do regulamento «demore ainda cerca de dois anos» e com «factores de ordem científica», dando tempo aos investigadores de encontrarem alternativas aos quatro antibióticos hoje utilizados como facto de crescimento. Esta decisão enquadra-se na estratégia comunitária de luta contra a ameaça que representa para a saúde humana, saúde animal e para os vegetais a resistência aos agentes antimicrobianos. A par da interdição de antibióticos, a proposta de regulamento da Comissão prevê uma clarificação de determinados aspectos processuais relacionados com a autorização de comercialização de aditivos para a alimentação animal. O comissário Byrne pretende que as novas autorizações sejam dadas apenas por um período de dez anos e que todas as empresas que comercializam aditivos renovem, nos sete anos subsequentes à entrada em vigor do regulamento, a autorização para os seus produtos, demonstrando o seu efeito positivo nos animais e a ausência de qualquer risco para a saúde humana, animal e para o ambiente.

Crise Académica de 1962

Quando os estudantes disseram não ao fascismo

Há 40 anos, a crise estalou. Milhares de universitários saíram à rua em defesa dos direitos associativos. O principal motivo foi a proibição das comemorações do Dia do Estudante, a 24 de Março, mas muitas outras razões existiam. A data foi recordada em entrevista por dois antigos membros das associações de estudantes: Manuela Bernardino, actual dirigente do PCP, e Aguiinaldo Cabral, hoje chefe de serviço de pediatria do Hospital Santa Maria e assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa.

• **Isabel Araújo Branco**
texto
• **Jorge Cabral**
fotos

A Crise Académica de 1962 era inevitável. Quem o afirma é Aguiinaldo Cabral e Manuela Bernardino, dirigentes associativos da época, respectivamente da Comissão Pró-Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa e da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico. Na base da contestação estão os direitos de associação dos estudantes, postos em causa pelo decreto-lei n.º 40.900, datado de 1956 mas nunca posto em prática por pressão estudantil. Este diploma determinava que os dirigentes associativos só podiam tomar posse depois de serem homologados pelo Ministério da Educação, previa a participação do director da escola ou seu delegado em todas as reuniões das AEs, incluindo as

Assembleias Gerais, e garantia a possibilidade do ministro da Educação substituir as direcções eleitas por «comissões administrativas» nomeadas por ele, suspender o seu funcionamento ou extinguí-las. As actividades culturais sofriram apertado controlo e era proibido o contacto com organismos estudantis estrangeiros sem autorização prévia. Era assim posta em causa a autonomia das universidades e a independência das AEs. Mas, se este é o motivo de fundo da Crise Académica de 1962, outras razões estão por detrás. Manuela Bernardino e Aguiinaldo Cabral sublinham a importância das actividades culturais, recreativas e de convívio promovidas

pelos AEs - em que o Dia do Estudante se incluía -, em muitos casos as únicas a que muitos estudantes tinham acesso. É a época do cineclubismo, do campismo e da leitura de livros proibidos pela censura, bem como de ansiados encontros com associações académicas estrangeiras, pretexto para visitas a algumas cidades europeias, entre elas a desejada Paris.

Em cima da mesa está, pois, a defesa dos direitos de associação e das suas actividades extracurriculares, mas o que motivou de facto a contestação foi a proibição por parte do Ministério da Educação das comemorações do Dia do Estudante. Reivindicava-se a revogação do decreto 40.900 e a formação da Federação Académica de Lisboa e da União Nacional dos Estudantes.

«Mais dia menos dia, a contestação estalará», considera Aguiinaldo Cabral. Manuela Bernardino acrescenta que, se a polícia não tivesse intervenido, este movimento não se teria desenrolado da mesma forma. Foi a mais importante, expressiva e criativa manifestação estudantil durante o fascismo. Esta antiga dirigente lembra o «erro» que o regime cometeu ao construir a Cidade Universitária, estrutura que facilitou a união e a concentração dos estudantes de Lisboa.

Primeiro contacto com a democracia

O País vivia um ambiente de contestação, que contribuiu para o alastramento do movimento. A guerra em Angola tinha-se iniciado no ano anterior e todos os estudantes que não tivessem aproveitamento ou que concluíssem o

curso eram incorporados no exército e enviados para as colónias. Havia ainda a luta de libertação nacional da Argélia, sem esquecer os assaltos ao quartel de Beja e ao pacote Santa Maria, as duas fugas colectivas das prisões de Peniche e Caxias e a luta dos assalariados agrícolas pelas oito horas de trabalho diário desenvolvidas no



Quase todas as associações de estudantes contavam com a participação de comunistas, afirma Manuela Bernardino; «As reivindicações eram justas», lembra Aguiinaldo Cabral

Alentejo e no Ribatejo, entre outras. Estas acções culminarão no 1.º de Maio, o mais expressivo durante os 48 anos de fascismo.

Para muitos alunos, a eleição para as associações de estudantes e as decisões democráticas em plenário foram o primeiro contacto com uma forma de democracia participativa. Na opinião de Manuela Bernardino, isso foi determinante. Tal facto explica também os altos níveis de adesão dos estudantes às greves, manifestações e reuniões de discussão. «Além disso, as reivindicações eram justas», acrescenta Aguiinaldo Cabral.

As raparigas estavam em pé de igualdade com os rapazes, embora em número minoritário. As decisões eram tomadas por todos e igualmente por todos postas em prática. A diversidade de posições ideológicas não impediu a unidade na acção dos estudantes, apesar de terem ocorrido muitos debates sobre o rumo a seguir.

24 de Março - Os universitários de Lisboa comemoram o Dia do Estudante. Durante seis horas, cerca de três mil estudantes manifestam-se na Cidade Universitária. O local é invadido por camiões da polícia de choque, armada de metralhadoras. Regista-se uma carga policial sobre os estudantes, provocando numerosos feridos. Muitos estudantes são presos.

25 de Março - A polícia invade uma reunião de estudo na Faculdade de Medicina.

26 de Março - O luto académico é decretado em Lisboa e Coimbra. Será suspenso dois dias depois.

5 de Abril - O Ministério da Educação proíbe formalmente o Dia do Estudante. O reitor da Universidade de Lisboa, Marcelo Caetano, pede a demissão.

12 de Abril - Recomeço do luto.

9 de Maio - 86 estudantes iniciam uma greve da fome, na cantina. É decretado o luto académico total com ausência às aulas e exames.

11 de Maio - Mil e quinhentos estudantes são presos por acompanharem a greve da fome.

14 de Maio - A polícia cerca o IST para impedir a reunião de estudantes.

15 de Maio - A Cidade Universitária é invadida pela polícia para impedir uma reunião de estudantes.

21 de Maio - O Ministério da Educação publica um decreto em que permite a aplicação de sanções a estudantes sem prévio julgamento.

19 a 26 de Maio - Em Coimbra, 150 estudantes barricam-se na AAC em protesto contra as medidas do Governo. A AAC é invadida pela polícia e os estudantes presos.

5 de Junho - A polícia ataca uma reunião de estudantes no Hospital Escolar.

15 de Junho - Termina o luto académico.

Mas não foram apenas os alunos que saíram mais consciencializados com a crise académica. Também os pais ficaram mais informados e muitos apoiaram os filhos nos protestos. Durante a greve da fome - iniciada a 9 de Maio - foram presas 1500 pessoas pela polícia, entre elas estudantes e seus familiares. Os alunos de vários liceus, colégios e institutos industriais e comerciais de Lisboa juntaram-se aos universitários no luto, sob diversas formas. Os estudantes da Escola Técnica de Almada manifestaram-se naquela cidade.

Afinal, quarenta anos não foi assim tanto tempo!

• **Ruben de Carvalho**

O colóquio e a sessão na Aula Magna da Reitoria da cidade universitária comemorando o 40.º aniversário da Crise Académica de 1962 justificam algumas reflexões. Só por si, tal facto é desde logo significativo: para além do carácter afectivo e mesmo alguma inevitável componente saudosista (pessoas houve que não se viam há trinta e mesmo quarenta anos), a verdade é que não foi essa a tónica das iniciativas do passado fim-de-semana. A Crise de 62 constituiu um fulgurante momento de intervenção antifascista de milhares de homens e mulheres então nos seus vinte anos e essa experiência marcou-os para sempre. Não apenas do ponto de vista pessoal e humano, mas também numa vontade de participação política marcadamente à esquerda que continua a revelar-se ao fim de quatro décadas. Não é uma situação vulgar.

As Associações de Estudantes

É possível afirmar que a Crise foi, numa simultaneidade ímpar, um dos mais participados, prolongados e vistosos conflitos enfrentados pelo salazarismo, nomeadamente no pós-guerra. Tal facto não faz dela, já se vê, o mais importante episódio do longo e multifacetado combate conduzido durante quase meio século pelo povo português e é fruto de circunstâncias contraditórias, frequentemente alheias ao movimento estudantil propriamente dito.

No quadro do edifício repressivo do fascismo português, as Universidades em geral e particularmente as Associações de Estudantes (AAEE) contaram, praticamente até à derrocada de Abril de 74, com uma situação única, fruto da fatal convicção do regime de que a origem social (apenas 4% dos então 30 000 universitários provinham de famílias operárias) estabilizaria a situação e consentiria sem riscos um funcionamento autónomo e democrático das AAEE.

Por outro lado, as AAEE constituíram-se como uma peça essencial do funcionamento académico, ao desenvolverem um vasto conjunto de imprescindíveis actividades sociais e de serviços, da impressão e venda de materiais de estudo às cantinas, da assistência médica ao desporto. Este papel gerou uma ligação directa a toda a comunidade estudantil, ao mesmo tempo que, administradas por estudantes eleitos, gerava dirigentes e quadros e uma aprendizagem de efectiva e alargada vivência democrática.

Em 1956, o salazarismo apercebeu-se dos riscos contidos na situação e tentou alterá-la através do Decreto-lei 40 900 que desencadeou uma onda de protestos nas academias. A vitória de então, impondo a não aplicação do decreto, iniciou um período de enorme vitalidade das AAEE que se traduziu simultaneamente num processo de coordenação das diversas estruturas (criação da RIA-Reuniões Inter-Associações, assumidamente embebido de uma desejada Federação ou União Nacional de Estudantes, taxativamente proibida pelo fascismo e claramente assumida no lema do Dia do Estudante de 62) e num impetuoso alargamento de actividade às áreas culturais e de convívio (teatro, exposições, colóquios, edição de jomais, criação do cine-club, festas, viagens e excursões, etc.), com um marcado cariz ideológico de progressista.

Contradições da repressão

A mesma realidade da origem social da esmagadora maioria dos estudantes teve ainda dois reflexos relevantes: por um lado, para



Na contestação, as raparigas estão em pé de igualdade com os rapazes

a grande maioria, originária de famílias da burguesia, foi um surpreendente e rapidamente radicalizante confronto com o carácter repressivo do regime, em plena vigência do qual haviam nascido e de que haviam estado mais ou menos salvaguardados.

Mas, por outro lado, foi um empecilho para o regime que enfrentou óbvias dificuldades em desencadear sobre os estudantes a mesma brutal repressão que não hesitava em lançar sobre os camponeses do Alentejo e Ribatejo ou sobre os operários do Barreiro, Alhandra ou Covilhã. Tais hesitações são o factor essencial que explica a invulgar duração da Crise, que se arrastou ao longo de quatro meses, de Março a Junho, e que constituiu um precioso factor de amadurecimento de quadros e das massas, uma aprendizagem política única e um incalculável factor multiplicador do impacto nacional dos acontecimentos, já potenciado pela concentração universitária em cidades de grande visibilidade.

Este quadro não pode contudo fazer esquecer que a Crise tem igualmente de ser lida à luz de acontecimentos que lhe são externos, mas cuja influência sobre ela directamente se fez sentir.

A partir de 1958 e da campanha de Humberto Delgado, o salazarismo enfrentou uma sucessão de problemas que, com naturais flutuações, acabaram apenas no seu derrubamento em 74. Após a gigantesca mobilização gerada por Delgado, a dura e vitoriosa luta dos camponeses do Sul à conquista das 8 horas de trabalho, greves operárias de grande envergadura, tentativas de golpes militares (12 de Março e assalto ao quartel de Beja), acções de resistência armada (assalto ao pacote «Santa Maria», desvio de um avião da TAP), o colapso militar das colónias portuguesas na Índia, grandes manifestações de rua (1.º de Maio de 62), o início da determinante guerra colonial.

Os comunistas e a Crise de 62

Particularmente importante, ainda, a fuga de dirigentes comunistas de Caxias e Peniche, que daria início a um vasto e profundo processo de fortalecimento do PCP.

A influência dos comunistas na própria Crise é, aliás, assunto que gera alguma polémica e sobre que será útil clarificar algumas ideias. Ninguém ignora que a única força política organizada no movimento estudantil eram os estudantes comunistas, tendo o ano lectivo de 1961/62 assinalado uma importante evolução traduzida no facto de ser comunista a maioria do núcleo essencial dos dirigentes associativos eleitos para as direcções das AAEE e estruturas federativas. A situação acentuava-se, aliás, pelo facto de apenas uma outra organização - a JUC, Juventude Universitária Católica - ter presença organizada na Universidade, sendo contudo verdade que não só os seus activistas mais destacados estavam completamente integrados no movimento estudantil, como ideologicamente a organização começava a definir-se na área dos católicos progressistas antifascistas.

Tais factos têm vindo a sofrer alguma contestação, especialmente por parte de alguns participantes na Crise ao tempo militantes do PCP e que entretanto adoptaram outros posicionamentos políticos e partidários, processo, de resto, perfeitamente normal. Chama-se por um lado a atenção para a inquestionável evidência que não era constituída por membros do PCP a maioria dos milhares e milhares de estudantes que participaram na Crise. Trata-se já se vê de uma afirmação jamais feita, até

pelo excelente motivo de ligar a evidência à irrelevância. Uma das insofismáveis contribuições dos quadros comunistas na configuração que assumiu a Crise foi exactamente a da constante procura de orientações que, por um lado, gerassem e fortalecessem uma unidade tão ampla quanto possível e, por outro, permitissem que o movimento adquirisse a dimensão de massas que adquiriu e que está na origem da sua pujança e significado.

É evidente também que, tal como não eram comunistas todos os mais influentes dirigentes estudantis de então, também não foram apenas os comunistas a defenderem e porem em prática tais orientações. Mas não cabe qualquer dúvida que deles partia um pensamento e uma acção não apenas protagonizado por numerosos quadros, como também mais estruturado e coeso, num processo de unidade e solidariedade que deixou positivos traços nas quatro décadas que se seguiram.

Unidade

O segundo argumento assenta na afirmação de que a condução política da Crise foi feita essencialmente pelos dirigentes associativos e numa exaltante prática de democracia representativa e directa, sendo - até pelo dinamismo do processo conjugado com as dificuldades da repressão - relativamente reduzida a orientação proveniente da estrutura clandestina do PCP e da sua direcção.

A afirmação contém uma parte de verdade e outra de significativa incompreensão. Na verdade, não há quem ignore a próxima ligação entre quadros clandestinos do PCP e as células estudantis, proximidade que frequentemente se traduzia mesmo na arriscada presença de um dirigente clandestino com as responsabilidades de José Bernardino nas proximidades do Estádio Universitário durante o decorrer de plenários com vista a contactos e trocas de impressões imediatos.

Mas isso nem sequer será o mais importante. A verdade é que, pesassem as dificuldades de contactos ao ritmo a que a Crise se desenvolvia, o Partido estava lá sempre inevitavelmente através da presença dos seus militantes e respectivas organizações nas Faculdades! A sua participação na definição de orientações era dada enquanto comunistas, enfrentando a realidade, agindo sobre ela, lado a lado com muitos outros estudantes com os quais, ainda e sempre como comunistas, construíam a unidade.

O facto de muitos desses militantes - muitos dos quais dos mais destacados dirigentes da Crise - terem deixado o PCP em nada altera a História: com eles e muitos outros, o PCP esteve sempre e decisivamente na Crise de 1962.

dia do estudante

LISBOA, 23 a 25 MARÇO

a unidade de hoje pela união de amanhã

Saffiya em liberdade

Saffiya Hussaini, a nigeriana de 35 anos condenada à morte por apedrejamento, foi absolvida no início da semana. O tribunal que apreciou o recurso revogou a pena baseando-se no facto de o alegado adultério de que Saffiya era acusada ter sido cometido antes de este se ter tornado crime à luz da «sharia», em vigor em 11 estados do norte da Nigéria. A Amnistia Internacional (AI) e a ONG nigeriana «BAOBAB for Womens's Rights», em comunicado divulgado em Londres, congratularam-se com a decisão do tribunal, mas denunciam que «existe um número crescente de pessoas condenadas à pena de morte, chicotadas e amputações de membros em sentenças proferidas por tribunais do norte da Nigéria». O comunicado das duas organizações apela ao governo nigeriano para que «tome as medidas necessárias» para garantir que todos os casos de justiça julgados nos estados que adoptaram a «sharia» estejam conforme a legislação internacional.

Casamança próximo da paz

O Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC) e o Senegal concluíram antontem as negociações para a solução do conflito de Casamança, admitindo ambos que existe uma «forte oportunidade» para a paz. As negociações, a decorrer na Gâmbia, deviam ter terminado ontem, mas segundo o secretário-geral interino do MFDC, Sidi Badji, tiveram um desfecho que «permite perspectivar um futuro promissor para Casamança». «Esta vez», disse, «estão criadas todas as condições para o sucesso dos esforços de paz». O MFDC luta há 20 anos pela independência de Casamança, região situada a sul do Senegal.

Incidentes em Timor

A equipa independente que investiga os recentes incidentes na cadeia de Becora, em Díli, durante os quais os 269 reclusos se recusaram a voltar às suas celas, terá de apresentar as suas conclusões até 5 de Abril. A decisão foi anunciada após uma reunião, na segunda-feira, de Sérgio Vieira de Mello com os investigadores. O inquérito deverá determinar as causas do incidente, as queixas dos reclusos, as condições da cadeia e os procedimentos prisionais. Os reclusos de Becora queixaram-se, entre outros aspectos, de alguns maus tratos pelos guardas prisionais timorenses, de falta de condições alimentares e da morosidade do processo de justiça (alguns estão detidos há mais de dois anos à espera de julgamento). O impasse, recorde-se, foi resolvido depois da visita à cadeia de Becora da ministra da Justiça, Ana Pessoa, do vice-ministro Domingos Sarmiento e de Xanana Gusmão.

Parceria do G-8 com países africanos posta em causa pelos EUA a pretexto do Zimbabué

África ameaçada de chantagem económica

As pressões para o isolamento do Zimbabué dominam a cimeira da Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento de África (NEPAD) a decorrer na Nigéria.

A reunião que reúne na capital nigeriana, Abuja, chefes de Estado e de governo de 19 países africanos, visa apreciar o plano de acção para África na sua parceria com os G-8, grupo dos sete países mais industrializados e a Rússia.

Baseada no figurino do Plano Marshall para a Europa, após a II Guerra Mundial, a NEPAD procura anualmente investimentos para desenvolver economias africanas e suscitar um crescimento anual de sete por cento. No encontro iniciado antontem, os dirigentes africanos propõem-se, para além de avaliar o cumprimento das decisões tomadas anteriormente, definir uma estratégia de desenvolvimento a apresentar na próxima cimeira dos G-8, no Canadá, em Junho.

A tarefa não se afigura fácil, sobretudo devido às crescentes pressões do mundo ocidental para o isolamento de Robert Mugabe, presidente do Zimbabué.

Os EUA, através do vice-secretário de Estado Assistente para Assuntos Africanos, Charles Snyder, fez saber que o apoio dado à reeleição de Mugabe pode pôr em perigo a ajuda norte-americana ao continente.

Segundo a Lusa, Snyder afirmou numa reunião do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais que os EUA tinham decidido «falar bem alto e claro sobre esta questão», porque «não nos podemos dar ao luxo de começar o século XXI em África com este tipo de desastre político e económico nas zonas mais prometedoras do continente».

«Presentimentos»

Numa ameaça velada mas clara, Snyder disse haver «o presentimento de que, se África não se levantar neste caso, vai paralisar a capacidade de fornecer o tipo de ajuda económica que queremos fornecer - não a ajuda

humanitária mas a ajuda económica séria».

Os EUA não escondem ser necessário «encontrar meios para ultrapassar o obstáculo» chamado Mugabe, agitando a ameaça de boicote económico. A posição dos países africanos, disse Snyder, põe em perigo os planos para a NEPAD elaborada pela África do Sul, Nigéria e Argélia.

Certamente esquecido das presidenciais norte-americanas, o diplomata chegou mesmo a afirmar que o que se passou no Zimbabué «ultrapassa tudo o que é permissível no século XXI».

Ao contrário da União Europeia e dos EUA, a Organização de Unidade Africana (OUA) considerou as eleições do Zimbabué

legítimas, afirmando que decorreram com «problemas mínimos». A suspensão do Zimbabué da Commonwealth por um ano, apoiada por países como a Nigéria e a África do Sul, não é considerada penalização suficiente pela Grã-Bretanha e EUA, uma vez que nenhum destes países cortou relações com Mugabe.

Estranho consenso

Stephen Morrisson, do Programa de África do Centro de Estudos Estratégicos, considera que as eleições no Zimbabué foram «um teste para as democracias emergentes» e que os seus resultados «põem a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África em perigo».

Melvin Foote, presidente da Constituency for Africa, pronuncia-se no mesmo sentido num artigo escrito no *Newsday*. Segundo Foote, «o apoio de outros líderes africanos à reeleição de Mugabe envia uma mensagem totalmente errada aos governos ocidentais e àqueles que controlam os recursos de capital sobre o que são os governos africanos».

Diversos jornais norte-americanos, que raramente se dedicam a temas africanos, criticaram igualmente o modo como os países africanos e a OUA declararam o seu apoio às eleições no Zimbabué.

«Caso não haja uma linha de demarcação clara traçada pela África do Sul, Nigéria e

vizinhos do Zimbabué, os estrangeiros que têm fundos e conhecimentos técnicos poderão eliminar dos seus cálculos toda a região», avisou em editorial o *Los Angeles Times*.

O *Washington Post* disse que «não pode haver desenvolvimento económico e progresso contra a tremenda pobreza do continente, se ditadores como Mugabe continuarem a trocar do respeito pela lei e vontade do seu povo». Na opinião deste diário, os fundos dos investidores e de organizações de ajuda «vão depender dos sinais que receberem».

Quanto ao *Christian Science Monitor*, saudou o apoio da África do Sul e da Nigéria à suspensão do Zimbabué da Commonwealth, mas avisou que, sem o isolamento do Zimbabué os planos do NEPAD poderão ser postos em perigo.

«Sem o respeito de África pelo primado da lei e por eleições livres, nenhuma ajuda poderá ajudar o continente», afirma o editorial do jornal.

Cimeira da Liga Árabe

Os resultados da cimeira da Liga Árabe não eram ainda conhecidos à hora do fecho da nossa edição, mas a acreditar nos resultados da reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da organização, o projecto de comunicado final apresentado ontem para aprovação dos chefes de Estado responde «ao interesse dos povos da Nação árabe, num momento crucial e de grandes desafios para toda a região».

Tendo como base a proposi-

ta do príncipe herdeiro saudita, Abdullah Ben Abdel Aziz, que basicamente oferece o reconhecimento de Israel por parte dos países árabes em troca da retirada do Estado judaico de todos os territórios ocupados na guerra de 1967, incluindo Jerusalém oriental, o projecto de resolução vai mais longe, designadamente quanto à questão dos refugiados.

Segundo informações da Lusa, a declaração final da cimeira deverá referir que a Liga Árabe rejeita categori-

camente a implantação dos refugiados palestinianos nos seus países de acolhimento. «Israel é juridicamente responsável pelo problema dos refugiados palestinianos e nós (dirigentes árabes) recusamos totalmente os projectos de solução, os planos e as tentativas que visem implantá-los fora da sua terra», refere o projecto apresentado em conferência de imprensa pelos chefes da diplomacia.

O texto afirma também «a necessidade de garantir o

direito ao regresso dos refugiados palestinianos, com base nas resoluções internacionais, nomeadamente a resolução 194» da Assembleia Geral da ONU.

Outro dos assuntos em debate na cimeira foi a entrada do Iraque na concertação do mundo árabe e a normalização das suas relações com o Kuwait, interrompidas desde a invasão iraquiana do emirado, em Agosto de 1990. Segundo fontes da cimeira, o regime de Bagdad estará agora disposto a reconhecer

por escrito o direito à segurança e à independência do Kuwait.

Os chefes da diplomacia árabes sublinharam também que rejeitam qualquer possível ataque dos Estados Unidos contra o Iraque e consideraram que «qualquer agressão contra um país árabe será tratada como uma agressão contra todos».

Igualmente consensual foi o reforço do apoio à causa palestiniana e ao seu dirigente, Yasser Arafat, sequestrado por Israel desde Dezembro.

Futuro de Angola em debate

O ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, João Bernardo Miranda, considera que a guerra acabou com a morte de Jonas Savimbi e que agora há que «esperar que a UNITA se rehabilite, saia da esfera militar e adopte uma atitude civil para poder participar no processo democrático».

Falando em Londres num seminário do British-Angola Forum, do Royal Institute of International Affairs, João Miranda enfatizou a necessidade de reconstrução da so-

cidade civil, garantindo que o governo vai apresentar um plano de emergência nacional para a reinserção social. A prioridade, disse, é resolver o problema de milhões de desalojados, soldados desmobilizados, deficientes de guerra, órfãos e outros grupos sociais vítimas de décadas de guerra.

Embora Angola disponha de recursos financeiros, necessita de ajuda externa para a reconstrução do país, afirmou o ministro, sublinhando que sem infra-estruc-

turas não é possível «ir ao encontro das populações».

Em busca da reconciliação

O porta-voz da UNITA Renovada para a Europa, Baltazar Capamba, disse por seu lado esta semana à agência Lusa, em Paris, que entre as fileiras do movimento a palavra de ordem é agora «reconciliação». Reconhecendo que «não vai ser fácil» juntar «os de fora, os das matas e os das

idades», Capamba considera no entanto que «essa *troika* tem de se unir» a bem do futuro da UNITA.

Enquanto parte do Governo de União e Reconciliação Nacional criado em 1997, «a UNITA-Renovada está de acordo com o plano apresentado pelo governo para a cessação das hostilidades», declarou Capamba, considerando que neste momento cabe aos militares conduzir as negociações para acabar de vez com a guerra. A fase seguinte do processo, no

entanto, deve ser aberta «à sociedade civil», em que se incluem as igrejas e os restantes partidos da oposição, disse.

A UNITA-Renovada foi formada a partir do comité de renovação da UNITA, criado em Setembro de 1998 por Eugénio «Manuvakola», depois de este ter contestado a liderança de Savimbi e de ter sido expulso do movimento. «Manuvakola» foi eleito presidente da organização num congresso realizado em Janeiro de 1999.

Conferência de Monterrey

Fidel estragou o «consenso» imperial

A Conferência Internacional para Financiamento do Desenvolvimento, promovida pela ONU como uma iniciativa solidária, foi transformada pelos EUA numa farsa.

● Miguel Urbano Rodrigues, enviado especial

Os países do mal chamado Terceiro Mundo foram convocados para Monterrey a fim de naquela cidade mexicana darem o seu aval a um documento que lhes garante umas migalhas oferecidas pelos governos dos estados ricos.

A Conferência Internacional para Financiamento do Desenvolvimento foi oficialmente promovida pela ONU com o patrocínio do FMI, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. Na realidade as decisões foram tomadas pelos Estados Unidos.

O rótulo de farsa ajusta-se bem ao conclave, apresentado como iniciativa solidária.

Quatro reuniões prévias tinham permitido a elaboração por um grupo de trabalho de um rascunho que expressava o consenso possível. Tempo perdido. Washington apresentou um ultimato. Bush não iria a Monterrey se o «Consenso» não reflectisse exactamente a posição norte-americana. Mais: a Conferência deveria abster-se de introduzir qualquer alteração no documento que lhe seria submetido após aprovação da Casa Branca. A delegação dos EUA retirar-se-ia de Monterrey se tal ocorresse.

As regras do jogo eram claras. Os EUA não aceitam a decisão de atribuir uma percentagem do seu PIB aos países subdesenvolvidos. Para o efeito con-

tribuiriam anualmente com apenas 5 mil milhões de dólares e uma série de exigências condicionantes da ajuda.

Por outras palavras, o «Consenso», tal como Washington o concebeu e impôs,

é, na prática, um *Diktat* que traz à memória os do Reich nazi.

Os países do Terceiro Mundo protestaram, mas submeteram-se. Entre o nada e umas migalhas, optaram pela esmola. A posição de Cuba, sabia-se, seria a excepção.

Uma voz incómoda

O cenário foi preparado minuciosamente. A presença de Bush na tribuna de Monterrey deveria assinalar o momento culminante do «Consenso» imperial.

O clamor de protestos do Foro Social paralelo, promovido por organizações não governamentais de dezenas de países, não suscitou grandes preocupações em Washington. Isso não obstante dezenas de milhares de pessoas terem participado na grande marcha de protesto contra as políticas da globalização neoliberal, um desfile pacifista durante o qual foram queimadas bandeiras dos EUA e retratos de Bush.

Uma presença estragou o espectáculo oficial. Somente à última hora foi anunciada a chegada de Fidel Castro. O seu breve discurso teve o efeito de uma



Bush e Fox em Monterrey, onde protagonizaram um episódio que envergonha os países que representam

bomba política. Porquê? Porque disse aquilo que a grande maioria pensava, mas que ninguém – com excepção do venezuelano Chavez – ousava expressar com franqueza.

Verdades dolorosas, dramáticas, que ridicularizam a oratória farisaica dos porta-vozes do clube dos ricos.

Fidel esboçou o retrato do mundo em que vivemos. Afirmou que a actual ordem económica mundial «constitui um sistema de saque e exploração como nunca existiu na história». Funciona como um gigantesco casino. «Por cada dólar investido no comércio mundial mais de 100 são empregados em operações especulativas que nada têm a ver com a economia real».

1200 milhões caíram na pobreza absoluta. E o fosso alarga-se em vez de diminuir. A nova ordem bushiana adquire o perfil e o significado de um genocídio. Fidel definiu o projecto de «Consenso» imposto em Monterrey como uma «esmola humilhante, condicionada e fiscalizada».

Ao terminar a sua intervenção – de longe a mais aplaudida – pediu 20 segundos suplementares e informou que «devido a uma situação especial criada pela minha participação nesta Cimeira – essas foram as suas palavras – vejo-me obrigado a regressar imediatamente ao meu país».

Essa enigmática declaração gerou um clima de *suspense* que se manteve quase até ao encerramento da Conferência. Foi o prólogo de um escândalo político do qual Bush e o governo mexicano saíram enlameados (ver caixa).

O dirigente cubano citou números que iluminam a tragédia de que somos simultaneamente vítimas e espectadores. Hoje «os habitantes do mundo desenvolvido vivem trinta anos mais do que os da África a sul do Saara». Três quartos da população mundial vegetam no subdesenvolvimento; mais de

A chantagem de Bush e a vassalagem de Fox

Uma onda de notícias e de interpretações especulativas correu pelo mundo quando Fidel, após discursar no plenário, leu o papelinho em que informava que iria regressar imediatamente a Cuba «devido a uma situação especial». Durante 24 horas, o governo cubano manteve sobre o assunto um mutismo total.

A imprensa mexicana, sobretudo o grande diário «La Jornada», responsabilizou, entretanto, o governo Fox pela saída imprevista de Fidel, acusando a nova Administração de desenvolver uma política externa de submissão aos EUA, incompatível com a tradição histórica do país.

Uma declaração desastrosa de Jorge Castañeda, o ministro das Relações Exteriores do México, e uma nota posterior da sua Secretaria de Estado afirmando desconhecer os motivos da atitude de Fidel e garantindo que não houvera qualquer pressão dos EUA, levou o chefe da delegação cubana, Ricardo Alarcon, presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular, a romper o silêncio e pôr tudo em pratos limpos numa conferência de imprensa.

1. Tanto a Comissão Organizadora da Conferência como o presidente Vicente Fox dirigiram oportunamente convite a Fidel para que participasse na Conferência, na sua qualidade de presidente de Cuba.

2. Fidel informou em devido tempo que faria todo o possível para comparecer. As cartas trocadas, datadas, foram lidas aos jornalistas.

3. O presidente Bush pediu pessoalmente a Fox que fizesse o necessário para evitar a presença de Fidel em Monterrey. Caso o líder cubano comparecesse, ele, presidente dos EUA, não participaria na Conferência.

4. O governo mexicano sugeriu que, face à situação criada, Fidel não se deslocasse a Monterrey. O presidente cuba-

no não atendeu a sugestão. Ao chegar à cidade, foi-lhe solicitado que reduzisse a sua permanência ao mínimo possível, para impedir o fracasso da Conferência. Tendo em conta as históricas relações de amizade entre os povos mexicano e cubano, Fidel esclareceu que regressaria a Cuba após a sua intervenção.

5. No papel que leu, o líder cubano salientou que Ricardo Alarcon o substituiria como chefe da delegação, devendo participar de todas as iniciativas programadas no âmbito da Conferência, como seu representante pessoal.

6. No dia seguinte, Alarcon foi notificado por altos funcionários do governo mexicano de que não poderia assistir a uma reunião não programada, intitulada «O Retiro», na qual iriam participar dezenas de chefes de Estado para elaborar um documento.

7. Foi então que, agindo em nome do governo cubano, decidiu clarificar a situação, pondo termo à onda de especulações.

8. Ao reunir-se com os jornalistas tinha já na mão o papel saído do «Retiro». Leu esse texto. É um berro reaccionário em que são retomadas as condições postas por Bush para a ajuda aos países do Terceiro Mundo que se comportem de acordo com as exigências do FMI.

9. O referido documento, que diz reflectir o espírito do «Consenso», carece de qualquer valor. É ilegítimo. Foi redigido em reunião restrita por um grupo de países, à revelia da Conferência.

A Conferência terminou como merecia: desmoralizada. E o presidente Bush regressa a Washington como o vilão de um filme do 007. O seu colega mexicano Fox, pelo papel a que se prestou, agindo como um vassalo dos EUA, papel agravado pelas inverdades do ministro Castañeda, sai deste episódio funambulesco desprestigiado, com a popularidade em baixa, e sob o fogo convergente dos partidos da oposição, maioritários no Congresso.

As manobras de Washington

O discurso comovedor de Fidel apagou, como era inevitável, a presença de George Bush. A fala deste, retórica e arrogante, com as notas messiânicas que o fascinam, foi a de alguém que se contempla como o senhor do mundo.

Mas a atmosfera criada em Monterrey, a tímida autocritica de alguns aliados (Chirac distanciou-se da posição norte-americana e o primeiro-ministro belga qualificou de «liturgia cínica» o discurso sobre a ajuda dos países desenvolvidos), e a ressonância mundial das palavras de Fidel contribuíram para que os EUA assumissem uma atitude menos rígida no tocante à sua contribuição financeira. O «Consenso» pré-fabricado não sofreu alterações. Mas Washington decidiu aumentar a verba destinada à ajuda para o desenvolvimento aos países pobres de 5 mil milhões para 15 mil milhões de dólares. Com uma reserva: esses dólares só chegarão aos governos que se submetam incondicionalmente às políticas de ajuste impostas

pelo FMI e pelo Banco Mundial. Uma quantia irrisória se a compararmos com os 400 mil milhões atribuídos ao orçamento militar, definido como «a primeira prioridade» da estratégia da grande república do Norte.

Enquanto Fidel, em Monterrey, aclamado pelo plenário como nenhum outro estadista, somava o seu brado humanista às vozes dos que na cidade se manifestavam contra a ordem económica imposta pelo neoliberalismo, em Genebra a irlandesa Mary Robinson renunciava ao cargo de alta comissária para os Direitos Humanos da ONU. Não escondeu que o seu gesto resultava de manobras de pressão exercidas pelos EUA sobre Koffy Annan. Quase simultaneamente, a Espanha e a Itália informavam que não serão candidatas a integrar a Comissão dos Direitos do Homem da ONU para que os EUA possam, sem o risco de nova humilhação, voltar a ser eleitos para aquele órgão das Nações Unidas. Foi outra manobra de chantagem de Washington.

Voltar ao México é sempre para mim um choque emocional. Aprendi a amar aquele povo antes de o conhecer, quando adolescente li um relato da épica defesa de Tenochtitlan contra os espanhóis. O príncipe azteca Cauhtemoc foi um dos primeiros ocupantes do meu panteão de heróis. Não faço previsões ao chegar. Sei que o México me lança, em cada regresso, numa cavalgada de surpresas.

• Miguel Urbano Rodrigues

México

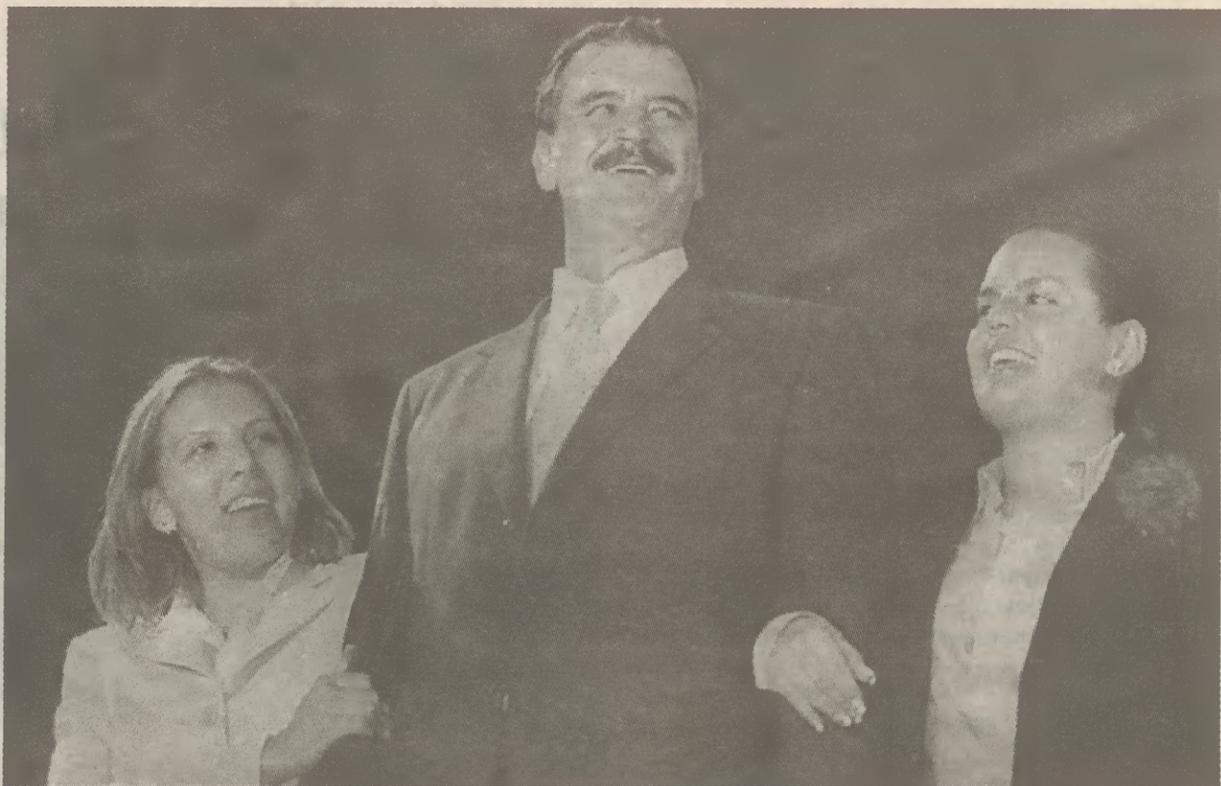
A direita volta ao governo

A maior, desta vez, foi o passeio de descobrimento pelas ruínas do Templo Maior de Tenochtitlan, no centro histórico da cidade, arrancadas inesperadamente da terra e do olvido. Mas desse prodigioso acontecimento, que comoveu o mundo dos historiadores e arqueólogos, me ocuparei noutro artigo.

Nesta página o leitor encontrará apenas algumas notas sobre um choque de outra natureza: o produzido pela retomada de contacto por uma breve semana com o México do início do século XXI, um país gigante de 101 milhões de habi-

tantes, herdeiro da mais fascinante cultura do Continente, dotado de imensos recursos naturais, mas que, por fatalidade geográfica, tem como vizinho os Estados Unidos.

A eleição de Vicente Fox provocou mundo afora uma cascata de comentários e interpretações fantasistas. Para responder à curiosidade de uma opinião pública cada vez mais modelada pelas técnicas mediáticas, os grandes jornais e as cadeias de televisão privilegiaram e deformaram o acessório e ocultaram o essencial. Concentrando a atenção sobre



a personagem, inventaram um *enigma Fox*. Falou-se exaustivamente do novo presidente e, de um modo vago, de grandes e benéficas mudanças que ele iria introduzir na sociedade mexicana.

É um facto que no México o presidente concentra enormes poderes. Emerge na estrutura do Estado quase como um *tlatoani*, um ser acima dos mortais como os antigos imperadores de Tenochtitlan. Mas a ruidosa apologia do sucessor de Zedillo não podia alterar a realidade.

Fox, um falso enigma

Fox foi eleito pelo partido histórico da direita mexicana, o PAN. É um grande empresário que ganhou notoriedade como presidente da Coca-Cola e nunca escondeu a sua plena identificação com o neoliberalismo ortodoxo e com o projecto de uma América Latina «integrada» sob a hegemonia dos EUA.

É transparente que a eleição de Fox alterou profundamente o panorama político e económico do país. Mas as mudanças não foram benéficas.

Os epígonos do novo presidente tratam de ocultar o significado principal da sua vitória.

A direita, como força política organizada, fora afastada do poder há 90 anos quando a ditadura de Porfirio Diaz se desmoronou. O breve *intermezzo* de Huerta, posterior ao assassinio do presidente Madero, organizado pelos Estados Unidos, radicalizou o processo de ruptura com o passado, produzindo um efeito

contrário ao pretendido pelo imperialismo.

A Revolução Mexicana, após os mandatos de Obregon e de Plutarco Elias Calles, institucionalizou-se e durante a presidência do general Lázaro Cardenas gerou uma grande esperança não apenas no país, mas em toda a América Latina. A nacionalização do petróleo, em aberto desafio às empresas gigantes dos EUA e da Inglaterra, e o início de uma reforma agrária que golpeou as estruturas seculares do latifúndio foram conquistas que alarmaram o imperialismo.

O grande desafio teve, porém, curta duração. A partir da presidência do general Avila Camacho, durante a Segunda Guerra Mundial, começou um lento mas irreversível processo de recuperação dessas conquistas. O Partido que se apresentava como defensor da Revolução, o PRI, em vez de as defender e aprofundar, começou a distanciar-se do seu programa e dos trabalhadores.

O PRI, símbolo da decadência

A ruptura com os ideais de Emiliano Zapata e com o projecto de Cardenas foi gradual e o seu ritmo variou muito, segundo os presidentes. Mas a dependência do México dos EUA acentuou-se e, paradoxalmente, o PRI funcionou com o instrumento básico de uma política que nas últimas décadas leiloou por preço vil o poderoso sector empresarial do Estado, entregando-o ao grande capital privado, estrangeiro e nacional.

O Partido Revolucionário Institucional apareceu ao povo mexicano cada vez mais como o símbolo da decadência política, do clientelismo, e de uma corrupção desenfreada.

A memória dos anos revolucionários e da dignidade então reconquistada pelo povo é ainda, contudo, tão viva que o PRI, mesmo cedendo às exigências do grande vizinho e submetendo-se docilmente às políticas neoliberais impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, sentia a necessidade de se apresentar como um partido progressista, assumindo-se como o herdeiro institucional da Revolução. Era uma ficção, mas ela marcava uma fronteira. Pelo menos no terreno da política externa, os governos do PRI esforçaram-se por manter a imagem de defensores da soberania nacional. A recusa de romper relações com Cuba e a manutenção dos voos que ligavam o México à Ilha revolucionária, foram talvez os exemplos mais expressivos dessa política. Até hoje governo algum aceitou mandar tropas mexicanas para lutar ao lado dos norteamericanos em agressões imperialistas.

Agora a eleição de Fox teve o significado de uma ruptura. A direita voltou em força ao poder. Alguns observadores tentam embelezar-lhe o rosto e, elogiando o discurso de Fox, afirmam tratar-se de





uma direita moderna. Trata-se de um eufemismo.

É inocultável que no México houve uma mudança de regime.

Cabe perguntar: por que ganhou Fox?

O voto não foi ideológico. O povo não votou pelo PAN (que continua a ser minoritário nas duas Câmaras); castigou um partido, o PRI, que a maioria dos eleitores responsabiliza pelo estado de desgoverno existente, pela desigualdade crescente, pelo conjunto de males que transformaram um dos países mais ricos do Continente numa sociedade de milionários e párias. Condenou nas urnas uma caricatura de democracia representativa que exclui as maiorias.

Tudo está pior do que antes

Vicente Fox goza da total confiança de Washington. É um político mediático que sabe usar a comunicação social para confundir as pessoas e manter o país desorientado e passivo.

Projecta privatizar o pouco que não foi privatizado. Mas a tarefa a que se propõe é difícil: passar a mãos privadas, sobretudo estrangeiras, a Electricidade e a Pemex. Ora a nacionalização do petróleo foi a grande bandeira da Revolução Mexicana. Fez de Lázaro Cardenas um herói nacional.

No seu primeiro ano de governo Fox não resolveu um só dos grandes problemas nacionais. De modo geral, tudo está pior do que antes. A corrupção alastra. A chaga do clientelismo também.

Os preços não param de subir. Em 1996, durante a minha última visita, o custo de vida era muito inferior ao do Brasil; actualmente a maioria das coisas, desde a alimentação à roupa, custa o dobro. Barato, em termos relativos, somente o metro, o transporte que permite o funcionamento da mais gigantesca megalópolis do mundo, uma conurbação com 18 milhões de habitantes.

O domínio da economia mexicana pelos EUA tornou-se esmagador. No sector financeiro, o capital estrangeiro controla já 87% da banca. O Tratado de Livre Comércio (TLC) fez do México uma neocolónia dos EUA. Sendo uma das

grandes nações exportadoras do mundo (162 mil milhões de dólares em 2000) o México está cada vez mais endividado e empobrecido.

Uma oposição desunida

Muita gente tem dificuldade em compreender a passividade de um povo que há 90 anos foi o sujeito da primeira grande revolução na América Latina.

Ocorre que no século XXI o espontaneísmo não pode mais ser motor de rupturas revolucionárias. Toda a teorização que apresenta os movimentos sociais como os herdeiros naturais dos partidos de esquerda que seriam hoje incapazes de liderar processos revolucionários, armados de uma alternativa crível ao neoliberalismo, carece de base científica.

Esses apologistas incondicionais dos movimentos sociais (cujo papel tem sido globalmente muito importante) tendem a confundir maus partidos, ou partidos descaracterizados ou marcados pela ideologia da burguesia, com partidos autenticamente de esquerda, revolucionários, misturando tudo.

No caso do México, o mal, ou seja, a apatia relativa das massas, a sua indisponibilidade para lutas de larga duração contra o sistema, resulta precisamente da inexistência de um grande partido de esquerda, merecedor desse nome.

O PRI apodreceu, traiu o seu programa, tornou-se mesmo instrumento da política do imperialismo norte-americano, inimigo histórico do povo mexicano. O outro grande partido da oposição, o Partido da Revolução Democrática (PRD), nascido de uma cisão do PRI, irrompeu com um projecto renovador que não foi capaz de sustentar. Perdeu o ímpeto dos primeiros anos e, como consequência, a confiança das grandes massas que quase o levaram à Presidência numa eleição em que lhe roubaram a vitória. Actualmente o PRD é um partido em busca de identidade. Cuauhtemoc Cardenas, o filho do grande Lázaro, desgastou-se em lutas que gradualmente fizeram do partido parcela do sistema. É um político culto e ético, raridade no

México, mas a sua mundividência é a de um reformador e não a de um revolucionário. Quem traça hoje o rumo do PRD não é mais ele, mas Amalia Garcia, uma estratega voltada para a negociação, que procura deslocar o partido para o centro. Rosalia Robles, que conseguiu realizar uma excelente gestão como alcaide de uma cidade tentacular, quase ingovernável, luta para fazer do PRD um partido de combate, mas o regresso às origens esbarra com enormes obstáculos.

Se o PRI e o PRD se entendessem em torno de uma plataforma comum, como principais forças da oposição, Fox enfrentaria uma situação difícilíssima. Mas essa unidade da acção no campo oposicionista não parece viável. Os dois partidos são eleitoralistas. O novo líder do PRI, Eduardo Madrazo, é um filhote típico do partido, um dirigente que aprecia a política de bastidores, de compromissos. Prefere a negociação à luta.

No sindicalismo, tradicionalmente débil no país, por manobrado pelo poder, há indícios positivos de combatividade. Nos sindicatos ligados aos sectores da Electricidade e do Petróleo, ambos ameaçados de privatização, o espírito de luta é transparente.

Fox, que, justificando o nome, possui o faro de uma raposa, tem evitado a confrontação directa nas frentes em que o desenvolvimento da sua política, coordenada com Washington, obrigará inevitavelmente o PRI e o PRD a assumirem a defesa dos interesses nacionais, identificando-se com o sentir dos trabalhadores.

É o caso da ALCA e também o do Plano Puebla-Panamá, iniciativas que têm uma dimensão continental como ameaça mortal à soberania dos povos da América Latina. Noutra área, o Comando das Américas, ideado em Washington, se for avante, fará do exército mexicano um apêndice das Forças Armadas dos EUA.

Pulverização da esquerda

Nos pequenos partidos marxistas da esquerda mexicana a linguagem e a atitude são diferentes. Mas essas organizações têm uma audiência mínima

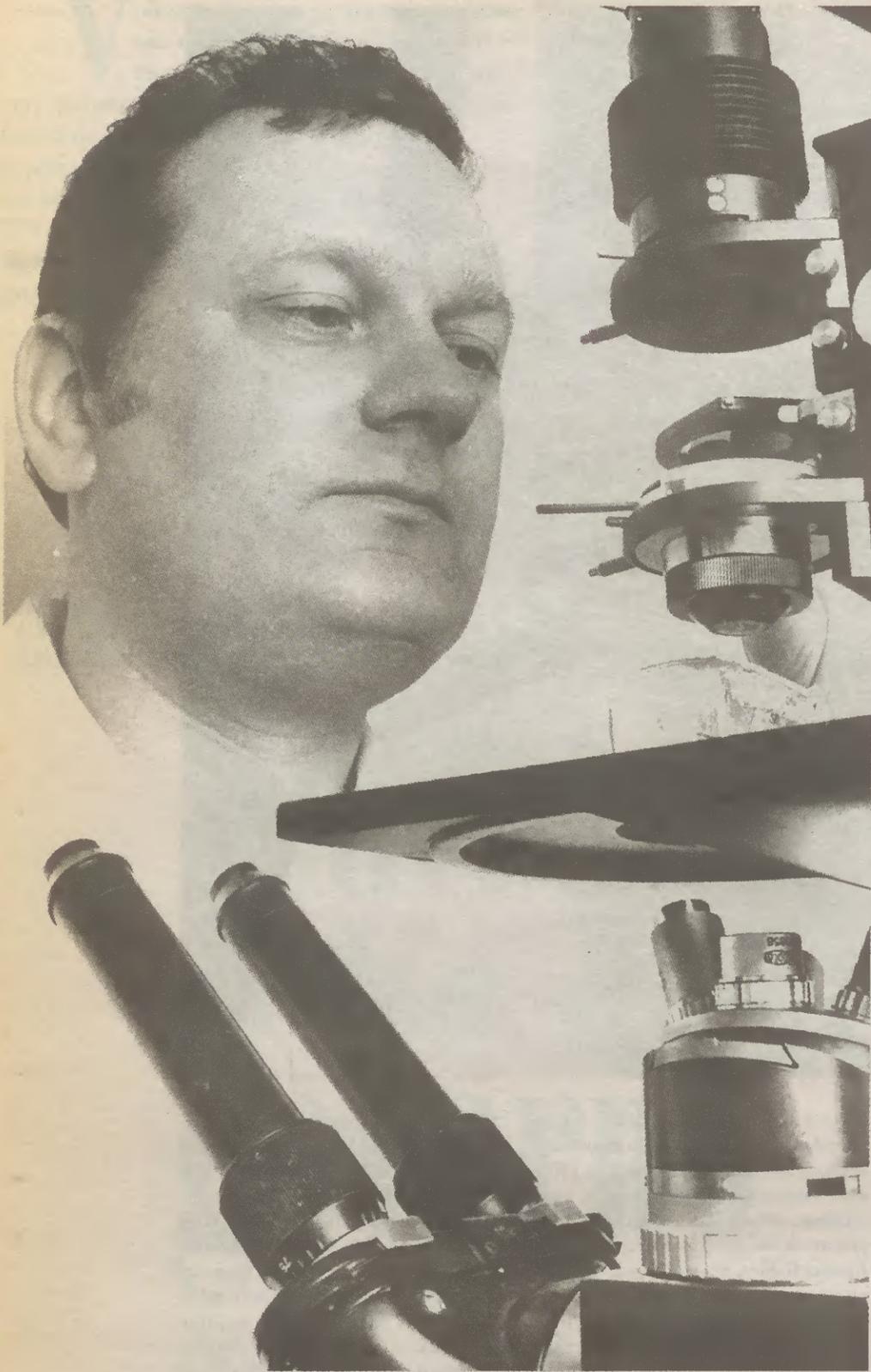
entre as massas. São partidos de quadros, quase sem base social. Alguns editam publicações de qualidade. Mas os limites da sua acção transparecem do facto de seis partidos comunistas, agrupados no Movimento dos Comunistas Mexicanos, não terem conseguido avançar muito rumo à sua integração num só partido. Seria injusto subestimar o mérito dos seus dirigentes e militantes. Tive a oportunidade de confraternizar com alguns e verificar o dinamismo que puseram em tarefas de organização do II Encontro de Solidariedade com a Colômbia e pela Paz na América Latina.

Mas o respeito que merecem não altera a realidade.

Os efeitos da pulverização da esquerda no México surgem aliás neste momento com nitidez na perda de protagonismo, para não dizer de prestígio, do Exército Zapatista de Libertação Nacional, um movimento que nasceu como guerrilheiro, desafiando o Poder. As suas mensagens, divulgadas sobretudo através da Internet pelo subcomandante Marcos, chegaram a obter ressonância mundial. Hoje o discurso do líder zapatista não suscita já entusiasmo. Aliás, o EZLN tem permanecido praticamente silencioso nos últimos meses. O facto de, após anos de luta e das esperanças suscitadas pela marcha sobre a capital, o novo Código Indígena ser ainda pior do que o anterior, ajuda a compreender o apagamento do zapatismo.

Será uma surpresa para muitos intelectuais europeus que viram na luta do EZLN uma nova maneira de entender o combate político, quase o embrião de uma nova esquerda.

Mas surpresa não foi para aqueles que conhecem a enorme complexidade da sociedade mexicana e que não tomam os múltiplos aspectos positivos da intervenção dos movimentos sociais no combate à globalização neoliberal como anunciatórios de uma frente revolucionária de novo tipo que transportaria as sementes de uma alternativa ao sistema de poder capitalista que configura já ameaça à própria sobrevivência da humanidade.



• Rui Namorado Rosa

A Carta aberta à comunidade científica, Contribuição da Ciência para o desenvolvimento

baseado no conhecimento e na coesão social, oferecida à subscrição pública três semanas antes das eleições legislativas, é uma intervenção cívica legítima que merece contudo ser criticada. A auto-satisfação expressa nessa carta é ainda mais evidente nos dados seleccionados e anexados à carta na página da Internet onde foi colocada para colher apoios.

A sociedade

Essa selecção foi bem tendenciosa, pois omite muitos outros dados dignos de grave preocupação. Talvez a ocasião eleitoral tenha desvirtuado a objectividade expectável da parte de investigadores, que profissionalmente trabalham na descoberta e difusão da verdade nas respectivas disciplinas. Mas este facto é sintoma de como assim, com as políticas que têm sido seguidas, e com seus protagonistas e apoiantes, não é possível vencer a crise em que essas políticas nos meteram. A gravidade desta crise e a relevância nacional da Educação e da Ciência exigem que quem nelas trabalha e delas saiba sejam modestos. E alguns arrependidos. De contrário só estarão levando o país a maior desastre.

A sociedade portuguesa tem tido um desempenho comparativamente negativo no contexto europeu. Mas tal não é um destino inelutável. Dependerá da correcta identificação dos obstáculos e dos erros cometidos a possibilidade de o ultrapassarmos.

A influência negativa de interesses particulares relativamente ao interesse comum; o insuficiente esforço da sociedade e em particular do Estado em Educação e Formação e em Investigação

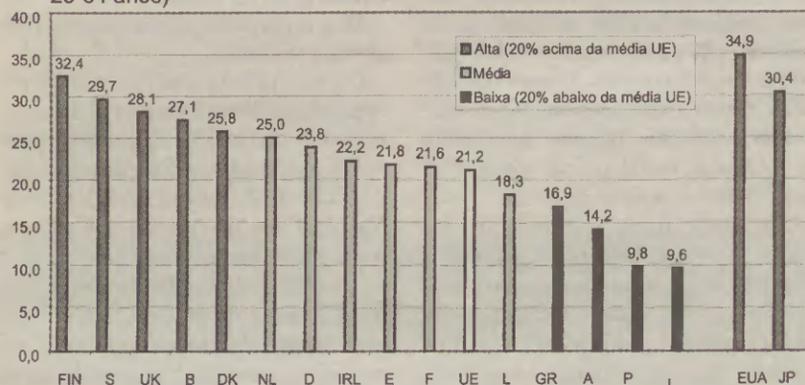
Científica e Desenvolvimento Experimental para a formação de recursos humanos e na criação de conhecimento; a desvalorização relativa do factor trabalho, traduzida na sua baixa remuneração, na insegurança do direito ao trabalho e no subaproveitamento dos recursos humanos existentes, inclusivamente os mais qualificados; o progressivo desmantelamento do aparelho produtivo, particularmente a alienação das empresas públicas e a progressiva venda de empresas ao capital internacional; a falta de incentivos à difusão de novos conhecimentos e de investimento em empresas inovadoras, designadamente incentivos fiscais e capital de risco, estão entre os principais factores que concorrem para a crise da sociedade portuguesa.

Esta crise é a própria incapacidade em ultrapassar o atraso relativo, mas como ficou dito, não é inelutável, tem origens identificáveis e pode ser vencida mediante políticas apoiadas na defesa do interesse público, e particularmente do interesse das mais largas camadas da população, as camadas trabalhadoras.

No quadro da sociedade do conhecimento, o domínio das tecnologias da

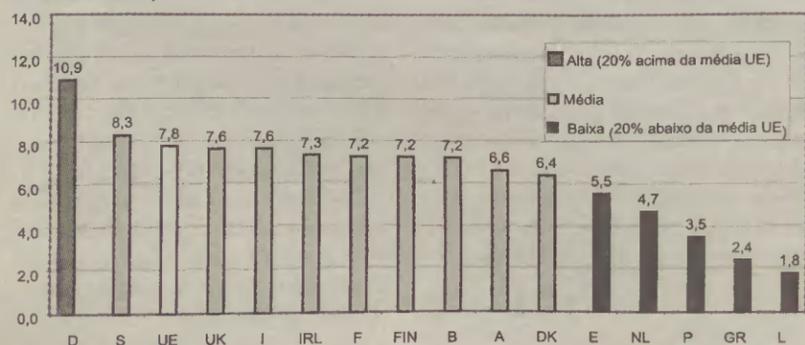
Painel da inovação 2001

População com formação ao nível do ensino superior (% da classe etária 25-64 anos)



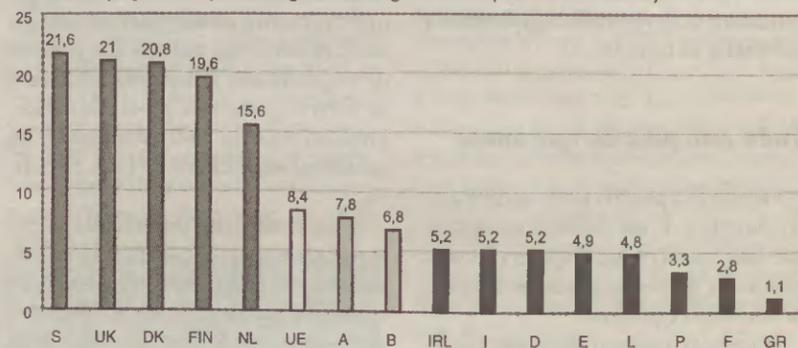
Dados do Inquérito às Forças de Trabalho do Eurostat, relativamente aos países da UE, e da publicação da OCDE Education at a Glance, relativamente aos Estados Unidos e ao Japão. Os dados referem-se a 2000, excepto nos casos da Irlanda (1997), dos EUA (1998) e do Japão (1998). Os resultados deste último estarão subestimados, devido a um aumento médio anual de 3,7 %

Emprego na indústria de média/alta e alta tecnologia (% do total das forças de trabalho)



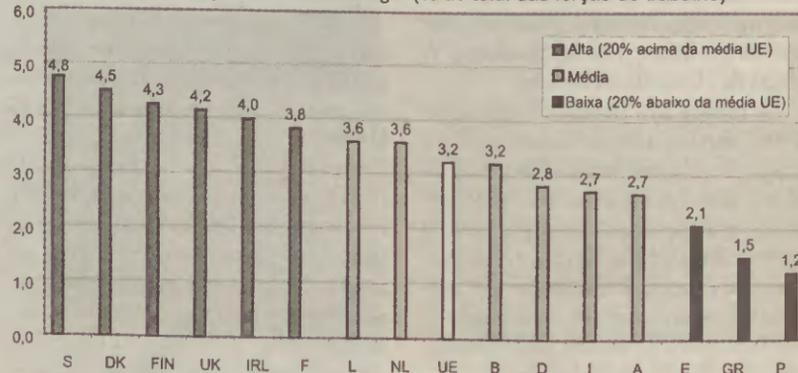
Dados do Inquérito às Forças de Trabalho do Eurostat. Os resultados de todos os países são referentes a 1999, exceptuando os resultados de 1998 da Grécia. Não há dados respeitantes aos EUA e ao Japão

Participação na aprendizagem ao longo da vida (% de 25-64 anos)



Dados do Inquérito às Forças de Trabalho do Eurostat. Dados relativos à Primavera de 2000, com excepção da Áustria e da Irlanda (1997). Não existem dados respeitantes aos EUA e ao Japão

Emprego em serviços de alta tecnologia (% do total das forças de trabalho)



Dados do Inquérito às Forças de Trabalho do Eurostat. Resultados relativos a 1999 para todos os países, com excepção dos resultados da Grécia (1998). Não existem dados respeitantes aos EUA e ao Japão

informação e da comunicação são instrumentos extremamente relevantes para a qualificação dos recursos humanos, nomeadamente no Ensino; para a prestação de serviços a toda a população, designadamente serviços a cargo da Administração Pública nos âmbitos da Educação, Saúde, Justiça, Finanças, etc.; para o funcionamento do sistema produtivo, organização do trabalho e modernização dos equipamentos. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) são elas mesmas objecto de relevantes oportunidades da actividade produtiva, enquanto produtos de empre-

com baixo grau de literacia, são ameaças quer de violento domínio cultural e ideológico quer de extrema exclusão cultural e social. Num mundo de assimetrias regionais e sociais, o perigo da aceleração dessas assimetrias é evidente. Esse perigo está no seio da própria União Europeia e afecta negativamente o nosso país, ou melhor, Portugal não tem sido capaz de lidar com ele.

No mapa de 2001 dos indicadores de inovação na União Europeia (staff working paper SEC(2001) 1414), de entre 16 indicadores, Portugal estava aquém da média europeia em 14 deles; e, no

e das organizações na identificação das suas necessidades em serviços e aplicações, tendo em vista as possibilidades crescentes de oferta de soluções diversificadas; para o que não bastam estruturas governamentais, mas se requer também a constituição de um conselho nacional representativo, dotado de autoridade institucional, com funções de orientação estratégica para as áreas da ciência e da tecnologia, das estruturas económicas, sociais e culturais e dos centros de intervenção política e institucional; que designadamente observe e se pronuncie, em defesa das

população; a combinação multimédia dos sinais que contêm essa informação sob diversas formas (voz, texto, gráficos, imagens fixas, vídeo, música, dados...) e, bem assim, o acesso aos novos meios através dos meios já existentes (telefone fixo e móvel, designadamente a 3.ª geração - UMTS - audiovisual, rádio, livros, jornais, magazines).

O indicador global de inovação aparece negativamente correlacionado com alguns indicadores sociais, designadamente a pobreza, de acordo com o mesmo documento da Comissão Europeia. Não é surpresa. Não é com a

população menos qualificada e menos saudável que se cria riqueza. Não é com baixas remunerações e sem acesso ao trabalho que se cria riqueza. E para criar riqueza não basta acumular capital, exige-se que este seja bem aplicado: em empresas inovadoras e em remunerações justas. Aqui as TIC têm enorme

importância porque aceleram o ritmo do desenvolvimento - para o melhor e para o pior.

do conhecimento e da informação

sas desses ramos ou como factores de inovação em empresas de qualquer outro ramo.

Um mundo de assimetrias

A sociedade actual, fortemente marcada pela disseminação, ao longo da segunda metade do século XX, de tecnologias da comunicação e da informação e, particularmente, pela sua progressiva integração e globalização na última década, oferece grandes oportunidades de progresso mas cria inversas ameaças. A progressiva fusão das empresas produtoras e fornecedoras de informação em grandes grupos mundiais (AOL Time-Warner (EUA), Vivendi-Universal (França) e poucas mais), tirando partido da convergência dos media tradicionais, por um lado, e, por outro, a grande massa de população excluída do acesso a alguns ou muitos dos meios de comunicação e

conjunto, destacava-se não só por ter o mais baixo indicador global de inovação (SII - summary innovation index) como também por ter a mais baixa taxa de crescimento respectiva (de 1995/7 para 1999/2000); e isto não obstante algum crescimento absoluto desses indicadores. Por outro lado, aí se observa também que, no seio do conjunto da União, a maioria dos indicadores de inovação divergia, no mesmo período.

Por isso, o nosso país necessita de analisar e reflectir as realidades e os meios ao seu alcance, a fim de poder decidir conscientemente e actuar sobre o curso dos acontecimentos, segundo estratégias que neste contexto suportem o seu desenvolvimento.

Necessidade de intervir

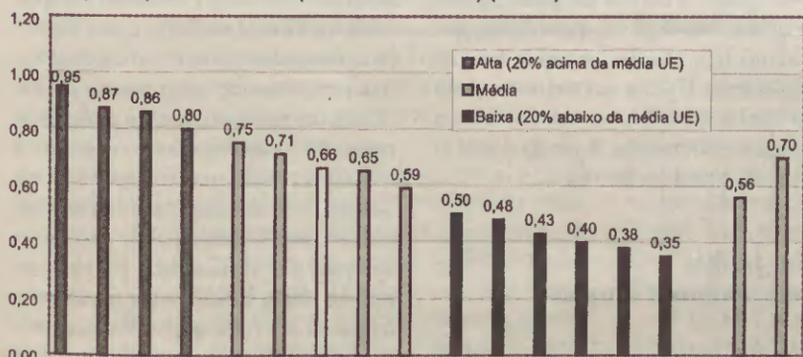
Do ponto de vista político e cívico, é necessária a participação dos cidadãos

garantias e dos direitos fundamentais e do interesse público, sobre os impactes das TIC como o teletrabalho e o comércio electrónico.

Do ponto de vista técnico, é necessário proceder à generalização do armazenamento, transporte e processamento digital da informação existente e a criar, por forma a facilitar o seu acesso universal. O que significa o transporte sobre diversas vias (cabo, microondas, terrestre, satélite...) da informação requerida a todos os locais e a toda a

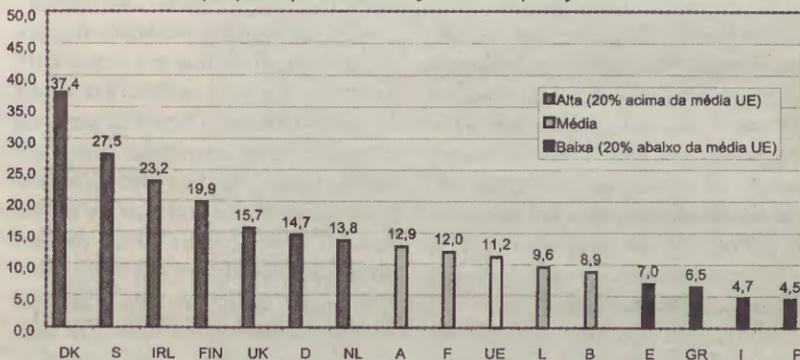


Despesas públicas de I&D (GOVERD e HERD) (% PIB)



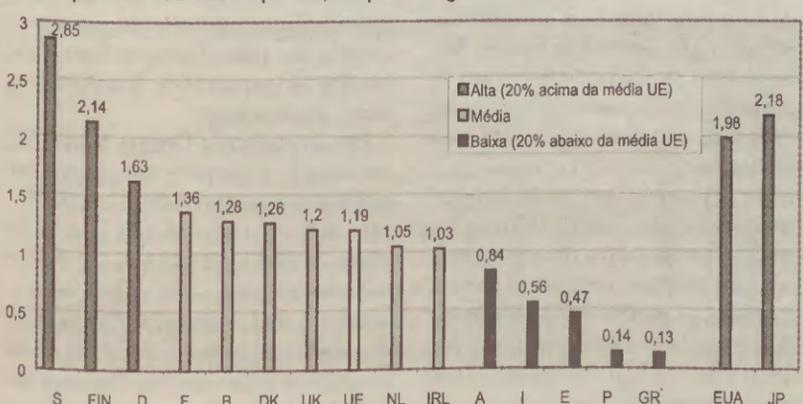
Dados do Eurostat. Os dados de 1999 dizem respeito a nove países: Dinamarca, Alemanha, Espanha, Irlanda, Itália, Finlândia, Suécia, Reino Unido e Japão; os de 1998 a três países: França, Países Baixos e EUA; os de 1997 a três países: Bélgica, Grécia e Portugal; e os de 1993 à Áustria. Não existem dados respeitantes ao Luxemburgo

PME industriais que participam na inovação em cooperação



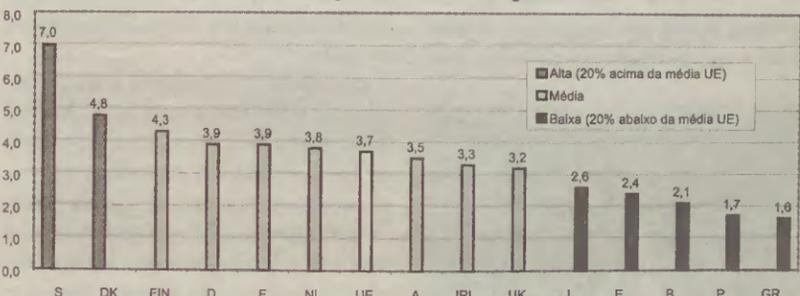
Resultados do Inquérito Comunitário à Inovação (CIS) de 1996, excepto resultados nacionais de 1998 relativos aos Países Baixos, à Grécia e à Espanha. A média UE baseia-se no CIS de 1996. Não existem dados relativos aos EUA e ao Japão

Despesa em I&D das empresas, em percentagem do PIB



Dados do Eurostat. Os dados de 1999 dizem respeito a sete países: Dinamarca, Alemanha, Espanha, Itália, Finlândia, Suécia e EUA; os de 1998 a cinco países: Bélgica, França, Países Baixos, Reino Unido e Japão; os de 1997 a três países: Grécia, Irlanda e Portugal; e os de 1993 à Áustria. Não existem dados respeitantes ao Luxemburgo

Despesas de inovação, em percentagem do volume de negócios total da indústria



Resultados do Inquérito Comunitário à Inovação (CIS) de 1996, excepto resultados nacionais de 1998 da Alemanha, da Grécia e de Espanha. A média UE baseia-se no CIS de 1996. Não existem dados relativos ao Luxemburgo, aos EUA e ao Japão



• José João Louro

Crónica dos Excluídos

Júlia Carrasco acorda dum pesadelo num jardim de sonhos e utopias

Nas sombras dum jardim, algures em Lisboa, Júlia Carrasco acorda dum sonho mau. O jardim é igual a todos os outros. Tem canteiros iguais a todos os outros. No entanto, o jardim ajudou a libertar Júlia dos seus pesadelos.

Júlia Carrasco nasceu numa aldeia de Trás-os-Montes tão pequenina que não vem no mapa. A mãe pô-la a trabalhar no campo, ao lado dela. O pai partiu cedo de casa, expulso pela própria mãe. «Fui violada pelo meu pai», «nem me lembro quando» ou «não me quero lembrar». «A minha mãe achava que eu era responsável por tudo o que tinha acontecido e transformou-me numa escrava. Dava-me tarefas por tudo e por nada.»

Um dia, tinha treze anos, apareceu um homem. «Falou-me que no Porto havia uma senhora que queria uma criada. Fui com ele, feliz. Violou-me a dez quilómetros de casa. A senhora existia mas era a “dona de uma casa de meninas”. Vendeu-me à entrada da casa por umas notas.»

«A senhora, nos primeiros dias, tratou-me muito bem. Lavou-me, perfumou-me, vestiu-me, calçou-me. Nunca tinha entrado numa casa assim. Tão

bonita. Uma semana depois comecei a trabalhar. Eram velhos e mais velhos do Porto, uns atrás dos outros, todas as noites.»

«Um ano depois, passei para um bar, a troco de mais umas notas. Vivia nas traseiras do bar e não saía do quarto, todo o dia. Davam-me de comer e de vestir. Mas era quase escravatura. Nunca vi um tostão.»

«Um dia apareceu um rapaz, simpático, que me disse que me tirava dali. Tirou-me. Fugimos os dois. Era chulo. Eu já tinha dezasseis anos e fui para uma estrada, para os camionistas. Era a primeira vez que via dinheiro. Os camionistas pagavam e o rapaz, ao fim do dia, vinha buscar-me o dinheiro e deixava algum para mim. Comecei a enganá-lo, a não lhe dar o dinheiro todo, e arranjei um quarto bom para dormir. Era mais para descansar, mas o chulo vinha, às vezes, e dormia comigo e não era mau. Pelo menos, ele até parecia meu amigo.»

«Um dia vem um polícia que quis também receber dinheiro. Fiquei revoltada, não lhe dei nada. Ele ameaçou-me e eu não liguei. Dois dias depois vieram outros polícias. Levaram-me presa porque era menor. O chulo nem o vi. O tribunal, passado um tempo, entregou-me ao Ninho.»

«No Ninho encontrei uma senhora que falou comigo como uma mãe. Nunca tinha sentido isso antes. A minha mãe só me batia. Ajudou-me a acreditar que era possível uma vida normal. Estava grávida e não queria a filha. Engoli alfinetes para não a ter. Julgava que assim fazia aborto. Saíram-me todos a pouco e pouco, mas podia ter morrido. O Ninho ajudou a que a minha filha nascesse sem eu ter vergonha nem medo. Um senhor voluntário foi o padrinho.»

«Ensinaram-me a ler, passei a ter um trabalho, um quarto no Lar e a minha filha até tinha creche. Pela primeira vez senti-me um ser humano. Não uma escrava. Não um trapo.»

«Não lhe digo por quanto o homem me vendeu à senhora porque tenho vergonha. Não lhe digo por quanto me vendam na casa da senhora porque tenho vergonha. Não digo por quanto me venderam ao homem do bar. Não digo por quanto me vendia aos camionistas. Nem quanto o chulo levava ao fim de cada dia. Nem quanto o polícia me pediu. Tenho vergonha. Mas digo-lhe que o dia em que a minha filha nasceu foi o mais feliz da minha vida. E o dia que entrei na porta do Ninho foi o dia em que se abriu a janela da minha vida. A janela donde vi o fim da minha escravidão.»

Um jardim com sonhos e utopias

A dra. Inês Fontinha, directora do Ninho, confirma-me a história de Júlia Carrasco:

«Ela não se chama nem Júlia nem Carrasco mas tudo o resto é o percurso da maioria das jovens que entram no Ninho. A história de vida é sempre muito similar. Chegam-nos sempre como seres atordoados pela sua existência. Como se toda a vida fosse uma droga, uma dependência, com uma visão cinzenta do mundo. Não aprendem a viver para além das rotinas da prostituição e todas passam, mesmo muito jovens, pelos diferentes patamares (casas fechadas, bares, rua) num processo que o álcool e a droga aceleram, tendo, às vezes, como única saída a morte. O Ninho é a porta que se abre e que lhes permite a saída para uma vida profissional normal. No entanto, se não tivermos postos de trabalho disponíveis a transição não se faz. Temos de lhes ensinar a serem disciplinadas, às vezes a ler e a escrever e a acreditar nelas, a criarem auto-estima.»

«No ano passado, por iniciativa da vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, dra. Alexandra Gonçalves, vereadora do PCP, começou uma experiência inédita

que proporcionou alguns postos de trabalho. Tratou-se de uma escola de jardinagem que permitiu que algumas jovens do Ninho, como a “Júlia Carrasco” aprendessem o ofício de jardineira e começassem a trabalhar nos jardins de Lisboa. Tratou-se de um protocolo, por um ano, renovável. Apresentei esta iniciativa em Gotemburgo, numa conferência do Parlamento Europeu sobre o tráfico de mulheres e esta experiência foi saudada como muito importante e com perspectiva de surgir noutros países. Os próprios italianos durante a conferência vieram ter comigo para conhecer melhor a iniciativa porque queriam aplicá-la em Veneza. Devo salientar que este protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa foi aprovado por unanimidade por todos os partidos eleitos no CML, o que me dá esperanças na sua continuação. Mas sem protocolos semelhantes com outras autarquias ou sem outras iniciativas similares em Lisboa será muito difícil criar postos de trabalho suficientes para combater o crescimento constante e acelerado do fenómeno da prostituição. Mas, este pequeno jardim, esta experiência, cria-nos a esperança de a poder multiplicar.»

Júlia Carrasco acordou dum pesadelo num jardim de sonhos e utopias mas a maioria das Júlias Carrasco deste país não têm portas para abrir. Não têm esperança, não têm saída.

Esta iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa foi importante mas só com uma política nacional de combate à prostituição e de fim ao tráfico alguma coisa pode mudar realmente. O país tem que mudar radicalmente a sua sensibilidade sobre o fenómeno da prostituição. Campanhas de sensibilização da opinião pública são necessárias para criar essa mudança de sensibilidade e de comportamentos. Milhares de mulheres jovens, muitos e muitos milhares, continuam a ter como única saída o analfabetismo, a prostituição, o alcoolismo e a droga consequentes. O país tem de realmente mudar.



- Miguel Inácio (texto)
- Jorge Caria (fotos)

A iniciativa do CPPC teve como objectivo mobilizar a opinião pública pelo cumprimento das resoluções da ONU, único caminho para vir a verificar-se a paz na região



Portugal solidário com a Palestina

Milhares de pessoas assinaram uma petição repudiando o regime de terror que Israel faz abater sobre o povo da Palestina. A iniciativa, promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), decorreu durante cinco dias na Rua Augusta, em Lisboa.

A campanha, que contou com a participação de mais de 11 mil assinaturas, visou sensibilizar e mobilizar a opinião pública, canalizar a sua força, para pressionar o governo português e os organismos internacionais a fim de pôr termo à agressão israelita, com retirada imediata das suas tropas dos territórios árabes ocupados, e para que seja edificado um Estado Palestino livre e independente com a capital em Jerusalém Leste.

«Esta acção tende essencialmente a dar elementos base para que as pessoas tenham uma maior consciência do problema que se vive no Médio Oriente. Nós no CPPC partimos do princípio que tanto os israelitas como os palestinianos tem o direito a um Estado», afirmou ao *Avante!* Vítor Silva, membro da organização. «Não se pode reconhecer um direito a uma etnia, a um povo, com uma cultura, religião, língua, e não reconhecer igual direito àqueles que sempre lá viveram.»

Em relação à receptividade que teve esta iniciativa, Sandra Benfica, uma apaixonada pela causa palestiniana, e também membro do CPPC, afirmou que o contacto com as pessoas tem sido «extraordinário». «Percebe-se que elas querem falar sobre o assunto, que subscvem a moção do Conselho da Paz, pedem mais informações e que aqui encontram um espaço onde dizer aquilo que pensam e de manifestar a sua total indignação.»

Segundo Sandra Benfica, «as pessoas entendem que a questão palestiniana não se prende apenas com questões religiosas, com a divisão de Jerusalém, nem com quem tem direitos bíblicos sobre a Palestina, mas sim com uma acção concertada do poder mundial no sentido de garantir que aquela zona é fundamental para os futuros desígnios da humanidade».

Mas as razões vão para além do que está à vista, pois quem controlar aquela zona, controla as grandes reservas de petróleo, controla o Médio Oriente, assim como o seu futuro enquanto Nação, e portanto, o CPPC entende que os Estados Unidos da América jogam aqui um papel fundamental no sentido de não permitirem que os processos de paz sejam concretizados, «e aí está claro o apoio incondicional a Israel mesmo quando estamos presentes aos maiores massacres que alguma vez se teve memória», denunciou Sandra Benfica.

Massacres

O Conselho Português para a Paz e Cooperação alertou ainda que o exército israelita ocupou diversas localidades e acampamentos de refugiados nas últimas semanas e está a levar a cabo um brutal massacre contra a população civil. O número de mortos e feridos na Palestina não para de aumentar.

«A Palestina, neste momento, é um Estado completamente destruído, todas as infra-estruturas, mesmo aquelas que tiveram o apoio financeiro da União Europeia, foram destruídas», disse Sandra Benfica. «Todas as formas de subsistência do povo palestiniano estão a ser atacadas. Não se trata apenas de uma questão de guerra pela guerra, como nós o vemos na televisão, mas sim de uma política, elaborada pelo executivo de Ariel Sharon, de destruir todos os mecanismos da construção económica daquele país», denunciou a responsável do CPPC. «Não podemos de maneira nenhuma admitir que num território que foi dado aos palestinianos, os israelitas estejam a implementar colónias. Isto é uma violação, uma provocação, é um criar de condições para que a guerra no Médio Oriente continue», sublinhou Vítor Silva.

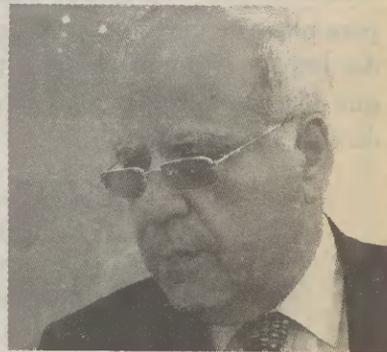
Solidariedade

Para que o conflito no Médio Oriente se possa resolver, o CPPC alerta que é necessário continuar a pressionar o Governo português no quadro das rela-

«A única alternativa é a paz»

No âmbito da acção de esclarecimento e solidariedade com o povo palestiniano, o Embaixador da Palestina em Portugal, Issam Besseisso, e várias individualidades da vida política nacional e internacional, entre os quais os deputados do PCP, António Filipe e Margarida Botelho e os embaixadores da Argélia, Tunísia, Egipto e Marrocos, compareceram anteontem à iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Segundo declarações de Issam Besseisso, a realidade na Palestina é de um sofrimento que ninguém pode imaginar, «tudo está destruído, a agricultura, a indústria, as casas. Mais de 50 mil palestinianos foram mortos ou feridos durante o conflito israelo-árabe». Em relação à iniciativa do CPPC, o representante da Autoridade Palestiniana em Lisboa, realçou a importância destes momentos de solidariedade, afirmando que estas campanhas dão a conhecer a situação na Palestina e procuram sensibilizar a opinião pública do povo português. «Temos esperança no futuro, por-



Issam Besseisso realçou a importância destes momentos de solidariedade, afirmando que estas campanhas dão a conhecer a situação na Palestina e procuram sensibilizar a opinião pública do povo português

que a única alternativa é a paz. Só que a paz com a ocupação israelita é impossível. Os palestinianos não querem soldados israelita na Palestina, mas sim resolver os problemas dos refugiados palestinianos e consolidar o processo de paz», concluiu Issam Besseisso.

Saramago na Palestina

O escritor José Saramago pediu, segunda-feira, «o fim da ocupação militar de Israel nos territórios palestinianos» e «da humilhação e violação dos direitos humanos» decorrentes das acções militares israelitas. Durante a sua estadia na Palestina, José Saramago comparou a acção do exército israelita nos territórios palestinianos com o sofrimento infligido aos judeus no campo de concentração de Auschwitz, durante a II Guerra Mundial.

O escritor português, prémio Nobel da Literatura, integrou uma delegação do Parlamento Mundial de Escritores que se reuniu com o presidente da Autoridade de Palestina, Yasser Arafat. A delegação, composta por oito elementos, chegou no domingo a Ramallah, na Cisjordânia, teve como objectivo manifestar a sua solidariedade com o povo palestiniano sob a ocupação israelita, sendo recebida pelo ministro da Cultura e Informação da Palestina, Yasser Abed Rabbo, e pelo poeta palestino Mahmud Darwish.

O poeta palestiniano deu as boas-vindas ao grupo e garantiu que a visita «ajuda a romper o monstruoso estado de sítio, embora nos dêmos conta de que na comunidade internacional ainda falta consciência para protestar e reclamar justiça».

Integraram a delegação o escritor espanhol Juan Goytisolo, o prémio Nobel da Literatura nigeriano Wole Soyinka, o francês Christian Salmon, o sul-africano Breyten Breytenbach, o chinês Bei Dao, o norte-americano Russell Banks e o italiano Vincenzo Consolo. Referindo-se ao conflito, Goytisolo garantiu que não se trata «de uma luta entre David e Golias», na medida em que «o David judeu (Israel) não só empunha uma pistola, uma bazuca e um morteiro como se converteu num Golias armado que viola um David palestiniano».

A delegação que deverá permanecer no Médio Oriente até amanhã visitou as cidades palestinianas de Birzeit e Gaza, seguindo depois para Israel, onde se deslocaram a Jerusalém, Jaffa e Telavive.

ções internacionais no intuito de que os portugueses tenham uma voz mais activa na defesa do povo palestiniano, para que defendam a aplicação das resoluções das Nações Unidas e que no quadro da União Europeia se reclame a paz nos territórios palestinianos.

«Evidentemente que o facto de assinar um documento, ou participar numa manifestação, pode parecer pouco, mas não, conta muito, e recordo o caso de Timor-Leste que só foi possível através do apoio da opinião pública portuguesa,

que teve um papel preponderante, depois da resolução do próprio conflito», disse Sandra Benfica. Em relação à questão da Palestina coloca-se exactamente o mesmo, «só com o esclarecimento da opinião pública, só com o convencimento de dizer à pessoas que no Médio Oriente há pessoas como nós, que sentem exactamente as mesmas coisas que nós, é que o povo português pode continuar a apoiar uma solidariedade política para com os palestinianos», concluiu a responsável do CPPC.

• Zillah
Branco

Diálogo de surdos

O mundo globalizado tem por base uma ficção: a de que o vocabulário usado, com as mais esmeradas traduções entre os diversos idiomas, tem um sentido também global. Explico melhor usando um exemplo: democracia para uns é o governo do povo e para o povo, ou seja, com a participação popular e a sua representação através dos seus eleitos; para outros é uma cortina feita de retalhos dos interesses populares mais prementes, que compõe a bandeira pública e demagógica da elite governante.

O recente livro do conhecido economista Galbraith, «Contando Vantagens» (Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000), demonstra o que apreendeu ao longo da sua carreira como consultor dos governos norte-americanos. Expõe com a clareza habitual com que pensa e escreve, como tem ocorrido, naquele país, o uso deliberado da imagem democrática para atingir **objectivos autoritários**. Em forma de autobiografia, aquele canadiano adoptado durante mais de 30 anos pelos governos dos Estados Unidos como um responsável norte-americano capaz de influenciar o comando nacional, expõe o conhecimento adquirido em todos os meandros da

chamada *democracia* que servia (e serve) de modelo para o mundo capitalista.

A sequência de presidentes que ele conheceu de perto, a partir de 1934, com Roosevelt e até depois da morte de Kennedy, com Lyndon Johnson, no seu entender, deu seguimento ao regime democrático mantendo o equilíbrio entre duas tendências contraditórias caracterizadas pelas políticas interna e externa. Esta visão o leva a justificar o uso da bomba atómica no Japão, por reconhecer que Truman «não tinha escolha»... e, ainda, «os bombardeios incendiários sobre Tóquio mataram muito mais gente do que em Hiroshima e Nagasaki». «Fomos apanhados numa exigência dos tempos de guerra»... «Se Truman tivesse resistido, teria enfrentado uma força muito além do poder presidencial. Era tão errado, perverso, usar as bombas atómicas sobre homens, mulheres e crianças inocentes quanto tinham sido os bombardeios de saturação» (em Dresden, por exemplo). Torna-se claro o raciocínio de quem se considera um *democrata* (social-democrata) tendo em vista a manutenção de uma elite dirigente que equilibra *instituições democráticas internas com agressões e tiranias externas*, justificando um erro em comparação com outro que lhe parecia maior. É o oposto de quem defende os princípios democráticos aplicados em benefício de toda a humanidade sem concessões às elites poderosas.

Democracia e totalitarismo

John Kenneth Galbraith é autor de numerosos tratados de economia que hoje fundamentam as mais consequentes críticas aos crimes imperialistas liderados pelos Estados Unidos. Na sua carreira junto ao poder presidencial norte-americano teve a coragem de sustentar com intransigência a sua condenação à guerra no Vietname e foi, por tal atitude, afastado por Lyndon Johnson da promissora carreira de assessor político. Durante os 30 anos em que trabalhou com os presidentes defendeu as teses democráticas que deram força a Roosevelt para superar a recessão e aos demais presidentes para introduzirem nos seus programas de governo a atenção com o desenvolvimento das regiões mais áridas e a atenção às populações mais pobres do país. É um democrata, portanto. No entanto, aceita a possibilidade de um regime combinar fatias de democracia com outras de totalitarismo, que usa o terrorismo e a guerra para se afirmar externamente, como um bolo com camadas de diferentes sabores, uns piores e outros melhores. É um social-democrata como os presidentes «democratas» norte-americanos e tantos outros que hoje esgrimem posições de esquerda e de direita, conforme as conveniências de mercado político.

A honestidade e a clareza com que Galbraith desvenda o seu pensamento político ajuda a perceber porque os verdadeiros democratas, os que defendem princípios ideológicos que não podem ser fatiados para agradar a gregos e troianos (ou melhor, a democratas e fascistas), são tratados como visionários, ingénuos, irrealistas, neste mundo globalizado sob a chefia dos Estados Unidos.

O jogo político, seja em Portugal ou no Brasil, como em qualquer outro país (como Áustria ou Israel, por exemplo), é perverso porque os verdadeiros democratas, mesmo constituindo a maioria da população, estão condicionados pelo poder das elites que são fascistas declarados ou social-democratas com a sua ideologia confusa.

O governo global dos EUA

No mundo global, construído a partir da derrocada da União Soviética, foi projectado um *governo unificado que ficasse acima das querelas históricas e divisões de poderes*. Os mais ingénuos acreditaram na *casa comum* apregoada por Gorbachev, confiantes do romântico ideal da social-democracia. A fé, do idealismo filosófico, no vago conceito de *união e democracia*, deixou de lado a realidade objectiva do governo global liderado pelos Estados Unidos cujos alicerces são os de domínio económico (FMI, Banco Mundial e redes multinacionais) e militar (NATO e forças armadas de países ricos que utilizam soldados de nações pobres). Para manter a ilusão conceptual, os meios de comunicação divulgam fartamente as *escolas de estado providência* como *medidas democráticas* (campanhas de saúde, construção de casas populares, educação, socorro aos famintos e às vítimas de catástrofes, etc.) e alimentam a confusão entre os *propósitos de domínio* e a *moeda de troca* oferecida aos povos. Em complemento criam imagens de *terrorismo* como *forças ocultas* que identificam com as manifestações de rebeldia e desespero de grupos populares que

devem ser eliminadas para a preservação da segurança pública. Assim justificam as guerras que destroem populações inteiras e abrem caminho a novas formas de exploração económica, os massacres de guerrilheiros, as perseguições aos comunistas e democratas que se levantam contra o autoritarismo fascista que implantou no *governo global* os ensinamentos de Hitler e os aperfeiçoou.

O Programa do PCP, citado por Albano Nunes no esclarecedor artigo «O PCP e a política de alianças» (Avante, 14/2/02), é claro nos seus princípios: «O sistema de alianças político-partidárias abrange de forma diferenciada todos os movimentos, organizações e partidos democráticos que, nos seus objectivos e na sua prática, defendem os interesses e aspirações das classes e forças sociais participantes no sistema de alianças sociais.» Não há confusões com compromissos entre uma *democracia para uns* e *tiranias para outros*, entre *escolas providenciárias* de um lado e *bomba atómica* de outro. O que há de global em tais propósitos é a defesa intransigente da democracia que atende os interesses *dos povos* e não aceita moedas de troca para agarrar-se ao balaustre do poder elitista. Este é um princípio universal, global, internacionalista, democrático.

Remendos

No Fórum Social de Porto Alegre, como em outras manifestações contra os desmandos do imperialismo, surgiram tendências de *humanização do capitalismo*, o que abre a oportunidade para figuras políticas como Mário Soares e outros – responsáveis pelos obstáculos ao processo revolucionário do 25 de Abril, e de caminhos semelhantes em outros países – aparecerem como *democratas*. Não é fácil separar os *ingénuos social-democratas* das ratazanas conhecidas que se servem de discursos camaleónicos, mas é necessário procurar a forma de esclarecer os que se abrem a um caminho idealista sem pensar nas implicações objectivas de cada passo. O conhecimento da história económica e social do último século, com a indicação nominal dos seus responsáveis, torna transparente a verdadeira democracia e os seus coerentes defensores. É o árduo trabalho de separar o trigo do joio, indispensável para fortalecer o caminho da democracia, **poder do povo**, que se torna mais fácil quando se observa o grau de poder que cada um tem no concerto das elites governantes apesar dos seus discursos *humanistas sem compromissos concretos*. O acesso à estrutura de poder capitalista é referencial para se distinguir o ingénuo do oportunista, assim como o representante de anseios populares dos que fazem carreira populista.

Em recente entrevista ao «La Jornada», do México, o conhecido escritor Galeano chama a atenção para o «desprestígio da democracia que agora se identifica com a corrupção, a ineficiência e a injustiça (...) um caldo de cultura para o fascismo». Evidentemente não será com *remendos humanizantes*, como recomendam os social-democratas, que se poderá encontrar uma alternativa a esta barbárie onde a globalização da miséria continua a alimentar uma elite capaz de criar obstáculos aos caminhos revolucionários e utilizar a bomba atómica para manter-se no poder.



Comunicação

• Francisco Silva

Quando se fala de privacidade, a propósito das novas tecnologias da informação (TI), vem logo à nossa presença a questão das enormes possibilidades de memorização, e também de ordenação/tratamento de dados, por elas abertas. Nomeadamente de dados pessoais.

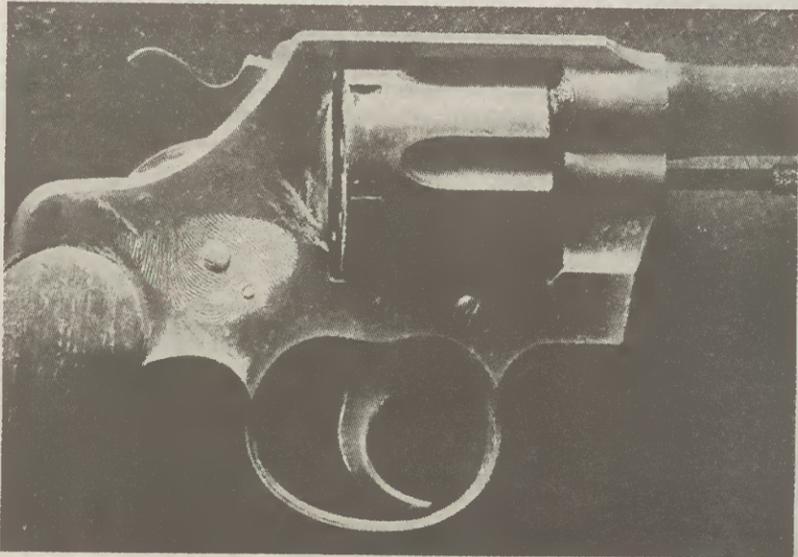
Com efeito, não é apenas a memorização a eito de dados, como se estes se tratassem de uma especial e informe matéria-prima, que as TI podem realizar, mas ainda o cruzamento destes, a sua organização segundo os critérios que forem requeridos em cada caso. Aliás, foi por causa das possibilidades de tratamento e ordenação das máquinas que corporizam as TI, isto é, os nossos bravos computadores, que estes também foram, de início, chamados ordenadores.

gicas e políticas, por parte das autoridades ou dos empregadores; ou para fins de conhecimento de características individuais na área da saúde, nomeadamente do ponto de vista da previsão de doenças futuras via dados de ordem genética, tanto para uso de empregadores como de entidades seguradoras; ou, ainda, para fins comerciais: deter os dados pessoais relativos ao perfil consumidor dos indivíduos pode constituir uma vantagem competitiva essencial para o comerciante, ao potenciar uma publicidade mais dirigida e uma possibilidade de manipulação dos desejos de cada um, com uma profundidade até há pouco inimaginável.

Dir-me-ão: é certo teres referido os dois lados dos impactos das TI relativamente as novas capacidades de memorização e tratamento de dados pessoais; e até apresentaste as considerações positivas antes das negativas. Contudo, percebe-se, da maneira como as coisas são mostradas, a tua marcada opção pelo lado da protecção dos dados pessoais e da privacidade, não é verdade?

É verdade, não nego essa minha tomada de partido. E até nem escondo suspeitar de muitos dos aspectos, digamos, «securitários» de certa forma de levar a água ao

Do uso dos dados individuais



Toda esta formidável capacidade dos computadores permite, entre outras coisas, concentrar e organizar uma imensidade de dados pessoais de forma a tornar visível as características dos indivíduos tão aproximadamente quanto se quiser, de acordo com a grelha de requisitos que for definida.

Uma função que pode ser positiva se controlada ou autorizada pelo próprio para utilização dentro de certos limites – quando utilizada, por exemplo, para fins de saúde, de orientação profissional ou de indicação de disponibilidade de produtos, nomeadamente de natureza educativa ou cultural, os quais possa estar interessado em usufruir.

Mas também é, por outro lado, uma função, a da representação organizada de dados pessoais, que pode constituir-se como altamente assustadora, se esses mesmos dados pessoais forem utilizados por terceiros sem o devido controlo por parte do próprio – quando utilizada, por exemplo, para fins de observação de preferências ideoló-

gicas e políticas, por parte das autoridades ou dos empregadores; ou para fins de conhecimento de características individuais na área da saúde, nomeadamente do ponto de vista da previsão de doenças futuras via dados de ordem genética, tanto para uso de empregadores como de entidades seguradoras; ou, ainda, para fins comerciais: deter os dados pessoais relativos ao perfil consumidor dos indivíduos pode constituir uma vantagem competitiva essencial para o comerciante, ao potenciar uma publicidade mais dirigida e uma possibilidade de manipulação dos desejos de cada um, com uma profundidade até há pouco inimaginável.

seus vidas, quando não, em desespero de causa, como a questão fundamental, a necessidade de poderem viver em segurança. E não tenhamos dúvidas: a partir de certos níveis de insegurança, as pessoas poderão mesmo assim, se tiverem de escolher (se for essa a sua percepção), preferir serem desgraçadamente exploradas a viverem numa danada situação de insegurança, assaltadas, roubadas, violadas – ah, os *serial killers!* –, assassinadas, «protegidas» por mafias! Pode soar como um exagero, é verdade, mas o desespero leva, entre outras coisas, ao pânico.

E por isso quero agora arrepiar caminho antigo. Arrepiá-lo para colocar-me do ponto de vista dos impactos positivos devidos às tremendas capacidades de registo e tratamento de dados possibilitadas pelas TI. Arrepiá-lo para, com clareza, afirmar os ganhos de eficácia que, da aplicação daquelas, podem advir para o combate à delinquência e ao crime, para o combate à insegurança sentida pelas populações, sobretudo nas áreas suburbanas.

Por esta vez talvez tenha sido politicamente incorrecto!

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Actualidade

Moxico

Sopro apagado jaz absorto sobre o terreiro escancarado. No ar, um ar de desconforto de quem estar vivo ou estar morto já vai no dorso do passado.

Jaz no terreiro onde a poeira quieta em nenhum vento se perde. Somem-se os astros de cegueira. Deixa um lagarto, na clareira do seu pescoço, um rasto esverde.

Jaz e nem o silêncio sente nenhuma aragem de oração. Todo o além assina ausente e nenhum anjo de inocente de nenhum céu lhe estende a mão.

Ninguém, se os deuses vão à caça, escapa. Ei-lo na poeira absorto. Nem o conforto de uma Graça. Nem suave um gesto longe passa. Nem uma lágrima esvoaça. Morto.

Notícia

Era um pai e era um filho. O pai, 60 anos o filho, 25. Dois tempos duas gerações.

O pai trabalhava na construção civil. O filho trabalhava ao lado do pai. O mesmo ofício duas gerações.

A Terra e o céu desabaram (nome técnico: aluimento) a cinco metros do chão sepultado o pai sepultado o filho a mesma morte uma geração.

Feira

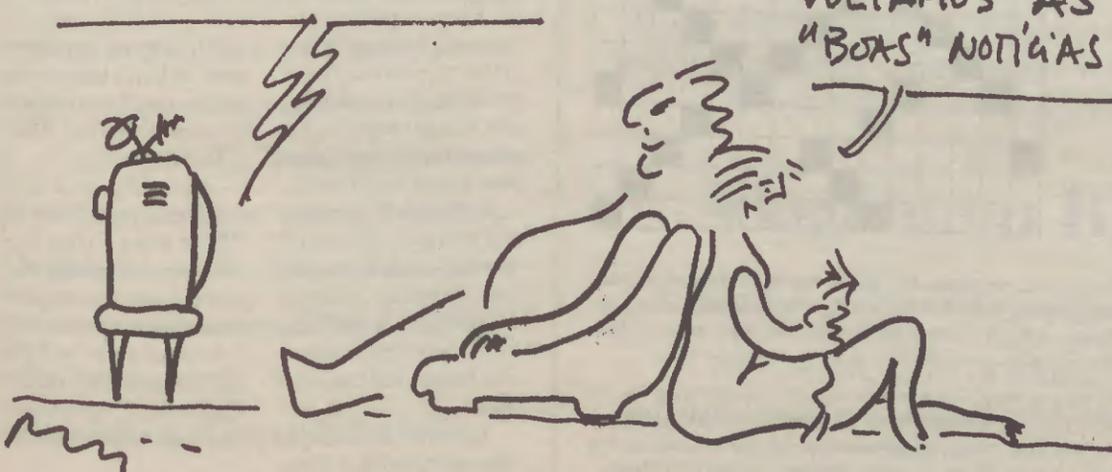
- Entra freguês, aqui tens a estrela para te guiar.
- Antes quero uma batata para comer ao jantar.
- O futuro que prometo é um palácio sem par.
- Prefiro o supermercado onde há muito que comprar.
- Segurança te darei para que possas trabalhar.
- Mas é com os recibos verdes que tenho de me aviar.
- Aqui, teus filhos terão liberdade de brincar.
- Mas agora os vou levando ao «shopping» a passear.
- Farei que a tua alma seja uma luz forte a brilhar.
- Quando a barriga dá horas como a posso contentar?
- Não te prometo a ilusão terás mesmo a terra e o mar.
- A ilusão que ora me dão custa menos a pagar deixa-me agora ir embora para poder ir votar.

Cartoon

• Monginho

O EURO 2004,
O FUTURO
DE ANTÓNIO GUTERRES,
E OS O'SCARES, SÃO
HOJE TEMA PRINCIPAL
DO NOSSO TELEJORNAL!

PRONTO...
VOLTAMOS A'S
"BOAS" NOTÍCIAS!!!



Religiões

• Jorge Messias

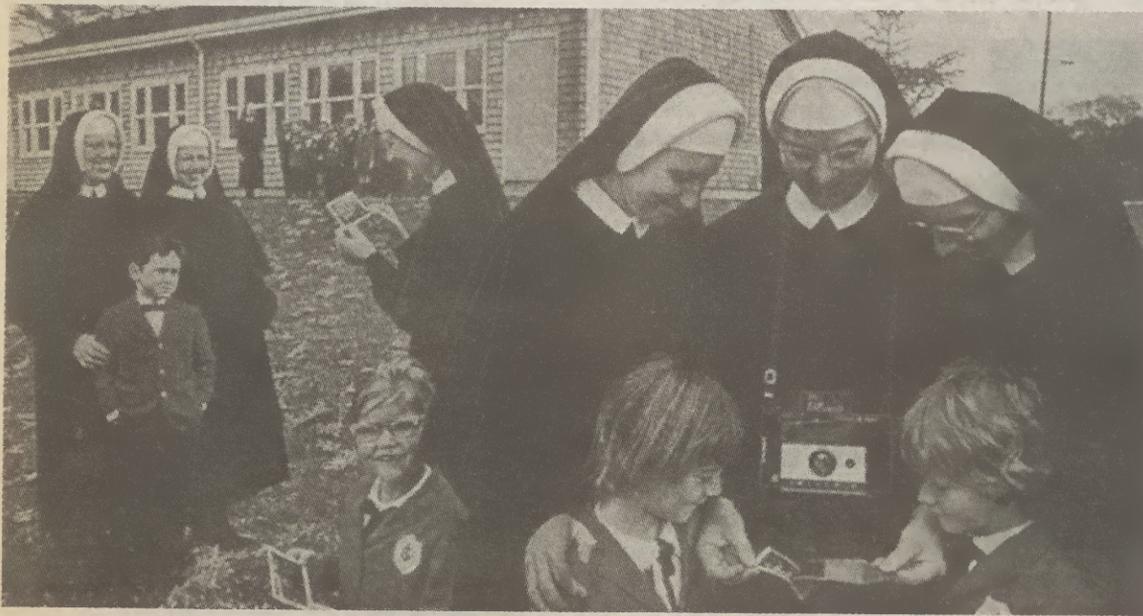
Na chamada *era da comunicação*, a mudez da igreja católica é quase total. Não só relativamente aos grandes problemas sociais que impõem tomadas de posição, tais como a distribuição justa da riqueza ou a construção de uma sociedade democrática. Também noutras áreas a hierarquia se cala, a exemplo do que acontece com o estatuto da mulher católica na sua própria igreja, o estafado projecto ecuménico de aproximação aos *irmãos separados* ou a

boa - «a colaboração na complementaridade entre políticos, agentes culturais e fazedores de opinião».

Poucos semanas depois, em 13 de Fevereiro, foi divulgada uma nota do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, esclarecedora dos princípios que os *crístãos* deveriam acolher no seu voto: representavam, no seu todo, «a iluminação pela fé». Que conceitos eram esses? O *discernimento* dos factos com base numa «visão cristã da pessoa humana e da sociedade» que respeitasse a «visão da Igreja acerca de algumas questões» - defesa das liberdades religiosas e do carácter sagrado da vida humana, «desde a concepção até à morte natural» (a aceitação da Concordata e das posições antiaborto, evidentemente) e a «anulação das discriminações de classe, sexo ou etnia» com particular incidência nos grupos mais pobres e desfavorecidos» (o capitalismo *transfigurado*).

Depois, sucintamente, a pastoral enumerava outras prioridades: educação, família, honestidade dos *servidores da sociedade* (?), economia ao serviço de um projecto social *humanista e a escolha pelo voto*

Negócios políticos e negócios «crístãos» (1)



concretização sempre adiada da *abertura de janelas para o mundo* a que tanto se referiram os desacreditados cardeais do Concílio Vaticano II. A Cúria romana enferma de uma evidente paralisia progressiva. Está enquistada no dogma. Todavia, desde que se trate de dinamizar os *lobbies* que se acotovelam entre os muros do Vaticano ou nos salões dos paços episcopais, a estagnação ideológica não representa menor capacidade de movimentação das formações confessionais. Em Portugal, esta situação é cada vez mais evidente. Alguns exemplos - neste caso, os que se prendem com o recente acto eleitoral - falam por si.

D. José Policarpo, condutor da igreja portuguesa, entrou o ano de 2002 a declarar (homilia do Dia da Paz) que nas eleições antecipadas que se avizinhavam, os *crístãos* (e não só os *católicos*) deveriam reflectir «não apenas sobre quem querem que os governe, mas também sobre o modelo de sociedade que desejam». Um voto que seria, no entendimento do cardeal-patriarca, «motivado pelos problemas concretos da sociedade mas, sobretudo, iluminado pela fé e pelas suas exigências morais». Na melhor linha da tradição doutrinária lembrava D. José que «a Igreja enunciava princípios e valores decisivos para a edificação de uma sociedade harmónica». A concretização desse ideário exigiria - lembrava uma frase algo confusa do bispo de Lis-

condicionada apenas às propostas políticas fundamentadas em «critérios de verdade cristã».

Uma vez acesa a «luz verde» pelas mais responsáveis estruturas hierárquicas da igreja, e dado que uns magros trinta dias faltavam para a realização das eleições legislativas, outros documentos de apoio à canalização do voto católico foram surgindo em rápida sucessão. Sem dúvida que três deles merecem ser destacados dos demais.

As principais áreas abordadas no documento «Eleições 2002: que desafios?», da Comissão Nacional Justiça e Paz, compreendem as problemáticas sociais, as políticas laborais, a Família, os rendimentos e a justiça. A carta aberta da Cáritas Portuguesa aos partidos políticos - «Alguns problemas prioritários e propostas» - divulgada logo a seguir à nota pastoral da CEP, lembram a acção social desenvolvida pela Igreja e sublinham a importância da existência de lacunas graves na sociedade portuguesa relacionadas com o combate à exclusão, com o regime de reclusão e com a família, propondo aos partidos a inclusão nos respectivos projectos eleitorais de um certo número de medidas apoiadas no pensamento *crístão*. Com a mensagem «A Paz é a tranquilidade da ordem», a Associação Crístã de Empresários e Gestores - ACEGE viria completar este naipe de documentos centrais enquadradores do voto.

Pontos Cardeais

Ameaças

Desatando a verborreia com a ligeireza habitual, o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, «avisou» na semana passada que as finanças regionais e locais e a Função Pública eram «pontos intocáveis» para o PSD/Madeira, pelo que o presidente do PSD, Durão Barroso, não poderá contar com os votos do PSD/Madeira para «alterar-se o que for» nestes três campos orçamentais. Trocado por miúdos, Jardim advertiu o presidente do seu partido que não admitia quaisquer cortes orçamentais à «sua» região autónoma no quadro de poupanças anunciado (e prometido) pelo PSD para o próximo Governo.

Certamente para salvar as aparências, Durão Barroso lá respondeu indirectamente, afirmando em Coimbra que as medidas que venham a ser tomadas em sede de cortes orçamentais vão abranger o «território nacional», não avançando mais na resposta às ameaças de Jardim. Quem se encarregou de responder algo mais concreto foi Manuela Ferreira Leite que, mesmo assim, usou de todas as cautelas considerando que Jardim «tem sentido de Estado», pelo que não há-de «deixar de ser solidário».

Duas coisas ressaltam, deste episódio.

Uma, que as vantagens pessoais e directas é o que apenas move esta gente, como fica claramente exposto na ameaça de João Jardim ao seu próprio partido.

Outra, que a actuação de Durão Barroso está a ser, no mínimo, hesitante e insegura nesta formação de Governo, como bem o demonstra tanto a grosseira ameaça do seu correligionário Jardim, como a sua incapacidade para o pôr na ordem.

O que também constitui uma ameaça... mas é para a saúde e sobrevivência do próximo Governo.

«Sapos»

Entretanto, aos microfones da TSF, o deputado do PSD eleito pelo círculo da Madeira, Guilherme Silva, afirmou o seguinte: «Quando os momentos políticos exigem que se engulam sapos, elefantes e muito mais coisas, nós engolimos sapos e elefantes. Porque o país, os portugueses, o interesse nacional o justifica. Não é perda de personalidade, não é ziguezagues, é a necessidade que o país pede de nós, essa vontade, esse esforço. E, portanto, mal seria que o PSD e o PP não soubessem fazer a leitura da vontade eleitoral dos portugueses, que dita e exige esse entendimento, e não fossem capazes de o fazer».

Apesar da formulação algo macarrônica, o racio-

ónio de Guilherme Silva é bastante claro: a aliança do PSD com o PP corresponde, para o primeiro, à ingestão de «sapos, elefantes e muito mais coisas», mas deve ser feita porque «o país, os portugueses, o interesse nacional o justifica».

Pois, pois. O chefe João Jardim até já explicou onde é que está «o interesse nacional» que justifica a tal aliança: para começar, está na exigência do governo regional de João Jardim em não aceitar quaisquer reduções de verbas do país para alimentar as suas gestões...

Inconfidências

Quem se apressou a anunciar a sua presença no próximo Governo - a representar o CDS/PP - foi Bagão Félix. Felicíssimo com a situação, não se contentou e, aos microfones das rádios, anunciou ter sido convidado para integrar o próximo Executivo.

Dias depois veio Durão Barroso garantir que «não tinha convidado ninguém» e quaisquer notícias em contrário não passavam de «boatos sem fundamento».

Apesar de formalmente desmentido, Bagão Félix fechou-se em copas e o mesmo fez Paulo Portas, muito entretido actualmente em assumir «poses de Estado», tudo com grande «sentido de responsabilidade» e etc., etc.

Segundo os jornais, o que se terá passado é que Bagão Félix foi «sondado» para integrar o futuro Governo e o seu «erro» - se erro houve - foi o de o ter anunciado antes de tempo, ou seja, antes de o próprio Durão Barroso o anunciar. Pelo que este, apanhado assim em contramão, terá sido forçado a desmentir o convite que, embora feito, não estaria ainda «formalizado».

Enfim, tretas. De concreto, há aqui duas coisas.

Uma, que se confirma a dificuldade em que Durão Barroso anda para formar o seu Executivo, enquanto por parte do CDS/PP mal podem esperar pelo anúncio formal da sua participação.

Outra - e mais uma vez... - que o que move esta gente toda é, realmente, o fascínio do poder...

Anúncios

Seja como for, está previsto para hoje, quinta-feira, o anúncio formal por parte de Durão Barroso dos nomes que integrarão o próximo Executivo PSD/CDS/PP.

Só nos falta ouvir mais uma vez o presidente do PSD e novo Primeiro-Ministro indigitado afirmar que não tem ninguém para anunciar (a não ser os futuros ministros do CDS/PP...) e a quaisquer notícias em contrário não passam de «boatos sem fundamento»...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Desconfiado; ave de rapina nocturna muito vulgar em Portugal. 2 - Definhar-se; restou. 3 - Caminhar; dividir ao meio; cingir. 4 - Doçura (fig.); ódio; atrever-se. 5 - Irmão; gruta; a si mesmo. 6 - Cavalos de pelagem cor de ouro; belo; aquelas. 7 - Género de formigas a que pertence a saúva; voz do gato; reduza a pé; autocarro. 8 - A mim; mitra de pontífice rodeada de três coroas e rematada por um globo que sustenta uma cruz; cada um dos pequenos orifícios. 9 - Mulo; fronteira; fiel. 10 - Juro de um capital; carapuça; altar crístão. 11 - Intripa; pêlo ou lã de carneiro, ovelha ou cordeiro; avenida (abrev.). 12 - O que contraiu aliança; símio. 13 - Monte de pouca altura; que causa dor.

VERTICAIS: 1 - Instrumento para encurvar as calhas das linhas férreas; planta gramínea; amercio (s.q.). 2 - Arremesso de bola à baliza da equipa adversária; estampilha. 3 - A unidade; qualidade; prover do necessário. 4 - Anuência; contr. da pep. em com o art. def. o; bater com a testa. 5 - Haste de metal pontiaguda, destinada a cravar-se num ponto ou num objecto que se quer segurar ou fixar; terceira nota da escala musical; cantor ambulante. 6 - Enfurecer; puxar à feira (os metais); contr. da prep. de com o art. def. o. 7 - Condimento indiano em pó, para tempero da comida; oráculo. 8 - Atmosfera; doença; escudeiro; molibdénio (s.q.). 9 - Nome de várias plantas gramíneas e quase sempre forraginosas; campestre. 10 - Sétima nota da escala musical; espaço de 12 meses (pl.); porco. 11 - Macaco; contr. da prep. de com o art. def. a; bolo ou presente que os padrinhos dão pela Páscoa aos afilhados ou os parokinianos aos párocos. 12 - Que não é agudo; nome da letra grega que corresponde ao Platino; vazão. 13 - Contracção de sílabas ou vogais numa só; banquete que se dá pela ocasião do casamento; ósmio (s.q.). 14 - Tempo; madrugada. 15 - Designa alternativa; habitante da Rússia; insignificância.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Suspeito; 2 - Mito; 3 - Mito; 4 - Mito; 5 - Mito; 6 - Mito; 7 - Mito; 8 - Mito; 9 - Mito; 10 - Mito; 11 - Mito; 12 - Mito; 13 - Mito; 14 - Mito; 15 - Mito. VERTICAIS: 1 - Mito; 2 - Mito; 3 - Mito; 4 - Mito; 5 - Mito; 6 - Mito; 7 - Mito; 8 - Mito; 9 - Mito; 10 - Mito; 11 - Mito; 12 - Mito; 13 - Mito; 14 - Mito; 15 - Mito.



Ao trabalho

pelo fortalecimento da organização e intervenção do Partido e o alargamento da sua influência

Na sua reunião de 20 de Março, o Comité Central decidiu promover um movimento geral para o necessário reforço do Partido aos vários níveis e direcções de trabalho concretizando as orientações do XVI Congresso, cuja definição será objecto de aprofundamento na próxima reunião do Comité Central e para o qual adiantou desde já as seguintes linhas de trabalho e iniciativas:

– a concretização das orientações para o reforço da organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores e a realização de um Encontro Nacional em 19 e 20 de Outubro sobre esta temática;

– o avanço da preparação da Conferência Nacional sobre o PCP e o poder local cuja realização agenda para o final de Fevereiro de 2003;

– o desenvolvimento e aprofundamento do trabalho junto da juventude e o apoio à realização do VII Congresso da JCP previsto para 2 e 3 de Novembro deste ano;

– a definição de iniciativas e debates para considerar o desenvolvimento do trabalho do Partido junto dos intelectuais e quadros técnicos e junto dos micro, pequenos e médios empresários;

– a adopção das medidas de direcção, quadros e financeiras para responder às necessidades do Partido, no quadro das possibilidades actuais;

– a realização de assembleias das organizações com prioridade para as organizações de base, as organizações concelhias e de sector, a responsabilização de novos quadros;

– o prosseguimento de uma activa acção de recrutamento, no quadro da campanha em curso, e um forte empenhamento na integração dos novos militantes;

– a preparação da Festa do “Avante!” de 2002, que se realiza nos dias 6, 7 e 8 de Setembro, com o empenhamento de quadros e militantes de modo a assegurar o seu êxito como marco destacado na actividade política, cultural e artística do País.

Plano de trabalho da Organização Regional da Madeira

Na sequência da última reunião do Comité Central, a DORAM reuniu, concretizando linhas de trabalho para o Partido na Região, definidas nas seguintes etapas:

1. Realizar plenários de militantes para a análise dos resultados eleitorais (o primeiro está marcado para 3 de Abril);
2. Promover em todos os organismos do Partido a análise dos resultados eleitorais;
3. Convocar as Assembleias de Organização Concelhias (Funchal, Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico), para o mês de Maio, com preocupações de maior incidência nas questões da organização e nas medidas de alargamento da nossa influência social e política;
4. Participar empenhadamente em todos os processos preparatórios da Conferência Nacional do Partido, agendada para Junho;
5. Considerar a eventual realização de uma Conferência Regional da CDU/Madeira;
6. Convocar a realização do Congresso Regional para o final deste ano (29 e 30 de Novembro, 1 de Dezembro). Sendo um ano de Congresso, daremos especial atenção às medidas inovadoras que favoreçam o reforço do Partido na Região.

Campanha de solidariedade com Cuba

Como tem sido noticiado, o Sector de Transporte da ORL promove uma viagem a Cuba à qual associou uma campanha de solidariedade, que se pretende seja traduzida na oferta de medicamentos e material escolar. O apelo à recolha desses materiais é aqui renovado, assim como a indicação de que a entrega deve continuar a ser feita no Centro de Trabalho Vitória/Sector dos Transportes

Cruzeiro no Douro

Fim-de-semana de 6 e 7 de Julho

A Comissão de Freguesia da Penha de França organiza uma excursão, com transporte em autocarro de turismo e alojamento em hotel de 3 estrelas, com partida de Lisboa (Av. General Roçadas) no dia 6 às 7h30 e regresso na noite de 7.

O dia 7 é preenchido com um cruzeiro ao longo do Douro (embarque na Régua e desembarque, no regresso, no Porto).

Informações: cam. Ivone, tel. 218138119

*

Viagem ao Brasil

Promovida pela Comissão Concelhia de Almada

Data prevista: de 5 a 13 de Outubro de 2002

Rio de Janeiro - Angra dos Reis e Cabo Frio - Búzios

Inscrições e informações: Artur Cabrita, telef. 212752777 e 212753939



Plenários de células e organizações do PCP

AGUALVA

Plenário de militantes sobre a situação política e questões de organização e direcção, e discussão da proposta de composição do novo organismo de direcção: sexta-feira, 5, às 21h30, no Centro de Trabalho do Cacém.

ALMADA

Plenário de militantes da organização da freguesia de **Caparica**: sábado, 6 de Abril às 15h30, no CT de Monte de Caparica. Plenário de militantes do **Laranjeiro**: dia 6 às 15h30, no CT do Laranjeiro.

MOITA

Plenário de militantes para discussão da Resolução do Comité Central: sábado, dia 30, às 15h no Centro de Trabalho local, com a participação do camarada **Américo Leal**.

SANTA MARIA DA FEIRA

Plenário da organização concelhia: **hoje**, dia 28 às 21h30.

SINTRA

Plenário de militantes das empresas do concelho de Sintra: sábado, 6, 16h, no Centro de Trabalho do Cacém, com a participação do camarada **Alexandre Teixeira**. Em discussão vão estar questões ligadas ao reforço do Partido, recrutamento de novos militantes, Festa do Avante e situação política e social em cada empresa do Sector.

VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes da freguesia de **Sobralinho**: dia 2 de Abril às 21h30.



JCP Sintra

A Comissão Concelhia de Sintra da JCP divulga hoje, numa sessão a realizar às 15h no Centro de Trabalho do PCP de Algueirão, o documento «Educação Pública, Gratuita e de Qualidade» – análise de alguns aspectos da situação educacional concelhia e nacional, elaborado pela organização do Ensino Secundário.

ATVer

George Stevens, em 1965, contou a história de Jesus Cristo desde o nascimento até à morte na cruz

Recordações

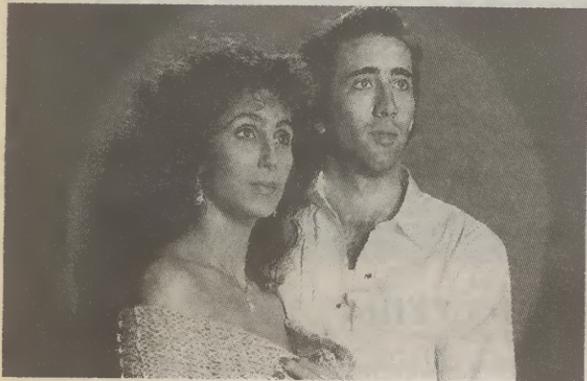
(Sexta-feira, 29.03.02, RTP-2)

Recordações é uma espécie de *Oito e Meio* revisitado, revisto e expressamente citado por Woody Allen, que assim presta homenagem a Fellini num filme que, desde as primeiras imagens, assume inteiramente a evocação do cinema do mestre italiano. Trata-se do segundo filme a preto feito após *Manhattan* e, nele, Woody Allen põe de pé um *alter ego* ficcionado na personagem de um cineasta célebre (interpretado por si próprio) que reflecte sobre a sua vida, o amor e o cinema para, com grande ironia e cinismo, chegar à conclusão que o sucesso projecta o indivíduo para um estúdio muito mais próximo da loucura que da satisfação pessoal. Mais uma grande realização de Woody Allen, que aqui se debruça de forma particularmente inteligente, sensível e fascinante sobre o cinema, ele próprio e a sua carreira numa espécie de autobiografia totalmente inventada, mas plena de nostalgia, charme e romantismo.

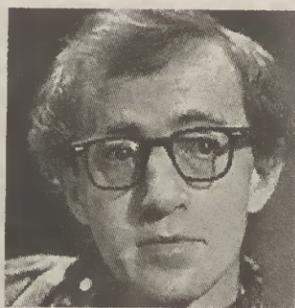
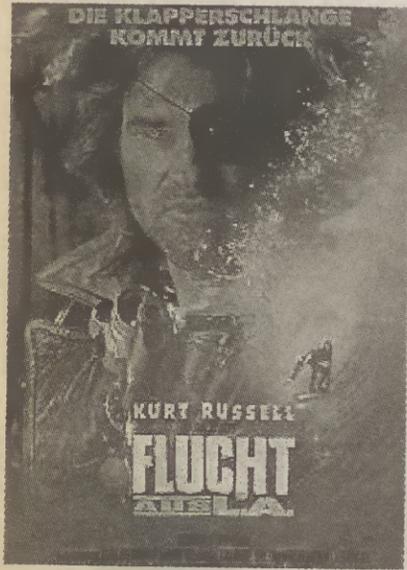
David e Golias

(Sexta-feira, 29.03.02, RTP-1)

David e Golias é um drama bíblico em atmosfera de «peplum», feito em Itália em 1961 e que aqui referimos porque nele entra **Orson Welles** no papel de rei Saul. O grande actor (e realizador) norte-americano continuava, então, vítima do prolongado ostracismo a que os poderes e poderosos de Hollywood o condenaram, aceitando participar em todas as pepineiras para sobreviver, de que este **David e Golias** é apenas um exemplo.



O **Feitiço da Lua** é uma brilhante história de italianos do Brooklin às voltas com as suas paixões e desilusões



Em **Recordações** Woody Allen presta homenagem a Fellini

Fuga de Los Angeles é uma (pobre) sequela feita por John Carpenter do seu notável *New York 1997*

A Maior História de Todos os Tempos

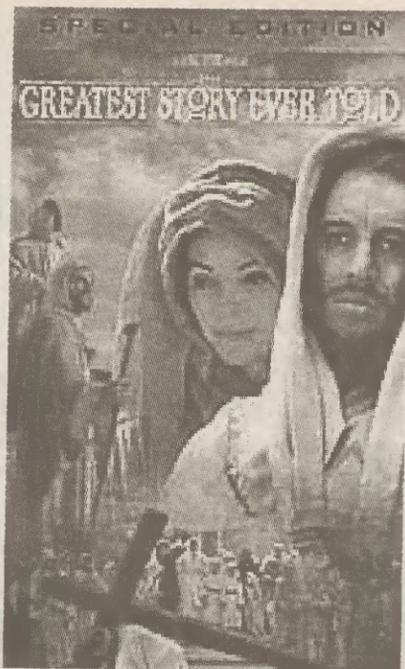
(Sexta-feira, 29.03.02, RTP-1)

Já que falámos em dramas bíblicos, aqui temos mais um servido na Páscoa, como de costume. Mas este foi feito por um mestre do *western* e dos filmes de acção, **George Stevens**, que teve meios suficientes ao seu dispor para, em 1965, pôr de pé a história de Jesus Cristo desde o nascimento até à morte na cruz, segundo os registos da Bíblia. Superprodução luxuosa e espectacular, conta com um actor de primeira água no papel de Jesus: **Max von Sydow**.

A Máscara do Zorro

(Domingo, 31.03.02, TVI)

Grande produção de Hollywood, **A Máscara do Zorro** alcançou sucesso na altura da estreia, não defraudando o investimento. Para o sucesso contou, sobretudo, o chariz do elenco (**Anthony Hopkins** como «velho» Zorro a passar o testemunho a **António Banderas**, o «novo» Zorro, e com a insinuante **Catherine Zeta-Jones** pelo meio, como filha do primeiro e futura mulher do segundo!), tal como foi importante o apuro das espadei-



radas e atletismos do(s) herói(s). Não veio acrescentar nada ao mito (cinematográfico), mas também não desilude. O que já não é mau, nos tempos que correm.

Fuga de Los Angeles

(Domingo, 31.03.02, TVI)

Fuga de Los Angeles é uma sequela feita por **John Carpenter** do seu notável *New York 1997*, onde não hesita em se copiar grosseiramente a si próprio: o herói é o mesmo (**Kurt Russel**, num já completamente estereotipado «homem da pala negra»), o enredo igual (só a cidade concentracionária onde se desenrola a acção muda de Nova Iorque para Los Angeles) e apenas os efeitos especiais das lutas e pirotecnias dão alguns (irrelevantes) passos em frente em relação ao original. Um «tiro ao lado» de John Carpenter que, de qualquer modo, passa pela primeira vez nos canais portugueses.

A Túnica

(Domingo, 31.03.02, RTP-1)

A Túnica tornar-se-ia num filme célebre e de referência por ter sido o primeiro a usar, em 1953, o novo sistema de ecrã panorâmico que ficou conhecido como *Cinemascope*. Provavelmente – e em suprema ironia... – vai ser (mais uma vez) transmitido na execrável versão pan & scan, que esparteja, precisamente, o enquadramento do *Cinemascope*... Quanto ao filme, propriamente dito, continua um verdadeiro «bíblico made in Hollywood», com grandes investimentos, elenco de estrelas, muito espectáculo e poucas preocupações de fidelidade histórica. **Victor Mature** veste a pele do escravo Demétrio, que leva o seu senhor romano **Richard Burton** para os caminhos da fé cristã, após ter comandado a crucificação de Jesus e ter ganho a sua túnica num jogo de dados. **Jean Simmons** é a namorada do tribuno romano e tudo acaba em grande drama, como convém à exaltação histórica do princípio do Cristianismo, segundo Hollywood nos tempos áureos dos «filmes históricos».

O Feitiço da Lua

(Terça-feira, 02.04.02, RTP-1)

O Feitiço da Lua é uma história de italianos do Brooklin às voltas com as suas paixões, desilusões e intempestivas relações familiares e foi, sobretudo, uma comédia de grande sucesso saída das mãos do veterano **Norman Jewison**, tendo arrecadado três óscares: um para o argumento de **John Patrick Shanley**, outro para **Cher** como Melhor Actriz e um terceiro para **Olympia Dukakis** como Melhor Actriz Secundária, isto num elenco onde tomam igualmente assento actores como **Nicholas Cage**, **Danny Aiello** e **Vincent Gardenia**. Quanto à história que aqui se conta, tem a ver com as inesperadas escolhas do amor no seio de uma comunidade italo-americana que, no caso, levam uma mulher a ficar inesperada e totalmente apaixonada pelo irmão do seu noivo, quando os tentava reconciliar.

Quinta, 28

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.10 «Academia de Polícia - 6»
16.00 Pícaro Sonhadora
17.10 A Senhora das Águas
18.10 Quebra Cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 Gregos e Troianos
23.30 Crónica do Século - «O Teatro em Portugal no Séc. XX» (Parte II)
00.30 Operação Triunfo
01.00 24 Horas
01.15 «Casar no Dia do Fim do Mundo» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
12.00 Contemplando a Salvação
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Sinais do Tempo

Sexta, 29

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.00 O Fugitivo
15.00 Milionários à Força
16.00 «A Maior História de Todos os Tempos» (Filme de George Stevens, EUA/1965, com Max von Sydow, Dorothy McGuire, Robert Loggia, Charlton Heston. Ver Destaque)
20.00 Telejornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 O Jogo da Espera
22.15 «Michael» (Filme)
00.05 «David e Golias» (Filme de Ferdinando Baldi e Richard Pottier, It/1961, com Orson Welles, Ivo Payer, Eleonora Rossi Drago. Ver Destaque)
01.45 24 Horas

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
12.30 O Homem e a Cidade
13.00 Retratos - «Mário Botas»
14.30 Via Aberta

Sábado, 30

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.20 O Fugitivo
16.00 Fórmula 1 - GP do Brasil
17.00 Passeio dos Alegres
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Boavista-Sporting
23.00 «A Base: Culpados ou Inocentes» (Filme)
00.45 Especial Desporto
01.45 24 Horas
02.00 «As Mil Luzes de Nova Iorque» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
10.15 Cecilia Bartoli interpreta Vivaldi
12.00 Iniciativa
14.00 Sobrevivência
15.00 Desporto 2
19.30 Horizontes da Memória
20.00 O Espírito da Democracia
20.30 Bombordo



«Bartoli canta Vivaldi» – um notável concerto já transmitido pela RTP – volta ao ecrã neste sábado.



O «Messiah» de Händel, que é felizmente peça quase obrigatória na Páscoa, passa este ano sob a forma de musical, com algumas das grandes estrelas da pop/rock como **Roger Daltry** (domingo, RTP 2)



Mais um programa com «famosos»: «Catarina.com», na SIC, apresentado por Catarina Furtado

21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História - «As Catedrais»
00.00 Britcom
01.00 Artes de Palco - «Tziganes: Le Cirque en Liberté»
02.15 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 Walter, o Ranger do Texas
16.45 Super Sábado
20.00 Jornal da Noite
21.00 Os Malucos do Riso
21.30 Desejos de Mulher (Compacto)
23.30 O Grande Mestre
01.00 «Os Comandos da Noite» (Filme)
03.00 «Estrada para Meca» (Sábado)

▼ TVI

09.00 Chiquititas
09.30 Survivor
11.00 Filha do Mar
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.20 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
23.00 Ilha da Tentação
00.15 «Sommersby, o Regresso de um Estranho» (Filme com Richard Gere e Jodie Foster)
02.30 «Caminho da Esperança» (Filme)
04.15 Apenas Amor

14.30 Via Aberta
16.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.55 Clube da Europa
20.20 Amigas do Peito
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
00.00 «Bom Dia, Babilónia» (Filme)
02.10 O Triunfo dos Porcos

▼ SIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Grande Mestre
21.30 O Clone
22.30 O Grande Mestre
23.45 «Vingança Passional» (Filme)

▼ TVI

08.00 As Manhãs de Sofia
10.00 Missa
13.00 TVI Jornal
14.00 Todo o Tempo do Mundo
15.20 Academia das Estrelas
17.40 Ilha da Tentação
18.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Academia de Estrelas
22.00 Filha do Mar
23.30 Nunca Digas Adeus
00.15 «Asas de Guerra» (Filme)
02.15 Ally McBeal

15.00 Andebol - Sporting-Porto
16.30 Hóquei em Patins - Portugal-Itália
18.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 2010
20.25 Amigas do Peito
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Evolução
24.00 Via Sacra
01.30 «Recordações» (Filme de Woody Allen, EUA/1980, com Woody Allen, Charlotte Rampling, Jessica Harper, Marie-Christine Barrault. Ver Destaque)

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
11.00 Rex, o Cão Polícia
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Indiana Jones - Viagens com o Meu Pai» (Telefilme)
16.00 Malhação
16.30 O Grande Mestre
17.00 A Padroeira
18.00 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Grande Mestre
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.45 Sexo e a Cidade
00.30 Amante Latino
01.30 «Pistoleiro à Força» (Filme)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.00 Todo o Tempo do Mundo
15.30 Diário da Academia
16.00 «Air Bud 1» (Filme)
17.45 Ilha da Tentação
18.00 Diário da Academia
18.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Bora Lá, Marina
22.00 Anjo Selvagem
22.30 Filha do Mar
23.00 Nunca Digas Adeus
00.30 «Jesus» (Filme)
03.15 Via Sacra

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

Domingo, 31

▼ RTP1

09.00 Infantil/Juvenil
09.25 Missa de Páscoa
13.00 Jornal da Tarde
14.00 João Baião
16.50 Melhor É Impossível
17.50 Fórmula 1 - GP do Brasil
20.00 Telejornal
21.00 Camilo, o Pendura
21.30 Operação Triunfo
23.14 «A Túnica» (Filme de Henry Koster, EUA/1953, com Richard Burton, Jean Simmons, Victor Mature. Ver Destaque)
01.45 24 Horas
02.00 «O Amor aos Vinte Anos» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
11.30 Horizontes da Memória
12.30 Clube da Europa
13.00 Mulheres, a sua Realidade
14.00 Desporto 2
18.30 Filho de Deus
19.30 Onda Curta
20.00 Objectos Estranhos
20.30 «Messiah» (Filme musical de Bill Cosel, inspirado no «Messiah» de Händel)
22.00 Jornal 2
23.00 Cinema Português (Comédia infantil)
00.30 Sinais do Tempo
01.30 2010

▼ SIC

06.45 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Indiana Jones - A Canção do Amor» (Telefilme)
16.00 «Lobos e Homens» (Filme)
18.00 «60 Segundos» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fora de Série
22.30 Herman SIC
00.30 «Amada» (Filme)

▼ TVI

08.30 «Depois de um Milagre» (Filme)
10.15 Filha do Mar
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Domingo Fantástico
17.00 «A Máscara de Zorro» (Filme de Martin Campbell, EUA/1998, com Antonio Banderas, Anthony Hopkins, Catherine Zeta-Jones. Ver Destaque)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Academia de Estrelas
22.30 Anjo Selvagem
23.00 «Fuga de Los Angeles» (Filme de John Carpenter, EUA/1996, com Kurt Russell, Stacy Keach, Peter Fonda. Ver Destaque)
01.15 «Promessa de Justiça» (Filme)
03.15 Os Médicos

Segunda, 1

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
15.30 Pícaro Sonhadora
17.00 «Batman» (Filme)
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Sorte Grande
21.15 Fábrica das Anedotas
21.45 O Jogo da Espera
22.30 Jogo Falado
23.30 «Um Peixe Fora de Água» (Filme)
01.30 Operação Triunfo
02.00 24 Horas
02.15 Bull

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 O Lugar da História
14.30 Via Aberta
16.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul
19.30 Caderno Diário
19.55 Veterinário de Emergência
20.20 Amigas do Peito



20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Família Green
00.00 «As Portas do Céu» (Filme)
02.35 O Triunfo dos Porcos

▼ SIC

08.00 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.00 O Grande Mestre
17.30 New Wave
18.00 Futebol: Benfica-Celta de Vigo
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Grande Mestre
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 «Espécie Mortal II» (Filme)
03.00 Pol Pot e os Khmers Vermelhos (1)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Academia das Estrelas
15.15 Todo o Tempo do Mundo



Mário Botas, desaparecido em 1983 - um pintor a conhecer no «retrato» programado para a RTP 2, 6.ª feira às 13h

16.30 Animação Infantil
17.30 Ilha da Tentação
18.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Academia das Estrelas
21.45 Anjo Selvagem
22.30 Filha do Mar
23.30 Nunca Digas Adeus
00.30 «Caminhos Perigosos» (Filme)
03.15 «Woo - Uma Força da Natureza» (Filme)

13.00 TVI Jornal
14.15 Academia das Estrelas
15.15 Todo o Tempo do Mundo
16.30 Animação Infantil
17.30 Ilha da Tentação
18.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.00 Academia das Estrelas
23.30 Nunca Digas Adeus
00.45 Os Homens do Presidente

Terça, 2

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
15.30 Pícaro Sonhadora
17.00 «Batman Regressa» (Filme)
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informação
22.00 Fábrica das Anedotas
22.30 O Jogo da Espera
23.15 Magazine Liga dos Campeões
23.45 «O Feitiço da Lua» (Filme de Norman Jewison, EUA/1987, com Cher, Vincent Gardenia, Olympia Dukakis, Danny Aiello. Ver Destaque)
01.30 Operação Triunfo
02.00 24 horas
02.15 «Jerry e Tom» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 2010
14.30 Via Aberta
16.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Caderno Diário



19.55 Turma das Ciências
20.20 Amigas do Peito
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Os Limites do Terror
24.00 «Duelo no Missouri» (Filme de Arthur Penn, EUA/1976, com Marlon Brando, Jack Nicholson, Randy Quaid, Kathleen Lloyd. Western)
01.30 O Triunfo dos Porcos

▼ SIC

08.00 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Grande Mestre
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 Ficheiros Clínicos
00.30 «Fuga de Absalom» (Filme)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia

Quarta, 3

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
15.30 Pícaro Sonhadora
16.00 «Batman para Sempre» (Filme de)
18.15 O Preço Certo em Euros
19.00 Telejornal
19.45 Futebol: Liverpool-B.Leverkusen (Liga dos Campeões)
21.45 Fábrica das Anedotas
22.15 Jogo da Espera
23.00 Filme
00.30 Liga dos Campeões (Resumo)
01.00 Operação Triunfo
01.30 24 Horas
01.45 «Coração de Menino» (Filme)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Por Outro Lado
14.30 Via Aberta
16.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo



19.30 Caderno Diário
19.55 Verdaderamente Insólito
20.20 Casca com uma Feiteira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 «Outside the Rules»
24.00 «Danças com Lobos» (Filme de Kevin Kostner, EUA/1990, com Kevin Costner, Mary McDonnell. Western)
02.20 O Triunfo dos Porcos

▼ SIC

08.00 Buérré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Grande Mestre
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 Ficheiros Clínicos
00.30 «Fuga de Absalom» (Filme)
03.00 Pol Pot e os Khmers Vermelhos (2)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Academia das Estrelas
15.15 Todo o Tempo do Mundo
16.30 Animação Infantil
17.30 Ilha da Tentação
18.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Academia das Estrelas
21.45 Anjo Selvagem
22.30 Filha do Mar
23.00 Nunca Digas Adeus
23.45 Academia das Estrelas
00.30 «Mentiras Perigosas»
02.30 Os Olhos da Lei

TVisto

Correia da Fonseca

Miúdos:
o «efeito TV»

Em tempos que parecemos muito esquecidos, eram frequentes os sinais de preocupação acerca do efeito da televisão sobre as crianças. O facto de tais sinais se terem tornado relativamente raros pode ser entendido como sendo um mau sintoma: o de que se terá generalizado alguma resignação perante a nocividade do consumo de TV pelos garotos tal como ele

ocorre. Neste quadro, a realização há dias de um debate a partir do tema: «A Televisão e as crianças» parece ter correspondido, ao menos um pouco, ao regresso perante a chamada sociedade civil de um conjunto de apreensões que se diria terem-se refugiado nos

círculos profissionais cujo trabalho implica um quotidiano contacto com esse específico «efeito TV».

As condições concretas

Das linhas de diagnóstico ali reveladas, mantiveram-se algumas cuja identificação já não é nova (o que significa que quanto a elas tudo continua na mesma) e outras um pouco mais recentes, embora não muito. Quanto às primeiras, parece-me prioritário reflectir sobre as quotas de responsabilidade imputadas durante o debate aos pais e à escola. Quanto à sua omissão relativamente ao que poderia ser designado como o esclarecimento precoce da criança como telespectadora. Porém, como com todas as doenças, não basta identificá-la, é preciso saber-lhe das causas. Neste caso, parece altamente duvidoso que a generalidade dos professores a quem caberia essa tarefa, aliás importantíssima, disponha de tempo, condições e, de um modo geral, de meios para a desempenhar. É sabido que os problemas da educação e formação na escola consubstanciam um pacote enorme e terrível. É quase uma crueldade dizer que mais um encargo deveria ser-lhe acrescentado. Mas é verdade. Quanto à sempre lembrada responsabilidade dos pais, as coisas parecem-me ainda mais complicadas. Não se discute que, competindo aos pais a educação dos filhos na sua globalização, até por força de um instituto natural, seria legítimo esperar que eles a pudessem exercer também no domínio do visionamento da TV, que não é nada de menor e irrelevante. É preciso, porém, indagar das condições concretas em que isso será possível nestas nossas sociedades bestialmente

desenvolvidas e avançadas. O caso é que só por escandalosa hipocrisia se poderá esquecer que a generalidade dos pais actuais só estão com os filhos escassas horas apressadas em cada dia útil, excepto naturalmente à noite e a partir do tempo em que as crianças devem ir dormir. E isto a partir de muito cedo, porventura dos primeiros meses de vida. Sabe-se como é: o levantar de madrugada, a correria para o infante ou a ama, o jardim infantil, a escola, os empregos do pai e da mãe, a nova correria no sentido inverso ao fim do dia laboral, tudo em transportes demorados e cansativos mesmo quando no transporte ainda privilegiado que é o carro próprio. Chega-se a casa a hora já muito próxima dos telenoticiários a que se seguirá a programação que se sabe. Já não falo das angústias quotidianas que os pais transportam por força dos múltiplos motivos dados por um quotidiano difícil, depressivo. Vamos responsabilizá-los por não fazerem aquilo que não têm mínimas condições para fazer?

O Mercado é pedófilo

Desde há muito que as reflexões colectivas acerca da relação entre TV e garotos está ferida por um equívoco primeiro: a aparente convicção de que as crianças vêm a teleprogramação infantil e mais nenhuma. Será cómodo, mas é falso. Todos os inquiridos demonstram que a meninada vê, e com extrema atenção, os programas para adultos, e que com eles constrói, como é inevitável, o seu entendimento do mundo adulto. São as telenovelas, as séries, os «reality shows» e similares. É certo que a programação dita infantil e juvenil é também geralmente muito má, mas o fundamental não está aí. Acresce, quanto a este sector, um facto mais recente embora já com alguns anos: a relação despudorada entre programas infantis e um gigantesco «merchandising» que com muita frequência lhe está associado. É a Educação para o Mercado: os miúdos são condicionados para serem consumidores antes mesmo de saberem ler e escrever (se é que algum dia o virão a saber). O «marketing» tem provado que os miúdos são um importante segmento de mercado, tanto mais que tendem em gastar sem contar o dinheiro, que é dos pais. A verdade é que o Mercado é pedófilo, mas parece que ninguém lho leva a mal. Tem imunidade mercantil. Com tudo isto, e mais o que aqui não cabe, a garotada vai crescendo. Um dia destes é juventude. Tendencialmente infractora como lhe é próprio, às vezes delinvente e autodestrutiva, sempre consumista. Inimputada, a TV prossegue o seu trabalho com a miudagem que se segue.



De volta está também «Casei com uma Feiteira», uma série de humor que fez história há décadas (a partir de 4.ª feira na RTP2)

A talhe de foice

• Anabela Fino

Quem semeia ventos...

«É verdade que há um vento de direita que sopra sobre a Europa. Neste últimos anos, a Austria, a Itália, a Dinamarca e por último Portugal passaram para a direita. Esse vento vem talvez dos Estados Unidos, depois da vitória de George W. Bush. Mas também não é um furacão! (...) Há partidos de esquerda que fazem políticas de direita. Tony Blair em Inglaterra, por exemplo. Ou talvez mesmo, em certa medida, Gerhard Schröder na Alemanha. Então, é lógico que os eleitores concluem: para fazer uma política de direita, mais vale eleger um governo de direita!» A citação é longa, mas vale a pena pela conclusão. E quem terá sido o ortodoxo, dogmático, empedernido comunista que proferiu tais afirmações? Ou será que consta de algum documento do Comité Central do PCP, desses que «dizem sempre a mesma coisa», que «remetem para causas externas» a responsabilidades dos resultados eleitorais, que fazem do PS o «inimigo principal»? Frio, muito frio, gelado mesmo. Mas então quem, não sendo «anquilosado» comunista, «cassete» velha e relha, fechado à «mudança» e à «renovação», vem assim dizer – e mais a mais a um jornal francês, Le Figaro (25.3.2002) – que quando partidos ditos de esquerda fazem políticas de direita é lógico que o eleitorado vote à direita? Será talvez um utópico, desses que ainda sonham que outro mundo é possível, naturalmente ingénuo, desconhecedor do pragmatismo indispensável aos jogos de cintura de quem almeja o poder, porventura jovem, certamente com muito para aprender nestas coisas da política. Ou então, hipótese nunca a descurar, é um provocador, sabe-se lá a soldo de quem, um terrorista da palavra, apostado em gerar a confusão e perturbar os ares de «renovação» que por aí sopram.

Será talvez a criança da fábula, que ao invés de aclamar «a nova esquerda» que governa à direita vem para a praça pública dizer o que há muito muitos sabem sem o querer admitir, isto é, que o rei vai nu.

Ou não será nada disto e apenas e somente alguém, com muitas culpas no cartório, que num rasgo de lucidez disse o que outros – os comunistas – não se têm cansado de dizer e por isso mesmo são alvo de todo o tipo de críticas?

A conclusão fica a cargo dos leitores.

Uma coisa é certa: quem assim falou sabe por experiência própria do que está a falar. Conhece o PS por dentro e por fora e há muito que deixou de se impressionar com os Blair, Schröder e Bush deste mundo, seus «compagnons de route» de outros carnavais. O autor das afirmações acima citadas, que entre outras coisas disse ainda ao Le Figaro que «muitas promessas [do governo do PS] não foram cumpridas» e que «as suas hesitações desagradaram aos portugueses», é nada mais nada menos do que Mário Soares, fundador do PS, laico e republicano assumido, e apelidado por alguns de «pai da democracia» portuguesa.

Faltou-lhe concluir o elementar: quem semeia ventos, como fez o PS com a sua política de direita, colhe tempestades. Só é de lamentar que nestas como noutras coisas o vendaval não se tenha ficado pelo Largo do Rato.

Funcionários dos museus trabalham mas não desistem das reivindicações

Protesto pascal

Ao contrário do que tem acontecido nos últimos anos, os trabalhadores dos museus e palácios não fazem greve na sexta-feira de Páscoa. Mas não deixam de apresentar as suas reivindicações.

«Este ano vamos trabalhar. Isto não quer dizer que estamos conformados com o “roubo” deste feriado, quando os feriados nacionais dos guardas e vigilantes-recepcionistas são apenas quatro por ano», afirma a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Aliás, está já a ser negociado o regime de duração de trabalho com o Instituto Português de Património Arquitectónico (IPPAR) e com o Instituto Português de Museus (IPM), onde são discutidas questões como os horários, os feriados, as folgas e as tolerâncias, bem como as carreiras, os quadros de pessoal, a formação e o abono para falhas.

«Assim que o Governo esteja constituído apresentaremos as reivindicações e soluções que defendemos para o sector», garante a federação em comunicado à imprensa.

As propostas

Os sindicalistas defendem que os trabalhadores

inserir-se em carreiras das áreas específicas da museologia e de conservação e restauro devem ter tratamento idêntico ao dos fun-

dever da administração patronal. Por isso defendem que deve ser fornecida de forma contínua ao longo da vida profissional.

«Não deve, pois, servir de desculpa para retardar a transição para as novas carreiras», sustenta a federação, acres-

chefia das carreiras de guardaria e de vigilância-recepcionista.

Os trabalhadores querem gozar os feriados municipais coincida com o sábado e o domingo duas vezes por mês e que seja gozado o feriado municipal,



Os monumentos nacionais estão abertos amanhã, mas os trabalhadores continuam a protestar

cionários do mesmo nível de outros sectores. Nesse sentido, exigem que a transição para as novas carreiras se faça tendo em conta os anos de serviço e a experiência e qualificação profissional de cada um.

Para a federação, a formação profissional é um direito do trabalhador e um

centando que o adiamento da transição está a causar perturbações nos cargos de

bem como que os trabalhadores gozem rotativamente os feriados nacionais.

Acampamento no Rossio

A Interjovem, organização de jovens trabalhadores da CGTP-IN, acampa hoje no Rossio, em Lisboa. O objectivo deste «acampamento» é comemorar o Dia Nacional da Juventude e divulgar junto dos trabalhadores mais jovens a legislação e os direitos laborais para que «não se deixem enganar e exijam o seu cumprimento». A iniciativa conta com entrevistas, debates e depoimentos de trabalhadores de diversos sectores.

Feira do Livro Manuseado

A 2.ª Feira do Livro Manuseado inicia-se na terça-feira - data em que se comemora o Dia Internacional do Livro Infantil - e prolonga-se até 11 de Abril. Contado com a participação de

diversas editoras, este evento funciona entre as 9 e as 20 horas, na Rua Augusta, em Lisboa. Os preços são garantidamente reduzidos, variando entre os dois e os dez euros.



Têxteis fazem balanço das negociações contratuais

A FESETE (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis) promoveu ontem, no Porto, um Encontro Nacional de Acção Reivindicativa, onde faz um balanço das negociações contratuais no sector e apontou as iniciativas a decorrer a té Julho. Ao fecho da nossa edição, estava anunciada a presença de dirigentes e delegados sindicais de todo o País, bem como de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN.

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul já analisou o acordo de empresa da Manufatura de Tapeçarias de Portalegre para 2002 e classifica-o como «globalmente positivo, porque melhora significativamente

a qualidade de vida dos trabalhadores».

O acordo consagra um aumento salarial de 4,6 por cento e um seguro de saúde para todos os funcionários, que paga consultas médicas, hospitalizações, partos e prevê a possibilidade de recorrer aos hospitais de Badajoz, em Espanha. Foi ainda acordado um desconto adicional de 0,5 por cento para a Segurança Social, aumentando os direitos dos trabalhadores nos abonos de família e nos livros escolares, entre outros.

A Manufatura de Tapeçarias de Portalegre produz tapeçaria artística através de obras de pintores como Rogério Ribeiro, Lurdes de Castro, José Guimarães, Eduardo Neri, Júlio Pomar, Veira da Silva e Almada Negreiros.

PCP de Aveiro quer resposta aos problemas do distrito

A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP interroga o novo executivo sobre as medidas concretas que serão tomadas para fazer face a um conjunto de problemas do distrito, todos eles alvo de vastas promessas eleitorais. Entre eles conta-se a construção dos eixos rodoviários estruturantes (IC1, IC2, IC35 e duplicação do IP5) e os serviços de saúde.

«O PCP estará na primeira linha na defesa dos trabalhadores, os mais ameaçados pela perspectiva de um Governo que apostará numa ofensiva contra os salários e os direitos laborais, matérias sobre as quais, apesar de insistentemente con-

frontado, o primeiro candidato do PSD, Marques Mendes, sempre fugiu a tratar», afirma a DORAV.

Neste quadro, o PCP de Aveiro irá organizar nos próximos meses várias iniciativas de debate. Em Abril será abordada a questão da saúde, em Maio as vias de comunicação, em Junho a situação do sector têxtil no distrito e em Julho o ambiente.

